

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAPHAEL SOFFE MEIRELLES

**Do junho de 2013 às eleições de 2018: uma análise das interpretações sociopolíticas dos
intelectuais públicos Lilia Schwarcz e Jessé Souza**

**SÃO JOÃO DEL REI – MG
2021**

RAPHAEL SOFFE MEIRELLES

Do junho de 2013 às eleições de 2018: uma análise das interpretações sociopolíticas dos intelectuais públicos Lilia Schwarcz e Jessé Souza

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei como requisito para o título de Mestre.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Patrícia Mattos

**SÃO JOÃO DEL REI – MG
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M514j MEIRELLES, RAPHAEL.
Do junho de 2013 às eleições de 2018: : uma
análise das interpretações sociopolíticas dos
intelectuais públicos Lilia Schwarcz e Jessé Souza /
RAPHAEL MEIRELLES ; orientadora Patrícia Castro
Mattos. -- São João del-Rei, 2022.
135 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
História) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2022.

1. Conjuntura política. 2. Intelectual Público. 3.
Debate Público. 4. Lilia Schwarcz. 5. Jesse Souza.
I. Mattos, Patrícia Castro , orient. II. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

OUTROS Nº 1679 / 2022 - PGHIS (13.19)

Nº do Protocolo: 23122.035225/2022-10

São João del-Rei-MG, 29 de agosto de 2022.

Este exemplar da dissertação "DO JUNHO DE 2013 RS ELEIÇÕES DE 2018: UMA ANÁLISE DAS INTERPRETAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DOS INTELECTUAIS PÚBLICOS LILIA SCHWARCZ E JESSÉ SOUZA", de RAPHAEL SOFFE MEIRELLES, corresponde à redação final aprovada pela banca examinadora em 29 de agosto de 2022, composta pelos professores doutores Patrícia Castro Mattos (UFSJ), orientadora, Simone Magalhães Brito (UFPB).examinadora externa, Ricardo Gervasio Bastos Visser (UFSJ), examinador externo e Danilo José Zioni Ferretti (UFSJ) examinador interno.

*(Assinado digitalmente em 29/08/2022
18:52)*

DANILO JOSE ZIONI FERRETTI
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIORDECIS (12.13)

Matrícula: 2486230

*(Assinado digitalmente em 30/08/2022
09:28)*

PATRICIA CASTRO MATTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIORDECIS (12.13)

Matrícula: 1558311

*(Assinado digitalmente em 30/08/2022
08:38)* RICARDO GERVASIO BASTOS
VISSER PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR

DECIS (12.13)

Matrícula: 1227031

*(Assinado digitalmente em 29/08/2022
16:31)*

SIMONE MAGALHÃES BRITO

*ASSINANTE
EXTERNO CPF:
811.656.764-*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1679**, ano: **2022**, tipo: **OUTROS**, data de emissão: **29/08/2022** e o código de verificação: **812298ec30**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha família: minha mãe, Ana Tereza, meu pai José Anthero (Telo), minha irmã Jamille, meu irmão Ricardo, meu cunhado Renato, minha cunhada Carol, minhas tias Claudia e Vera Cristina, pelo apoio. Sempre tinham uma palavra de incentivo, sempre prontos a não me deixar desanimar. Em especial, à minha vovó Edmea, que sempre nutriu e nutre um amor profundo pela História. Obrigado!

Agradeço a todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada. Em especial, agradeço a Cesar Augusto (Cesinha), Cristiano (Mulecão), Caio (do Derjio) e Flavinho. Sei que foram tempos de distanciamento forçado, pois a escrita exige esse afastamento, nem sempre entendido por alguns, mas sei que as reclamações eram pela sincera amizade. Obrigado!

Gostaria também de agradecer aos meus queridos e queridas colegas de trabalho, professoras e professores, auxiliares de serviços, secretárias, direção e vice-direção da Escola Estadual Monsenhor João Câncio. Sem a FAMÍLIA MONSENHOR, nunca conseguiria alcançar esse título. Cada pessoa dessa escola me ajudou a chegar aqui. Esse título é de vocês também. Obrigado!

Queria agradecer imensamente à minha orientadora, Patrícia Mattos, que teve muita paciência com um orientando que estava fora da academia há alguns anos, que trabalhava, dando 35 a 37 aulas/semana, e que, por vezes, era um pouco “cabeça dura”. Lembro-me que, no terceiro semestre, quando já estava desesperançoso de continuar no mestrado, pela incompatibilidade de horários com meu trabalho, e você, num verbo, fez com que eu continuasse. Muito obrigado por ter me dado essa chance e ter me norteado durante toda a pesquisa.

Agradeço aos membros da banca que, prontamente, aceitaram o convite, pela leitura cuidadosa, pela colaboração desde a qualificação, no caso do professor Danilo e professor Ricardo: vocês contribuíram muito para este trabalho. Agradeço à professora Simone, não apenas por ter aceitado participar da banca, mas por tirar dúvidas pontuais e dar dicas importantes para o trabalho durante as conversas com a minha companheira Ana Olívia. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei, pelos ensinamentos, pelas trocas com colegas e professores, por voltar a vivenciar a Universidade, o espaço acadêmico.

Deixei para o final um agradecimento mais que especial, à minha amada companheira Ana Olívia. Nesses anos tão difíceis, nas horas mais escuras, tínhamos um ao outro. Sem seu apoio, talvez não conseguiria terminar esse tão sonhado mestrado. Você, muito mais do que companheira, foi uma coorientadora, me puxando a orelha, me pondo pra escrever, me acalentando quando queria jogar tudo para o alto. “Bendita” hora em que você foi fazer aquela disciplina com a Patrícia e as duas se conheceram. Valeu e muito. Você consegue me colocar no eixo quando minhas ideias e planos vão além do que minhas forças físicas e mentais podem aguentar. Muito obrigado!

*"Ora, como é possível adquirir-se um lugar na História
sem ideia ou pensamento, erroneamente alguns
entendem que poderão fazê-lo
forçando a porta dos fundos dessa mesma história
à custa do couce da carabina."
(Dantas Motta)*

*"Nenhuma revolução social pode triunfar se não for precedida de uma revolução nas
mentes e corações do povo".
(Piotr Kropotkin)*

Do junho de 2013 às eleições de 2018: uma análise das interpretações sociopolíticas dos intelectuais públicos Lilia Schwarcz e Jessé Souza

RESUMO

O presente trabalho se propõe a mapear as interpretações de dois intelectuais brasileiros, Lilia M. Schwarcz e Jessé Souza, sobre a ruptura do projeto político de conciliação de classes proposto pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 2003, que acomodava interesses de setores dominantes da sociedade enquanto implementava políticas sociais que beneficiavam os segmentos mais pobres. Ambos são cientistas sociais com significativa produção acadêmica que também estão inseridos no debate público sobre a conjuntura do período que vai das Manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff 2016, quando há a ruptura do projeto de conciliação petista que, entre outras coisas, resulta na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Buscaremos essa compreensão a partir de obras de Schwarcz e Souza anteriores e posteriores ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, com o propósito de refletir sobre a participação desses cientistas sociais na disputa de interpretações dos acontecimentos sociopolíticos do país e também na busca por falar ao grande público.

Palavras-chave: Conjuntura política; Intelectual Público; Debate Público; Lilia Schwarcz; Jessé Souza

From June 2013 to the 2018 elections: an analysis of the sociopolitical interpretations of public intellectuals Lilia Schwarcz and Jessé Souza

ABSTRACT

The present work proposes to map the interpretations of two Brazilian intellectuals, Lilia M. Schwarcz and Jessé Souza, about the rupture of the political project of class conciliation proposed by the Workers' Party (PT) from 2003 to 2016, which accommodated the interests of dominant sectors of society as well as implemented social policies that benefited the most poor. Both are social scientists with significant academic production, who are also involved in the public debate on the conjuncture of the period that goes from the June 2013 Manifestations until the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016, when there was a rupture in the PT conciliation project which, among other things, resulted in the election of Jair Bolsonaro in 2018. We examine the works of Schwarcz and Souza before and after the impeachment of President Dilma Rousseff, with the purpose of reflecting on the participation of these social scientists in the dispute of interpretations of sociopolitical events in the country and also in their effort to speak to the general public.

Keywords: Political conjuncture; Public Intellectual; Public Debate; Lilia Schwarcz; Jessé Souza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
Reflexões sobre Intelectualidade, intelectuais públicos e suas redes de sociabilidades ..	13
1.1. As noções de intelectual: intelectuais públicos brasileiros	13
1.2. A análise externalista: trajetória de Schwarcz e Souza, suas inserções em espaços e redes de sociabilidades.	21
CAPÍTULO 2	
Análises internalistas: O que foi a ruptura do projeto petista de conciliação e como as principais obras de Souza e Schwarcz interpretaram o Brasil antes de 2016	30
2.1. A conciliação entre interesses de classes sociais no Brasil nas interpretações de alguns dos nossos intelectuais	30
2.2. Discutindo as obras escritas por Lilia Schwarcz antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff.	33
2.3. Discutindo as obras escritas por Jessé Souza antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff.	47
CAPÍTULO 3	
Os intelectuais na disputa de narrativas para o grande público	74
3.1. A participação de intelectuais da direita na disputa de narrativas sociopolíticas do Brasil contemporâneo	74
3.2. As principais obras de Souza e Schwarcz posteriores à ruptura do projeto petista de conciliação: continuando a análise internalista	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender como dois intelectuais públicos brasileiros, Lilia Schwarcz e Jessé Souza, discutiram os acontecimentos sociopolíticos do Brasil desde as manifestações de junho de 2013 até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Escolhemos esses dois intelectuais porque ambos buscam interpretar a sociedade brasileira a partir de questões históricas e estruturais do país, mas também por suas atuações no debate público, através de livros, por meios de comunicação digitais, por redes sociais, com o intuito de se comunicar com um público mais amplo.

Optamos pelo recorte temporal de 2013 a 2018 por compreender que esteve ali o início da ruptura do projeto petista de conciliação de classes. Tal projeto é caracterizado pelo período em que governos do Partido dos Trabalhadores presidiram o Brasil e se propuseram a conciliar os interesses das classes trabalhadoras com os da elite financeira e política do país (SINGER, 2012; BRAGA, 2016; MIGUEL, 2016). Muitos intelectuais, incluindo Souza e Schwarcz, compreendem que o processo de ruptura desse projeto de conciliação dá os primeiros sinais nas chamadas jornadas de junho de 2013 – quando ocorreu uma série de manifestações populares, inicialmente convocadas pelo movimento social Passe Livre, que lutava contra o aumento das passagens urbanas na cidade de São Paulo, sofrendo grande repressão policial e críticas da mídia tradicional.

A mídia, posteriormente, devido à violência da repressão policial, que atingiu vários de seus repórteres, e também à aprovação social às manifestações, modificou o tom e passou a apoiar e pautar os protestos, que tiveram ampla participação popular: inicialmente dos estudantes de classe média, de partidos e diversos outros movimentos sociais tradicionais, mas também da classe trabalhadora, levantando pautas como melhoria da saúde, da educação, da locomoção, das condições de trabalho, dos salários, etc. Contudo, após a mudança de tom da grande mídia sobre as manifestações, houve participação significativa de setores da classe média que trouxeram pautas sobre corrupção, volta dos militares ao poder, pautas antipetistas, antipolítica, contra políticas sociais, etc. Como já mencionado, essas manifestações, hoje, são lidas por intelectuais (SINGER, 2012; BRAGA, 2016; MIGUEL, 2016; SOUZA, 2016, SCHWARCZ 2017, entre outros) como os primeiros sinais de desgaste do projeto de conciliação de classes do PT.

O ápice da ruptura do projeto petista de conciliação se dá no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e resulta na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, que se apresenta como líder político da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018. Refletir sobre essas questões é indispensável para tentar resolver **o problema** desta pesquisa que é *compreender como dois intelectuais públicos brasileiros, Lilia Schwarcz e Jessé Souza, vêm interpretando e disputando narrativas sobre a ruptura do projeto conciliador petista e suas consequências para o Brasil.*

Na busca para resolver esse problema, no capítulo um nos debruçaremos sobre o conceito de intelectual e intelectual público e, também, sobre a discussão metodológica da noção de história intelectual, a partir de François Dosse, que unificou a perspectiva “externalista” (utilizando os conceitos de “itinerário”, “geração” e “redes de sociabilidades” de Jean-François Sirinelli), com a perspectiva “internalista” (uma análise do que os intelectuais discutem em suas obras), de Roger Chartier, a qual nos apresenta a ideia de “práticas” (o que o intelectual faz para disseminar suas ideias) e “representações” (o instrumento pelo qual se constroem significados carregados de interesses para o mundo social, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social). Discutiremos, ainda no primeiro capítulo, sobre a trajetória de Schwarcz e Souza e a inserção desses autores em espaços e redes de sociabilidade, pois assim é possível perceber a construção da produção teórica deles, suas influências, a raiz de seus diagnósticos para as questões políticas e sociais do Brasil, a raiz de suas interpretações sobre as consequências da ruptura do projeto conciliador petista e a forma como eles se propõem a atuar como intelectuais públicos.

No capítulo dois, inicialmente, traremos as perspectivas de vários intelectuais brasileiros sobre o que foi a ruptura do projeto petista de conciliação, perspectivas essas que são compartilhadas também por Souza e Schwarcz. Em seguida, faremos uma análise internalista dos textos de Schwarcz e Souza através de suas percepções do contexto social e político brasileiro antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff, focando em temas centrais das obras desses autores, como: a *relação Estado e sociedade* (que os leva a tratar sobre como as elites pensaram, discutiram e construíram o Brasil e as principais teorias científicas brasileiras) e a *dominação social* (que os leva a refletir, principalmente, sobre desigualdades, raça e racismo). A partir dessas discussões, será possível constatar que a visão e as narrativas que Schwarcz e Souza desenvolveram posteriormente à ruptura do projeto petista de conciliação estão diretamente ligadas às suas pesquisas iniciais sobre o Brasil. Em suma, esse capítulo

será uma reflexão sobre o conceito e história intelectual somado a uma gênese do pensamento teórico dos autores, suas trajetórias e atuações.

E, por fim, no capítulo três, tentaremos entender a radicalização de alguns setores da direita no país, observando seus desdobramentos posteriores ao impeachment da presidente, bem como a formação da intelectualidade dessa direita reformulada e sua presença nas redes sociais. Também nesse capítulo, analisamos as obras de Schwarcz e Souza logo depois do impeachment da presidente Dilma Rousseff, focando novamente na relação Estado e sociedade e dominação social. Apontaremos seus diagnósticos e prognósticos após a ruptura da conciliação de classe.

Há, nesse contexto, uma disputa de retórica entre vários intelectuais sobre a legitimação do processo de impeachment, existindo duas linhas de entendimento desse processo: uma alinhada à direita, que argumenta que o processo era legítimo, e outra, alinhada a setores progressistas de vários espectros, inclusive liberais, alegando que o processo empreendido contra a presidente Dilma Rousseff era um golpe parlamentar, aplicado por diversas razões. Nesse capítulo, procuramos, inicialmente, contextualizar o processo de impeachment, evidenciando os desdobramentos da direita e sua presença e disputas nas redes. Em um segundo momento, analisamos a partir do conceito internalista da história intelectual, como feito no segundo capítulo, as obras dos autores pesquisados escritas após o processo de impeachment.

CAPÍTULO 1

Reflexões sobre intelectualidade, intelectuais públicos e suas redes de sociabilidades.

1.1. As noções de intelectual: intelectuais públicos brasileiros

Para situar o nosso problema de pesquisa e também a nossa metodologia, é necessário esclarecer como estamos utilizando o termo intelectual. Para tal, neste capítulo, apresentamos algumas discussões em torno do conceito de intelectual, intelectual público e da história intelectual, que nos fornecem conceitos e métodos para desenvolver o nosso estudo sobre as produções e interpretações de Souza e Schwarcz a respeito do contexto político e social do Brasil contemporâneo. Desse modo, quando falamos em intelectuais, consideramos a definição de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p. 10), que, de maneira ampla, compreendem os intelectuais como pessoas da produção do conhecimento e da comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Segundo as autoras, esses sujeitos sociais devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política.

Gomes e Hansen (2016) entendem que os intelectuais mediadores (os produtores de conhecimento, os que comunicam essas ideias) podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializados, quanto os intelectuais que se dirigem a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Nesse sentido, os intelectuais mediadores podem ser tanto os que se dedicam a um público específico, como o escolar/acadêmico, os sócios ou membros de uma determinada organização; ou os que se dedicam a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação, por exemplo. Segundo as autoras, os intelectuais desempenham várias funções,

[...] um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga. (GOMES & HANSEN, 2016, p. 22).

As autoras apresentam essas categorias, mas explicando que elas não devem ser consideradas como posições fixas, pois não há identidades profissionais ou pessoais

fixas e imutáveis. Essa discussão de Gomes e Hansen é importante para nós, porque percebemos os nossos pesquisados como intelectuais mediadores do conhecimento e também criadores, algo que será demonstrado e desenvolvido no desenrolar deste capítulo, quando traçaremos um perfil e discutiremos algumas das principais contribuições intelectuais dos nossos pesquisados.

Michael Löwy, ao pesquisar sobre o tema em seu livro sobre a evolução política de György Lukács, no qual constrói uma “sociologia dos intelectuais revolucionários”, estabelece uma definição abrangente, porém apropriada, para pensar a noção de “intelectual”, encarando-o como uma

categoria social definida por seu papel ideológico”, ou seja, como “produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc. (LÖWY, 1998, p. 25-26).

Além dessas proposições, há também as contribuições de Edward Said. Segundo ele, o intelectual é uma pessoa que representa, articula uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, uma filosofia e uma dá uma opinião para o público. Seu papel é de alguém que “levanta publicamente questões embaraçosas, confronta ortodoxias e dogmas [...] que represente todas as pessoas e todos os problemas que são jogados para debaixo do tapete” (SAID, 2005, p. 25). Não pode ser um pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos têm a dizer e sobre o que fazem.

Para Said, em toda obra há sempre a inflexão pessoal, a subjetividade e a sensibilidade do autor, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito (*ibidem*, p. 27). Para além do compromisso de apenas diagnosticar a realidade social que analisa, o intelectual tem a obrigação de pontuar os obstáculos e as possibilidades da emancipação social. O autor faz uma diferenciação entre o intelectual e o especialista, explicando que, quando o intelectual se afasta do debate público, se restringe a uma área de conhecimento e fica, nas palavras de Said (2005), restrito à especialização. Isso significa perder de vista o trabalho árduo de construir arte ou conhecimento: “como resultado, não se consegue ver o conhecimento e a arte como escolhas e decisões, compromissos e alinhamentos, mas somente em termos de teoria ou metodologias impessoais” (SAID, 2005. p. 81).

Definido o conceito de intelectual, resumidamente, sendo um indivíduo que produz conhecimentos e ao mesmo tempo dissemina ideias, responsável por criar, reforçar ou romper com ideologias, empenhando todo o seu ser no senso crítico, partiremos para outra categoria cara ao nosso trabalho: a figura do ‘intelectual público’. Entendemos que a atuação do intelectual se dá na esfera pública, como aponta Said.

No entanto, ao ajustamento do termo, consideramos importante especificar o sentido de “intelectual público”. O norte-americano Richard Posner (2001), em livro intitulado *Public Intellectuals*, os define como

aqueles homens das letras – sejam eles vinculados ou não à universidade –, que escrevem ou se pronunciam – a partir da publicação de livros, artigos em revistas e jornais, palestras e leituras públicas, no rádio ou na televisão – sobre assuntos de interesse público, direcionando seus respectivos discursos para uma audiência mais ampla, composta não somente por acadêmicos ou especialistas na temática abordada, mas para um “público geral”. (POSNER, 2001, p. 23-25, tradução nossa).

Há outras definições que complementam a demarcação do termo “intelectual público”, como podemos ver num artigo do filósofo Ivan Domingues (2011), professor titular do departamento de Filosofia da UFMG. Segundo ele,

podemos dizer que toda pessoa que é capaz de pensar por conta própria, dispõe de autoridade e dos meios para chegar ao público (cátedra, púlpito, mídia ou tribuna), usando-os para debater as ideias, defender uma causa, propor uma linha de ação e persuadir a sua audiência. (DOMINGUES, 2011, p. 466).

Ainda que as definições sejam abrangentes, elas ajudam a refletir sobre aspectos importantes relacionados à figura do “intelectual público”. E mais: elas nos auxiliam nas análises das atuações desses indivíduos na sociedade.

Para uma visão ampla do que seria a História Intelectual, temos, também, a definição da função do investigador da História Intelectual, a partir do historiador estadunidense Carl Schorske. Segundo ele,

a função do investigador é localizar e interpretar temporalmente duas linhas que intersectam o campo de investigação. Consistem em uma linha vertical “[...] ou diacrônica, pela qual ele estabelece a relação de um texto ou de um sistema de pensamento com as manifestações anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.)”. E, outra linha “[...] horizontal, ou sincrônica; através dela, determina a relação do conteúdo do objeto intelectual como o que vai surgindo ao mesmo tempo noutros ramos ou aspectos de uma cultura”. (Schorske, 1988, p. 17).

Entendemos que, na linha vertical ou diacrônica, o pesquisador tenta relacionar a criação intelectual que é o centro da sua análise a outras do mesmo ramo de atividade que a precederam. Na linha horizontal ou sincrônica, devemos relacionar nosso objeto a outros produzidos no mesmo momento histórico, porém em outros ramos de atividade cultural.

Mais um autor que compactua com essa definição é o historiador e sociólogo francês François Dosse, que vai além, e pontua que a dificuldade da História Intelectual

é pensar a restituição de um pensamento por si próprio, em sua lógica singular, em seu momento de enunciação, em seu contexto histórico preciso de aparição, sem deixar de lado a mensagem que ele carrega tempo afora até nossa atualidade, o modo como nos fala de nossa contemporaneidade. (DOSSE, 2004, p. 294).

Segundo o autor,

Essa indeterminação remete ao entrelaçamento necessário entre um procedimento puramente internalista, que considera apenas a lógica endógena do conteúdo das obras, das ideias, e um procedimento externalista, que se contentaria com explicações puramente externas, contextualizadas das ideias. (DOSSE, 2004, p. 298).

O autor (2004) entende que, para o aprofundamento da História Intelectual, é necessária a união desses dois aspectos, interno e externo. Portanto, para ele, uma história que estanque na “porta das obras” produzidas pelos intelectuais é tão incoerente quanto aquela que analisa apenas o contexto, os aspectos externalistas da vida do intelectual. Tanto uma quanto a outra, trabalhadas sozinhas, são reducionistas e empobrecem as análises dentro da História Intelectual.

A partir desse entendimento sobre a História intelectual, Dosse pretende unificar a perspectiva externalista, utilizando para isso os conceitos de itinerário, geração e redes de sociabilidades de Jean-François Sirinelli, com a perspectiva internalista, utilizando o estudo das representações de Roger Chartier.

Segundo Dosse (2004, p. 301), “a tese defendida por Sirinelli permitiu mostrar como a noção de geração é operacional no interior de uma história intelectual”. E essa noção se entrecruza com mais dois aspectos: o de itinerário político e o de redes ou estruturas de sociabilidades.

Sirinelli descreve o itinerário de um grupo de jovens nascido por volta de 1905, alunos, durante os anos 20, das turmas preparatórias para ENS (Escola Normal Superior de Paris) do primeiro e segundo anos: Sartre, Aron, Lévi-Strauss, Merleau-Ponty.

Segundo Sirinelli (2003, p. 246), esses indivíduos tinham o mesmo itinerário político e “a observação dos itinerários políticos poderia auxiliar no desenho de mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais”. No entanto, prossegue Sirinelli:

As trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes. (SIRINELLI, 2003, p. 247).

Esses percursos, que podem igualmente ser analisados através da evolução de um grupo de intelectuais vindos de uma matriz comum, como os ex-alunos da classe preparatória para a Escola Normal Superior de Paris, por exemplo, são, na maioria das vezes, complexos. Certamente, alguns seguem uma linha reta, mas a maioria dos caminhos segue linhas fragmentadas (SIRINELLI, 2003, p. 247).

Sobre o aspecto das redes de sociabilidades tidas, por Sirinelli, como “agrupamentos permanentes ou temporários, qualquer seja seu grau de institucionalização, nos quais os intelectuais decidem por inúmeras razões participar” (2003, p. 249), é, geralmente, descrito a partir de duas estruturas essenciais nesse meio: as revistas e os manifestos e abaixo-assinados.

Segundo Sirinelli (2003, p. 249), as revistas compõem o campo intelectual de formas antagônicas de adesão, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”. E termina por dizer que elas são

Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Já os manifestos e abaixo-assinados, segundo ele, “permitem aos seus participantes contarem-se num protesto” (2003, p. 249). Ambos levantam questionamentos sobre a origem e formação dos grupos de apoio e, em seu desfecho, possibilitam ao historiador perceber e analisar as oscilações da consciência nacional que geraram as declarações públicas.

Sobre a noção de geração, à qual Dosse se refere, e é tratada, por Sirinelli, como forma operacional de análise externalista, o autor pontua que, muitas vezes, engloba os “efeitos de idade”, os microcosmos e as redes. Segundo ele, deve-se considerar a dificuldade de se estudar tal aspecto, principalmente pela sua complexidade, visto que as gerações intelectuais são essencialmente multiformes, elásticas e de contornos incertos. Sabendo disso, deve-se partir da compreensão de uma dupla abordagem de geração, válida tanto para o estudo das gerações políticas, quanto das intelectuais. No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais. Segundo o autor:

Um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, e exatamente por esta razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio (SERINELLI, 2003, p. 249).

Nesse sentido, o esclarecimento dos “efeitos de idade” e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento descritivo; eles se revestem, em determinados casos, dos valores explicativos de sua origem e de sua fundamentação, pois, como destaca o autor, estes são fenômenos não-inertes e, muitas vezes, engrenagens decisivas do funcionamento do meio intelectual.

Contudo, entendemos que essa abordagem externalista da História Intelectual proposta por Sirinelli, baseada nos aspectos do itinerário político, redes de sociabilidades e de geração como forma de análise, nos ajuda a desvendar o conteúdo do trabalho intelectual, as trajetórias de vida e profissionais e os espaços e redes de sociabilidade dos nossos pesquisados, podendo, assim, nos debruçar nas obras dos autores – Lilia Moritz Schwarcz e Jessé Souza.

Outra direção de pesquisa da História Intelectual é definida, aponta Dosse (2004), por outro historiador francês, Roger Chartier. Esse autor, considerando a complexidade dos estudos de representação no que diz respeito às categorias socioprofissionais, se atenta aos recursos do discurso, ao “mundo do texto” propriamente dito. Dosse (2004) chama esse aspecto internalista.

Chartier busca voltar seu olhar para a história da leitura, especificamente no que diz respeito às representações das práticas de leitura e escrita. Para o historiador, seu enfoque reside “na construção de um novo objeto, a história da produção, das

circulações e das recepções dos textos impressos na primeira modernidade”. (CHARTIER, 2011, p. 23).

Primeiramente, define o conceito de representação:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Portanto, para Chartier (1990), a representação é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social. Construir representações é tanto uma prática cultural, quanto sociopolítica.

A representação, de acordo com essa teoria, é um componente essencial dos discursos. Tais discursos nunca são neutros ou isentos: são práticas sociais dotadas de intencionalidade e correspondem a interesses específicos

Quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. Há aí uma primeira e boa razão para fazer dessa noção a pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural. Mas a razão é outra. Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; - por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns «representantes» (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam, de forma visível e perpetuada, a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23).

Para pensar o “mundo como representação” construído através das séries de discursos que apreendem e o estruturam, é necessária uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos que dão a ver e a pensar o real. Por isso, segundo Chartier (1990, p. 24), “é necessária uma teoria da leitura que dê conta de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”.

Conforme Dosse (2004, p. 308), “Chartier se interessa pelo estudo dos diversos modos de apropriação dos textos a partir dos suportes, dos pontos de apoio institucionais e do estudo das práticas socialmente diferenciadas”. Segundo o próprio Chartier (1990), essa noção de apropriação não é encarada no sentido de Michael Foucault em *A Ordem do Discurso* (1970)¹, o qual a considera simplesmente um procedimento de subordinação. A perspectiva de Chartier (1990, p. 137) é “centrada não nas exclusões por confisco, mas nas diferenças do uso partilhado”. Segundo ele,

As práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízem nas disposições do *habitus*² de cada grupo.

Para tanto, Chartier elege dois modelos de compreensão para explicar os textos, os livros e suas leituras: Primeiro, coloca em contraste disciplina e invenção, considerando essas duas categorias não como contrárias, mas como sendo organizadas “a par”. Segundo ele:

Todo o dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos? A oposição é demasiado simples entre espontaneidade «popular» e coerções das instituições ou dos dominantes: o que é preciso reconhecer e o modo como se articulam as liberdades condicionadas e as disciplinas derrubadas (CHARTIER, 1990, p. 137 – 138).

O segundo modelo refere-se à noção de distinção e divulgação. Essas duas noções solidárias proporcionam, para Chartier, uma compreensão da circulação dos objetos ou dos modelos culturais que não se reduz à simples difusão, pensada, geralmente, como um movimento descendente na escala social. Segundo Chartier:

Os processos de imitação ou de vulgarização são mais complexos e mais dinâmicos e devem ser entendidos, antes de mais, como lutas de concorrência onde toda a divulgação, concedida ou conquistada, produz imediatamente a procura de uma nova distinção [...] As representações simplistas e imóveis da dominação social ou da difusão cultural devem ser substituídas, na esteira de Elias e Bourdieu, por uma maneira de entendê-las que reconhece a reprodução das distâncias no próprio interior dos mecanismos de imitação, as

¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012

² Ver também: BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

concorrências no seio das partilhas, a constituição de novas distinções em virtude dos próprios processos de divulgação (CHARTIER, 1990, p. 138).

A partir dessas noções, o autor nos oferece a ideia de que,

Primeiro a leitura não está já escrita no texto, sem distanciamento possível entre o sentido atribuído a este (por seu autor, por seu editor, pela crítica, pela tradução etc.) e o uso ou interpretação que podem ser feitos por seus leitores. Segundo, reconhecer que um texto só existe porque existe um leitor para lhe dar satisfação. (CAVALLO, CHARTIER, 2004, p. 17).

Com essas questões postas, compreendemos esse debate como indispensável para analisar os textos produzidos por Schwarcz e Souza. Utilizaremos o estudo da representação para possibilitar uma compreensão mais ampla dos diagnósticos que nossos autores apresentam em suas interpretações.

1.2. A análise externalista: trajetória de Schwarcz e Souza, suas inserções em espaços e redes de sociabilidades.

A inserção gradativa do intelectual na esfera pública tem sido realizada a partir da investigação das estruturas de sociabilidade desses sujeitos, ou seja, o que produziram, em que lugares trabalharam e publicaram os seus escritos, com quem dialogavam, o que liam, enfim, procurando apreender de que modo certos tipos de inserção possibilitam a ascensão e a queda de ideias produzidas por determinados conjuntos sociais e, por outro, de que forma esses indivíduos, participantes de uma elite cultural, produzem e mediam cultura em seus respectivos contextos, ideia proposta por Sirinelli (2003) já trabalhada no tópico anterior.

Aqui é válido lembrar que o autor chama atenção para o fato de que “[...] as elites culturais tomam a cor dos debates cívicos, mas também contribuem para lhes dar os seus tons” (SIRINELLI, 1998, p. 265). Segundo ele, as pesquisas devem buscar construir uma história social das elites culturais. Esses sujeitos, os intelectuais, não podem ser pensados enquanto um segmento social em posição de extraterritorialidade, mesmo que, para efeito de análise, seja legítimo isolá-los, mas é preciso compreendê-los como parte integrante dos arranjos políticos do momento: “[...] ligados à sociedade que os rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade” (SIRINELLI, 1998, p. 264). Em nosso estudo sobre Schwarcz e Souza, seguimos as perspectivas aqui apontadas, pois entendemos que as suas atuações como intelectuais se configuram enquanto uma ação política que diagnosticou e traçou

prognósticos referentes a uma conjuntura política instaurada no Brasil a partir, principalmente, do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A noção de itinerários políticos e sociabilidade nos auxilia a entender as relações instituídas por nossos pesquisados no meio político e cultural. Foi nos lugares de sociabilidade intelectual que se verificou a formação e divulgação de suas ideias. Portanto, partiremos para o mapeamento da formação acadêmica e da atuação intelectual de Lilia Schwarcz e Jessé Souza.

Começaremos por Schwarcz. A historiadora e antropóloga tem uma biografia intelectual bastante robusta. Graduiu-se em História pela USP em 1980, obteve o título de mestre em Antropologia Social pela Unicamp em 1986, tornou-se doutora pela USP em 1993 e conquistou a livre docência em 1998, em Antropologia Social, também pela USP. Desde 2005, é professora titular no departamento de Antropologia pela mesma universidade, foi professora visitante em várias universidades pelo mundo, atuando, desde 2011, como professora visitante da universidade de Princeton nos Estados Unidos³. Além da atuação dentro das universidades como professora, Schwarcz é fundadora, junto com seu marido Luiz Schwarcz, da Companhia das Letras, uma das maiores editoras do Brasil, exercendo a função de editora-chefe dessa empresa. Também é Curadora Adjunta para Histórias do MASP (Museu de Arte de São Paulo) desde 2016. Além disso, é colunista do Nexo Jornal desde 2015.⁴

Essa rápida descrição biográfica nos dá a ideia da formação e atuação de Schwarcz como intelectual pública, ocupando espaços de divulgação e mediação intelectual para um público especializado, no caso das universidades, e para um público mais geral, no caso de seu trabalho como editora, curadora de exposições e colunista de jornal. É interessante pontuar que, no período da graduação até o período do doutorado de Schwarcz, o Brasil estava atravessando um momento crucial em sua história, como o fim do regime militar, a promulgação da constituição de 1988 e a eleição direta para presidente. Essas são mudanças que, certamente, impactaram a produção da autora, como observou Micheli Longo Dorigan (2021), que estuda *O pensamento racial brasileiro na obra de Lilia Schwarcz*:

No que tange ao aspecto intelectual, em virtude do processo de abertura política, novas ideias começam a circular, concomitantemente às novas possibilidades teóricas e metodológicas, permitindo aos futuros autores um

³ Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3246688180226963>

⁴ Site pessoal da autora: <https://www.liliaschwarcz.com.br/conteudos/visualizar/Biografia2>

olhar diferente sobre os problemas existentes na sociedade brasileira. O tema da escravidão africana, na historiografia, foi um dos que foram atingidos diretamente por essa conjuntura, com a realização de novas pesquisas, debates, abrindo novos campos dentro do assunto. Sobretudo, o trabalho interdisciplinar direcionou novas abordagens, fazendo com que a história da escravidão, em seu sentido próprio e direto, ampliasse-se na história social do negro no Brasil (DORIGAN, 2021).

Lilia Schwarcz, em sua trajetória acadêmica, sempre trabalhou com a temática da escravidão e raça, algo que já se faz presente em seu trabalho de conclusão do curso de graduação, em 1980, *Escravidão em Vila Bela*. No mestrado, ela optou pela Antropologia e concluiu o curso na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, que foi uma instituição marcante em sua formação ideológica segundo Hilton Costa:

Uma instituição, no que toca as temáticas citadas, ocupou, e ainda ocupa lugar central: a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. A universidade no interior do Estado de São Paulo pode ser notada como um dos centros de irradiação, por exemplo, da leitura de Edward P. Thompson no Brasil. A UNICAMP não foi o único centro de leitura deste autor no país, todavia nesta instituição houve certo encontro da discussão de Thompson acerca da formação da classe operária na Inglaterra com os estudos sobre o escravismo e as relações raciais no Brasil. Esta situação possibilitou uma constituição de novos olhares para as referidas temáticas. A guinada nestes tipos de estudos está, sobretudo, no insight oriundo dos escritos de Thompson, que não nega a agência da pessoa escravizada, bem como da pessoa oriunda do cativo. Ou seja, a pessoa escravizada e/ou oriunda do cativo possuiria agência sobre as suas ações (COSTA, 2018, p. 4).

Sobre a virada de Schwarcz para Antropologia, a própria justifica:

Busco uma história que não caia no fascínio dos eventos. Em geral, a antropologia busca as categorias que deem conta dos outros, dos estranhos, e acho importante buscar as categorias que nos definem a nós mesmos. E certamente que história e tempo são duas das principais e usualmente nós as naturalizamos (Schwarz, 2008).⁵

Com o exposto, é possível compreender influências indispensáveis para a formação e produção acadêmica de Schwarcz, que uniu o olhar microscópico da abordagem antropológica com o macroscópico habitual da historiografia. Entre a micro e a macro-história, se desenvolve uma visão peculiar a respeito do tempo. Por isso, a autora afirma que “a Antropologia permite uma visão da História que ultrapasse a mera descrição dos grandes fatos da historiografia” (SCHWARZ, 2008).

⁵ SCHWARCZ, Lilia M. *Lilia Moritz Schwarcz é a 'Mulher de Idéias' de 2008*. Por Alexandre Werneck. **Jornal do Brasil**. RJ. 2008. In: https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_materia=372916&dinamico=1&preview=1. Acesso em 09/08/2021

Schwarcz, em sua empreitada como editora e dona, juntamente com seu marido Luiz Schwarcz, da editora Companhia das Letras, também se mostra como uma intelectual pública capaz de, além de disseminar ideias, diagnosticar crises, fomentar ações para emancipação social. A historiadora iniciou um projeto chamado Clube da Leitura⁶ em 2015, realizado nas penitenciárias femininas de São Paulo. A ideia, posteriormente, virou lei estadual: a cada leitura completa de um livro, validada junto ao juiz e à editora, a presidiária tem quatro dias reduzidos de sua pena. Segundo a intelectual:

Muitas dessas mulheres foram presas por causa de seus maridos e, uma vez na cadeia, são abandonadas pela família. Nas prisões masculinas, há sempre fila nos dias de visita, mas nas femininas, não (SCHWARCZ, Revista Vogue, 2016).

Nesse sentido, o Clube da Leitura aproxima as detentas que se sentem acolhidas umas pelas outras, segundo a autora. Outro espaço de divulgação de suas ideias para um público maior foram os museus: Schwarcz, atualmente, é curadora adjunta do MASP. Segundo ela:

Tudo começou quando fui apresentada, através da artista Adriana Varejão, ao Adriano Pedrosa. Juntos, nós idealizamos o projeto “Histórias Mestiças”, que foi apresentado no Instituto Tomie Ohtake em 2014. Foi um projeto de muita pesquisa: tanto histórica quanto de artes visuais. Logo depois da exposição, o Adriano assumiu o MASP como curador-chefe e me convidou para ser curadora adjunta para a seção de “Histórias e Narrativas”. Eu sempre brinco que, no MASP, como curadora, sou uma boa historiadora (*ibidem*).

Schwarcz foi responsável, juntamente com Adriano Pedrosa, por organizar um conjunto de exposições sobre histórias: *História da Infância*, *História da Sexualidade*, se encerrando com *Histórias Afro-Atlântica*, exposição de maior sucesso de público e crítica, inclusive internacional. Segundo ela, em entrevista concedida a Monteiro (2018), essa exposição (*Histórias Afro-Atlântica*) “ajuda a coroar todo um ciclo de pesquisas que eu realizei ao longo da minha trajetória”. Nessa mesma entrevista, Schwarcz expõe a importância dessa exposição tanto para sua trajetória quanto para o alargamento do campo do intelectual:

Assim, esse projeto do *Histórias Afro-Atlânticas* era algo que eu já vinha acalentando, tanto em função de mesmo reunir uma boa carga de pesquisa acadêmica, realizada no interior da universidade, como por trazer essa

⁶ Para mais detalhes ver:

https://www.companhiadasletras.com.br/sobre/AVALIACAO_PROJETO_REMICAO_DA_PENA_PEL_A_LEITURA.pdf

pesquisa para o espaço expositivo e atingir um propósito de divulgação de conhecimento. A nossa academia, apesar de eu ser bastante agradecida a ela, tem um caráter muito fechado em si próprio. Por eu ter, durante toda a minha formação, estudado na escola pública, acho importante que exista essa ponte entre academia e sociedade (SCHWARCZ, 2018).

Além dessa trajetória que nos permite compreender mais sobre a formação de Schwarcz, há a sua vasta produção de livros publicados: *Retrato em Branco e Negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do Imperador* e a organização da quarta edição do livro *História da Vida Privada no Brasil*, no qual escreve um ensaio intitulado *Nem Preto, Nem Branco, muito pelo contrário* (1998). Na última década, publicou *Brasil, uma biografia* (2015/2017) e *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), já interpretando e diagnosticando os problemas atuais da sociedade e da política brasileira, como aprofundaremos no decorrer do trabalho. Com isso posto, de forma geral e descritiva, apresentamos como transcorreu a formação e produção acadêmica e intelectual da autora a partir de itinerários comuns do período dessa formação, bem como sua relação com os locais de formação que poderíamos chamar de redes de sociabilidades (universidade, editora, museu, livros, entrevistas etc.).

Seguindo nossa análise externalista dos autores pesquisados, mapearemos a formação acadêmica e a atuação intelectual de Jessé Souza. Da mesma forma que fizemos com Schwarcz, o que nos importa, aqui, é verificar sua formação enquanto intelectual público, além de sua relação como intérprete e fomentador de narrativas sobre os problemas sociais e políticos do país. Souza tem uma relação aparentemente mais próxima dos governos petistas, tendo atuado, inclusive, como presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ainda que não tenha se furtado a fazer críticas às políticas econômicas adotadas pelo PT (SOUZA, 2012b, 2016, 2017, 2018, 2020b).

Como Schwarcz, Souza tem uma sólida e longa carreira acadêmica. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília em 1981, e mestrado e doutorado em Sociologia. Defendeu a dissertação *O Desespero da Vontade: A Sociologia do carisma em Max Weber*, na Universidade de Brasília no ano de 1986, ganhando da Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-Graduandos em Ciências Sociais – ANPOCS - menção honrosa pelo trabalho. Doutorou-se em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, na Alemanha, em 1991, com a tese *O Desenvolvimento da Modernidade Ocidental*, tendo sido orientado por Wolfgang Schluchter, um dos grandes especialistas em Max Weber. Fez pós-doutorado em

Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research de Nova Iorque, nos Estados Unidos, de 1995 a 1996. Nesse período, publicou seus dois primeiros livros denominados: *Patologias da Modernidade: Um Diálogo entre Weber e Habermas* e *Multiculturalismo e Racismo: Uma Comparação Brasil/EUA*. Em 2006, na Alemanha, tornou-se livre docente em Sociologia pela *Universität Flensburg*⁷. Além disso, lecionou em várias universidades e institutos do Brasil e no exterior, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), a Universidade Humboldt, em Berlim, e a Universidade de Sorbonne, Paris I. Hoje, é Professor titular da UFABC (Universidade Federal do ABC)⁸. Publicou, como autor ou organizador, 27 livros, tendo publicado vários artigos e capítulos de livros. À frente falaremos sobre seus interesses de pesquisa e seus principais livros.

Outra empreitada mais recente de Souza, no meio educacional, foi a criação, em 2020, juntamente com o economista Eduardo Moreira, do Instituto Conhecimento Liberta⁹, uma plataforma *online* que reúne vários cursos com professores de várias áreas do conhecimento. No site do instituto, eles explicam que são uma entidade de “educação e cultura que acredita que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada pelo conhecimento” e a missão do instituto é “democratizar os conteúdos essenciais tornando-os simples e acessíveis a todos” (ICL, 2020).

Em relação à sua aproximação mais direta com os governos petistas, isso se deu ao longo do ano de 2015, quando foi convidado a ser presidente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –, uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. As atividades de pesquisa desse órgão fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento para o país¹⁰. Em 2015, foi indicado à presidência do IPEA por Roberto Mangabeira Unger que, na ocasião, era ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Essa secretaria é responsável por assessorar diretamente a Presidência da República no planejamento nacional e na formulação de políticas públicas de longo prazo, voltadas ao desenvolvimento nacional.

⁷ Ver: DAMASCENO, Maria. Apontamentos Para Uma Aproximação Da Obra E Biografia De Jessé Souza. In: FOLLMANN, José I. (Org.). **Dialogando com Jessé Souza**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018

⁸ Plataformas Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0579479554424887>

⁹ Para saber mais: <https://icl.com.br/>

¹⁰ Ver: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68.

Nesse ano de 2015, houve uma troca de ministros na SAE: saiu Marcelo Neri, economista responsável pela tese da “nova classe média” (2008), e entrou Mangabeira Unger. Neri ficou bastante conhecido por seu diagnóstico sobre o surgimento da nova classe média, que virou propaganda política dos governos do PT, ao colocar os milhões que passaram a ter acesso à renda, ao trabalho formal, ao crédito, a bens duráveis de consumo e ao ensino superior, em consequência das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, como uma nova classe média. Essa tese foi extremamente criticada por outros economistas, como Márcio Pochmann, por exemplo, e vários outros intelectuais, como Ruy Braga, André Singer, Marilena Chauí e, principalmente, o próprio Jessé Souza. Esses intelectuais, embora reconhecessem os avanços provocados pelas políticas sociais dos governos petistas, cada um à sua maneira, entendiam que esses brasileiros com mais acesso a bens constituíam, na verdade, uma nova classe trabalhadora, moldada sob as exigências neoliberais e não de uma nova classe média real.

Roberto Mangabeira Unger¹¹ assume a SAE e indica Jessé Souza para a presidência do IPEA. Os dois intelectuais, Unger e Souza, parecem ter uma relação bastante próxima. Segundo o jornalista Gilberto Maringoni, em entrevista com Souza para a revista Fórum (2015^a), “Souza é braço direito de Mangabeira Unger”. Unger não só prefaciou o livro *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, no qual Souza se contrapõe à tese da “nova classe média” de Neri, como também apoiou essa pesquisa com financiamento da SAE, em 2009. Essa pesquisa foi desenvolvida por um grupo de 10 pesquisadores, sob a coordenação de Souza. Os pesquisadores fizeram entrevistas com vários tipos sociais dos batalhadores, em diferentes regiões do Brasil.

Na gestão de Souza à frente do IPEA, se desenvolveu um plano de trabalho chamado de *Radiografia do Brasil Contemporâneo*. Segundo o site de assessoria de imprensa do próprio instituto, o projeto tinha como objetivo:

Produzir conhecimento inovador para as necessidades atuais da sociedade brasileira. Para isso, a pesquisa contemplará duas dimensões de análise clássicas em todas as ciências sociais: a dimensão do “agente social” e a “institucional”. A intenção é obter uma radiografia das classes sociais e das instituições brasileiras por um prisma abrangente, indo além da simplificação

¹¹ Roberto Mangabeira Unger é formado em Direito, pela UFRJ, e Filosofia pela Universidade Harvard (EUA), sendo professor titular dessa universidade. Foi ministro da Secretaria para Assuntos Estratégicos no governo Lula, de 2007 a 2009, retornando em 2015. Vale ressaltar que sua passagem pelo IPEA em 2015 foi rápida, pois ele pediu demissão do cargo no mesmo ano. Ver: <http://www.robertounger.com/pt/>

de imaginar o comportamento do agente como sendo determinado somente por estímulos econômicos, por sua renda. Os dois eixos da pesquisa são o Estudo das Classes Sociais para a Inovação Institucional e a Radiografia das Instituições Brasileiras. Este último tem como objetivo maior a compreensão do encadeamento institucional que une Estado, mercado e sociedade em uma sociedade complexa, moderna e dinâmica, como a sociedade brasileira atual, de modo a entender melhor os obstáculos para o desenvolvimento brasileiro (IPEA, 2015b, s/p).

Souza (2015), em uma publicação explicando o projeto, afirma “que o investimento público bem feito depende de conhecimento prévio das pré-condições sociais nas quais a política deve intervir”. Segundo ele,

Para isso acontecer é necessário contemplar as duas dimensões de análises clássicas em todas as ciências sociais, desde a economia à sociologia, que podem ser definidas como dimensão do “agente social”, por um lado, e da dimensão “institucional”, por outro (SOUZA, 2015b, s/p).

Essa ideia reafirma a escolha de Souza quanto à sua forma de perceber a pesquisa qualitativa. Para ele, o importante é perceber as disposições e a mentalidade do agente social para antecipar e prever, em alguma medida, seu comportamento; do mesmo modo, deve-se conhecer a lógica institucional do complexo organizacional no qual todos estão inseridos (SOUZA, 2015b. s/p).

A indicação de Souza para a presidência do IPEA, segundo Andréa de Souza Lobo e Carla Costa Teixeira, que fizeram uma pesquisa etnográfica sobre o instituto, “acionou certa tensão no processo, não remetendo necessariamente a fricções irreconciliáveis; muitas vezes aconteceram para acomodar ou demarcar interesses e fronteiras de diversos tipos” (LOBO, TEIXEIRA, 2020. p. 104).

Elas ainda pontuam que, no caso da posse e das mudanças na gestão de Souza, dois mecanismos foram rapidamente postos em ação. “O primeiro diz respeito à identidade de sociólogo do novo presidente”. Segundo as autoras, essa indicação foi feita em função da crescente “diversidade” que a instituição vem assumindo nos últimos anos, seja, mais uma vez, “como certo desvirtuamento das suas funções originais, ou como expressão de que a instituição teria se tornado mais rica e multifacetada” (*ibidem*, p. 105). O segundo ponto diz respeito “à tensão – pesquisas acadêmicas versus pesquisas como função de estado” (*ibidem*). Nesse sentido, as autoras apontam que, no discurso de Mangabeira Unger, quando da posse de Souza, e do próprio empossado, parece ter havido “uma inflexão na direção das “pesquisas como função de Estado”, com uma orientação considerada, por alguns, fortemente desenvolvimentista e impositiva” (*ibidem*).

O projeto iniciado por Souza terminou abruptamente em abril/maio de 2016, pois, segundo ele, em função do impeachment de Dilma Rousseff, foram mudadas as condições políticas que garantiam sua gestão na presidência do IPEA. Em suas palavras,

as condições políticas para se levar o projeto original não existiam mais [...] foi possível criar um processo de convencimento no IPEA acerca da importância do projeto, de tal modo a possibilitar o aproveitamento dos resultados da pesquisa para uso futuro (SOUZA, 2020a, p. 05).

O sociólogo diz que o objetivo dessa pesquisa foi “a reconstrução das disposições para o comportamento prático diferencial a partir da socialização primária e secundária”. E isso permitiu “iluminar todo um universo de comportamentos, muito especialmente nas classes populares, os quais são ainda pouco conhecidos entre nós”. E a pesquisa, segundo Souza (2020a), “mostra um aspecto fundamental da realidade brasileira: a desigualdade social abissal e suas consequências na personalidade de indivíduos com pertencimento de classe e pontos de partidas sociais muito distintos”.

Essa pesquisa foi fruto da caminhada de Souza ao longo de sua formação acadêmica, como foi mostrado em parágrafos acima. Esses itinerários marcaram a formação intelectual do sociólogo, inclusive na sua participação como presidente do IPEA. Diante do exposto, destacamos como suas principais obras para este estudo: *A Construção Social da Subcidadania*, de 2003; *A Ralé Brasileira*, de 2009; *Os Batalhadores Brasileiros*, de 2010; *A Tolice da Inteligência Brasileira*, de 2015; *A Radiografia do Golpe*, de 2016; *A Elite do Atraso*, de 2017 e *A Classe Média no Espelho*, de 2018. São livros em que o autor delimita e desenvolve sua crítica teórica e política à ciência conservadora dominante no Brasil, que coloca o homem cordial como o tipo humano que caracteriza o brasileiro e o patrimonialismo como nosso mal de origem, bem como apresenta suas pesquisas sobre as classes sociais no país.

CAPÍTULO 2

Análises internalistas: O que foi a ruptura do projeto petista de conciliação e como as principais obras de Souza e Schwarcz interpretaram o Brasil antes de 2016.

2.1. A conciliação entre interesses de classes sociais no Brasil nas interpretações de alguns dos nossos intelectuais.

Quando falamos em “ruptura do projeto de conciliação de classes petista”, estamos nos referindo ao que muitos intelectuais têm debatido sobre os rumos do projeto político petista que buscava conciliar os interesses das classes dominantes com políticas que possibilitaram a inclusão dos brasileiros mais pobres no acesso à renda e ao crédito, mudando seu padrão de consumo e causando uma transformação socioeconômica significativa no país (SINGER, 2012; MIGUEL, 2016; BRAGA, 2016). Esse projeto conciliador começou a partir de 2003, quando Lula, eleito, no ano anterior, pela primeira vez, presidente da República, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tomou posse e, diante de uma economia mundial favorável, desenvolveu medidas ativas para a diminuição da pobreza. O que foi interpretado por André Singer (2012) como uma orientação que possibilitou a implementação de políticas que visavam reduzir a pobreza “com destaque para o combate à miséria e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital” (SINGER, 2012, p. 13).

Segundo Singer, as políticas de redução da pobreza promulgadas no governo Lula como, por exemplo, o Bolsa Família, produziram um realinhamento eleitoral, uma vez que, a partir de 2006, os mais pobres passaram a ser a base de sustentação do governo. Desde 2005, o governo petista se encontrava imerso em um processo de escandalização diária, por parte das mídias tradicionais do país, em torno do que se chamou, na época, de mensalão (denúncias de compra – seja por dinheiro, seja por cargos, seja por emendas – de apoio e voto para aprovação de projetos do governo). Apesar disso, em 2006, Lula conseguiu a reeleição, principalmente contando com o voto dos mais pobres, caracterizando, assim, o que o autor chamou de “lulismo”. Conforme Singer, o lulismo é o aparecimento de uma base social que “proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo de diminuição da pobreza com manutenção da ordem” (SINGER, 2012, p. 13).

Para manutenção dessa “ordem”, foram feitas concessões importantes ao capital no que diz respeito à taxa de juros, à autonomia do Banco Central, ao câmbio flutuante e, até certo ponto do primeiro mandato, também à questão do superávit primário. Mas, por outro lado, ele acopla a essas concessões ao capital uma série de medidas de sentido distributivo bastante relevantes:

No lulismo, pagam-se altos juros aos donos do dinheiro e, ao mesmo tempo, aumenta-se a transferência de renda para os mais pobres. Remunera-se o capital especulativo internacional e se subsidiam as empresas industriais prejudicadas pelo câmbio sobrevalorizado. Aumenta-se o salário-mínimo e se contém o aumento de preços com produtos importados. Financia-se, simultaneamente, o agronegócio e a agricultura familiar. [...] por isso, o presidente pode pronunciar, para cada uma delas, um discurso aceitável, usando conteúdos diferentes em lugares distintos e, sobretudo, tomando cuidado para que os conflitos não impliquem radicalização e mobilização (*Ibidem*, p. 202).

Outro autor que trata dessa conciliação de classes petista é Luiz Felipe Miguel, que compreendeu os mandatos do Partido dos Trabalhadores como “ciosos dos limites que esse arranjo institucional impunha” (MIGUEL, 2016, p. 32), no sentido de compreender que o partido nutria certo cuidado ao mexer nos privilégios dos grupos mais poderosos, tentando acomodar os interesses desse grupo em seu projeto e não os enfrentar, desse modo:

A elite política tradicional foi incorporada ao projeto de poder petista, que loteou generosamente o Estado brasileiro. O capital financeiro manteve lucros crescentes. O dinheiro público cevou as grandes corporações, seja pelo investimento maciço em obras, seja por meio dos bancos estatais dedicados ao fortalecimento dos nossos capitalistas. Como garantia de suas “intenções sérias”, o PT no poder trabalhou ativamente para desmobilizar os movimentos sociais que poderiam pressionar por transformações mais profundas [...] mas não se pode negar que reduziram a miséria, colocaram na universidade pessoas que antes não passavam nem na porta, levaram luz elétrica para vilarejos pobres do interior, estenderam direitos trabalhistas a grupos que não os tinham (MIGUEL, 2016, p. 32-33).

Miguel faz uma análise sobre a conciliação de classe feita pelo PT, de certa forma negativa, quando cita a desmobilização dos movimentos sociais, mas reconhece os avanços trazidos por essa política à população miserável, sem acesso à luz elétrica, aos direitos trabalhistas e às universidades. Além de Singer e Miguel, Ruy Braga (2016a) também contribui para essa discussão sobre o que foi o projeto de conciliação de classes petista. Ele entendeu que a junção do crescimento econômico com a

desconcentração de renda entre os que vivem do trabalho seduziu o que o autor chama de “preariado” brasileiro, isto é, a parte mais explorada da classe trabalhadora. Para o autor, o “lulismo” foi uma forma de regular os conflitos de classe que se sustentavam no consentimento passivo das classes subalternas e no consentimento ativo das classes dirigentes ao projeto conciliador petista.

Conforme Braga (2016a), a união desses consentimentos permitiu a pacificação do conflito entre classes durante alguns anos dos governos petistas, mas sofreu um abalo porque o mercado brasileiro tinha dificuldades para gerar empregos com maiores salários e garantias sociais para os trabalhadores:

De fato, sabemos que durante os governos de Lula da Silva, 2,1 milhões de empregos formais foram criados no país todos os anos. No entanto, desses 2,1 milhões de empregos formais, 2 milhões remuneram até 1,5 salário-mínimo [...] a desconcentração de renda promovida pela combinação entre políticas públicas redistributivas, crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho garantiu a absorção daquela massa de trabalhadores pobres que não é capaz de poupar e que transforma todo o dinheiro que entra na base da pirâmide salarial em consumo. Assim, assistimos a um ciclo de progresso material que esbarrou em limites muito precisos: o mercado de trabalho brasileiro tem demonstrado sérias dificuldades de oferecer empregos mais qualificados que aqueles facilmente encontrados, por exemplo, no setor de serviços pessoais ou na construção civil (BRAGA, 2016a. p. 57).

O autor argumenta que as políticas públicas redistributivas, a geração de empregos formais, mesmo que com baixos salários e condições precárias, e o acesso dos mais pobres ao crédito produziram uma modesta desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho. O que, segundo ele, foi suficiente para um país, que é conhecido em todo o mundo por suas abissais desigualdades, fortalecer o consentimento dos mais pobres “à regulação lulista” (*ibidem*, p. 87). Segundo Braga, essas políticas garantiram a reeleição de Lula e as duas vitórias eleitorais de Dilma Rousseff. Contudo, as contradições sociais vinham sendo aprofundadas mesmo no contexto de crescimento econômico pela precarização das condições do trabalho. As tensões sociais ficaram mais evidentes no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff quando, em decorrência da crise financeira mundial de 2008, grupos empresariais do país passaram a exigir do governo mudanças nos rumos da política econômica.

Essas mudanças significavam um ajuste fiscal recessivo que refletiu no aumento do desemprego. Além de demandar controle de greves, o mercado também pedia por

reformas impopulares como a reforma da previdência e das leis trabalhistas. Nesse contexto, houve cortes de investimentos federais que afetaram os trabalhadores mais pobres que, mesmo garantindo a vitória de Dilma Rousseff em 2014, condicionaram esse apoio à manutenção da geração de empregos formais. Entretanto, “o aumento da taxa de desemprego selou finalmente, o divórcio litigioso, anunciado em 2013, do precariado urbano com o lulismo” (*Ibidem*, p. 90). Com o exposto, é possível dizer, mesmo que haja pontos de divergência entre os autores, que os três supracitados concordam que houve uma conciliação de classes ocorrida a partir de 2003, com a vitória do presidente Lula. Essa conciliação é consequência de uma reforma gradual e de um pacto conservador, nas palavras de Singer (2012), advinda de uma conjuntura econômica mundial favorável e um projeto político de diminuição da pobreza, que não mexeu nas estruturas do capital.

Enquanto a economia mundial e brasileira estava favorável, o projeto petista seguiu vencendo as eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014. No entanto, em decorrência da crise mundial do capitalismo, em 2008, houve um tensionamento entre esses interesses que, futuramente, resultaria na ruptura desse projeto, tendo como ápice o impeachment da presidente Dilma Rousseff, sucessora do modelo petista de conciliação dos interesses de classes (SINGER; 2012; 2018; BRAGA, 2016; MIGUEL, 2016). Esse impeachment alterou os rumos da política brasileira, possibilitando a ascensão de um político representante da extrema direita à Presidência da República.

Diante do exposto, vemos que vários intelectuais do Brasil se propuseram a interpretar os eventos políticos e socioeconômicos que contextualizaram a ruptura do projeto de conciliação petista e as consequências disso para o país (BRAGA, 2016; SOUZA, 2016; AVRITZER, 2016; SINGER, 2018; SCHWARCZ, 2019). Contudo, nos propomos a tentar apreender como Schwarcz e Souza vêm discutindo esses eventos e disseminando suas interpretações no debate público brasileiro. Por isso, o próximo tópico tratará sobre a inserção desses dois autores como intelectuais que interpretam o Brasil.

2.2. Discutindo as obras escritas por Lilia Schwarcz antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Destacar as principais obras de Souza e Schwarcz nos remete à ideia de Dosse de que apenas as análises externalistas, que compreendem os itinerários, a geração e as redes de sociabilidades dos autores não dão conta de produzir uma história intelectual

fecunda. Entendemos, então, que, para isso, é necessário abarcar também uma análise internalista, ou seja, ir ao texto dos autores, examinar principalmente seus argumentos que embasam suas teorias, suas possíveis aproximações ou seus distanciamentos.

O que nos interessa, neste momento, é examinar suas produções acadêmicas antes do que estamos chamando de ruptura do projeto de conciliação petista. Como discutido no início deste capítulo, essa ruptura é uma quebra da conciliação dos interesses das classes dominantes com políticas que possibilitaram a inclusão dos brasileiros mais pobres no acesso à renda e ao crédito, mudando seu padrão de consumo e causando uma transformação socioeconômica significativa no país.

Visto que os autores têm longa produção acadêmica, decidimos pontuar as análises em dois temas centrais nas obras deles: a relação *Estado e sociedade*, que os leva a tratar sobre como as elites pensaram, discutiram e construíram o Brasil, e a questão da *dominação social*, que os leva a refletir, principalmente, sobre desigualdades sociais, raça e racismo. Esses dois temas nos parecem mais relevantes para esta pesquisa, pois, perpassam toda a obra de Schwarcz e Souza, e são pontos de aproximações e distanciamentos entre os autores, além de nos dar a ideia de como eles perceberam, a partir de uma análise estrutural da sociedade, os processos e tensões que levaram a uma crise política que teve seu ápice no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, possibilitando a eleição de Bolsonaro.

Com isso posto, tendo em mente a ideia apontada por Dosse sobre a importância das análises internalistas, ou seja, análise do próprio texto, partimos do conceito de representação de Chartier (2011), que a apresenta como uma ferramenta pela qual um indivíduo ou um grupo de indivíduos estabelecem significados para o mundo social. É um processo carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social, ou seja, uma prática de significação intencional. E isso, para Chartier, é tanto uma prática cultural, quanto sociopolítica.

Iniciaremos nossas análises internalistas com as obras da historiadora e antropóloga Schwarcz que, como nos mostra sua biografia acadêmica supracitada, desde o início de sua formação, começa a trabalhar com questões relacionadas à história da escravidão e raça, como vimos, por exemplo, nos seus trabalhos de conclusão da graduação, na dissertação de mestrado e na sua tese de doutorado.

Segundo o sociólogo Hilton Costa, que estuda o pensamento de Schwarcz,

Retrato em Branco e Negro (1987), *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do Imperador* (1998) possuem, em grande medida, objetos diferentes, mas suas temáticas são aproximadas, porém distintas. Contudo, a observação em conjunto dos textos permite vislumbrá-las dentro de um mesmo esforço intelectual: perceber como as elites intelectuais e políticas pensaram, problematizaram e “construíram o Brasil”. (COSTA, 2021, s/p)

Para observar esse esforço em suas obras, partiremos. Agora, para análise de algumas. Como já destacamos o primeiro livro de Schwarcz, intitulado *Retrato em Branco e Negro*, foi lançado em 1987, resultado de sua dissertação de mestrado pela UNICAMP. Nessa obra, a autora pretende compreender o imaginário social sobre o negro e a sua condição na cidade de São Paulo, no final do século XIX, utilizando como fonte principal de pesquisa jornais da época. Primeiramente, ela nos dá um panorama da imprensa paulistana do século XIX, mais especificamente de 1870 até 1900. No contexto de crise do regime monárquico, os jornais que conseguiam, arduamente, certa estabilidade, possuíam papel fundamental na propagação das ideologias correntes. Nas palavras dela,

A nossa intenção é antes registrar e interpretar a própria diversidade de concepções, reconstituindo não a condição negra em si, mas, antes, os modos como brancos falavam sobre o negro e o representavam num momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam esses elementos (SCHWARCZ, 2009, p. 19).

Schwarcz faz uma análise de como as elites se esforçaram para manter seus privilégios e suas antigas distinções dos “cidadãos” pós-abolição, dentro do contexto de crise política, ou seja, da transição do sistema monárquico para o sistema republicano, e nesse entremeio, a abolição da escravidão, sistema que marcou, durante 300 anos, a história e as relações sociais do Brasil. Como disse Costa, analisando a obra de Schwarcz:

Os periódicos teriam a capacidade de “criar realidades”. Estas realidades seriam criadas segundo determinado referencial. Referencial que os próprios periódicos faziam circular. Por exemplo, as teorias raciais, mobilizadas para manter em um novo cenário as antigas premissas da sociedade brasileira. (COSTA, 2021, s/p).

Nesse contexto, a imprensa da época procurava se utilizar da “sciência” para legitimar o discurso de inferioridade da “raça negra” em relação à “branca”. Segundo Schwarcz, a

“sciência”, conjuntamente com todo um ideário evolutivo e positivista, parecia nesse momento dar conta, de forma absoluta, das diferentes questões

que assolavam o país, questionando e disputando espaços inclusive com a religião e a Igreja, até então as grandes fontes dos discursos fechados e competentes da época (SCHWARCZ, 2009, p. 117).

A autora procura exemplificar, com trechos dos periódicos, como era caracterizada a inferioridade do negro em relação ao branco, como, por exemplo, nesse excerto

O escravo para se tornar digno de pertencer a essa sociedade que se pode dizer o primeiro “degrao” na escala da civilização regenerará seus “costumes”, sacrificará suas paixões para atingir o alvo que pretende e nas horas vagas em vez de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar (A *Província de São Paulo*, 4 de setembro de 1881 apud SCHWARCZ, 2009, p. 129)

Os desdobramentos desse debate levavam ao questionamento polissêmico em relação à inferioridade do negro, ou a “responsabilidade do branco” de tornar o “negro cidadão”. No entanto, segundo Schwarcz,

É relevante verificarmos que afirmar que o universo mental desse segmento da elite era coerente e compatível com a dominação não é o mesmo que afirmar que os brancos forjavam intencionalmente a realidade. Afirmar e desvendar o objeto de tutela que havia não é o mesmo que imputar uma absoluta direção e controle dos senhores frente à situação. Assim, o que acabamos por recuperar não foram tanto as “estratégias” de grupos dominantes, mas antes partes de um arsenal cultural que se produz nesse complexo processo de constituição de novos agentes sociais e da nação (SCHWARCZ, 2009, p. 298).

Essa conclusão da autora nos aponta os desafios encontrados por ela para estabelecer uma relação da complexidade social desse período retratado, atrelados a uma nova forma de perceber os agentes sociais pautados por uma nova abordagem dos estudos sobre escravidão, inseridos na época da feitura desse livro. Mas também nos mostra que seu pensamento transcorreu de forma consequente, a partir das descobertas feitas por essa pesquisa, como podemos perceber no seu próximo livro: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil* de 1993.

Ainda na linha de investigação sobre as origens estruturais e difusas do racismo na sociedade brasileira, Schwarcz inicia seu livro dizendo que “em finais do século XIX, o Brasil era recorrentemente descrito como uma imensa nação mestiça representando, nesse sentido, um caso extremo e singular” (SCHWARCZ, 1993, p. 11).

A autora traz vários relatos de viajantes naturalistas que aqui estiveram e descreviam o país como uma nação de mestiços. Mesmo internamente, nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, “raça” aparecia como um

argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual advinda tardiamente da Europa e acomodada em várias instituições intelectuais brasileiras.

Segundo José Eustáquio Romão e Fernando Vinicius Gonçalves Frias, em resenha do livro *O Espetáculo das raças*, já no ano de 2018, Schwarcz

Demonstra que travestido inicialmente de ciência positivista, em que, por meio de princípios deterministas, se tentou naturalizar relações histórico-sociais, na verdade revelam um racismo explícito resultante de um modo de produção defendido pelos intelectuais orgânicos das elites nacionais e que era estruturalmente comprometido com as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais, porque baseado na mais cruel reificação de seres humanos (ROMÃO; FRIAS, 2018, p. 231).

No livro, a autora constrói, além da afirmação da identidade profissional de médicos e advogados brasileiros, suas ambições hegemônicas a partir das teorias darwinistas e pelas visões racistas da época:

Essa representação mestiça que se fazia do país e a grande incidência de teorias que priorizavam o tema racial na análise dos problemas locais, a intenção desse trabalho é entender a relevância e as variações na utilização desse tipo de teoria no Brasil, no período que vai de 1870 a 1930 (SCHWARCZ, 1993, p. 14).

Schwarcz procura demonstrar que as ideias da intelectualidade brasileira sobre raça caracterizavam-se pela especificidade, pela adaptação seletiva de conceitos em face da realidade social do país. Diante da condenação da miscigenação racial, surgiram reações múltiplas, ambíguas, reações estas que oscilavam entre a preocupação, a constatação e o elogio à mestiçagem.

A autora mergulha na história institucional dos museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e faculdades de medicina, na produção científica dos periódicos a elas vinculados, faz uma análise comparativa das instituições pesquisadas para, segundo ela:

Compreender como o argumento racial foi política e historiograficamente construído nesse momento, assim como o conceito de raça, que além de sua definição biológica acabou como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análises (SCHWARCZ, 1993, p. 17).

Através dessa pesquisa, podemos entender melhor o pensamento de Schwarcz quando ela aponta para o “presentismo do passado”, ou seja, a persistência de estruturas arraigadas na sociedade brasileira como a relação entre raça e desigualdade, pois ela

Constata que o argumento racial continuava oportuno, quando apaga as suas conclusões mais radicais. Justificava teoricamente desde a construção de projetos políticos conservadores, até a existência de hierarquias rígidas, agora cientificamente explicadas. Dessa maneira, se ao adotar o jargão evolucionista e racial essas elites letradas acabavam assumindo uma espécie de consciência do atraso, encontravam também respaldo para redimensionar uma discussão sobre a igualdade entre os homens e, por conseguinte, sobre critérios de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.243).

Em suma, Schwarcz demonstra que os intelectuais brasileiros mais bem remunerados e de maior prestígio à época tentaram “justificar, por meio da raça, estruturas sociais consolidadas”, ou seja, tentavam “transformar diferenças sociais em barreiras biológicas fundamentais” (*ibidem*). E isso ocorria tanto com,

Os ‘homens da medicina’, que viam na mistura das raças o nosso maior veneno e se responsabilizavam pela descoberta do antídoto”, [...] quanto os ‘homens da lei’ que, embora defendessem um Estado Liberal, temiam os efeitos da ‘mestiçagem acelerada’ [...] composta por tantas raças desiguais, e talvez pouco preparada para o exercício da cidadania” (*ibidem*, p. 246).

Segundo a autora, “a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, que tornasse homogêneas as grandes diferenças observáveis”. Então, caberia, assim, exclusivamente aos legisladores e através do exercício da lei, unificar “esse território que se queria nação”. Mesmo entre as diferentes percepções de Estado e sociedade em que as escolas principais de direito do país, Recife e São Paulo, tinham.

Enquanto na Escola de Recife um modo claramente determinista dominava, em São Paulo um liberalismo de fachada convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades. A teoria racial cumpria o papel, quando utilizada, de deixar claro como para esses juristas falar em democracia não significava discorrer sobre a noção de cidadania. (SCHWARCZ, 1993, p. 186)

Não obstante, tentando manter as pautas da desigualdade, acabaram por formular uma espécie de liberalismo “conservador”, no qual o indivíduo, como retratado num artigo publicado em 1914 na revista da escola paulista e exposto por Schwarcz (1993, p. 188), “o indivíduo no Brasil sempre foi letra mortal... e afinal, quem se importa”, revelando assim o elitismo e o racismo dos “homens da ciências”.

Segundo Schwarcz,

raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens da lei; um índice tenebroso

na visão dos médicos”. O que ela percebe é como determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada (*ibidem*, p. 242).

Portanto, a autora procura entender os novos significados contextuais e a relação com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país. Segundo a autora, "melhor é pensá-las como produto e produção, vê-las como resultado do momento em que se inserem, mas conjuntamente atentar para a criação de novos valores e concepções" (*ibidem*, p. 242).

A autora diz que “talvez se possa supor que raça seja, ainda nos dias de hoje, um argumento possível no país, desde que introduzido em certas esferas mais íntimas e de convívio informal”. Mas, segundo ela, “transforma-se, no entanto, em conceito pouco legítimo quando utilizado em ambientes cuja lógica não é dada pelas relações de cunho pessoal”. Entendemos que, para a autora, “nesses locais, a defesa do mesmo tipo de interpretação passa a parecer inaceitável”. Assim, segundo ela, “se a interpretação científica que explicava, por meio da mestiçagem, a degeneração de uma nação não mais se sustenta”, então seria “possível afirmar que falar da raça é ainda uma questão de grande impacto em um país como o nosso”. (*ibidem*, p. 248).

Segundo ela, “caíram os paradigmas explicativos e, com eles, a aceitação científica dos modelos raciais em suas explicações sobre a humanidade dividida em espécies”. Com efeito, já nos anos 1930, a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre (1930), de que esse era um país racial e culturalmente miscigenado, passava a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, “mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época” (SCHWARCZ, 1993, p.448)

No entanto, essa ideia começa a mudar atualmente. Um exemplo de “presentismo” de que nos fala a autora confirma esse movimento de ressignificação, adaptação ou reelaboração do conceito de raça nos dias de hoje voltando ao final do século de XIX: vemos alguns agentes públicos emitir opiniões publicamente, que seriam inaceitáveis até pouco tempo, em relação à raça, como a fala do atual presidente Jair Bolsonaro, ainda candidato, em 2017, num clube hebraico perante uma plateia de mais de 300 pessoas e com cobertura da mídia:

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles (YAHOO, 2022, s/p)

Essa fala, entre outras, atacando indígenas,¹² também nos revela que há um movimento contrário à época que Schwarcz escreveu o livro, no sentido de que, aparentemente, as pessoas perderam o constrangimento de emitir opiniões em público sobre temas como, por exemplo, raça ou racismo, que ficavam relegados à esfera íntima do indivíduo. “Nesse contexto, conceitos são reavaliados, imagens assentadas perdem sua mais antiga conotação” (SCHWARCZ, 1993, p.448). Como conclui a historiadora, “raça permanece, porém, como tema central no pensamento social brasileiro” (*ibidem*, p. 249) do período e mesmo transitando para tempos mais democráticos.

Partindo para outra obra de destaque na produção de Schwarcz, adentramos em um trabalho que caracteriza toda sua formação acadêmica de trânsito entre a História e a Antropologia. Segundo a própria autora, ela faz uma “História Antropológica ou Antropologia Histórica” (SCHWARCZ, 2005, p. 135) em *As barbas do Imperador: um monarca nos trópicos*, de 1998. Nesse livro, ela procura entender como se dá a construção simbólica da monarquia no Brasil e sua originalidade tropical. Nas suas próprias palavras: “trata-se de perceber, antes de tudo, o enraizamento da monarquia brasileira a partir de rituais de origem diversa e de analisá-la, sim, tendo em vista um referencial antropológico”. (SCHWARCZ, 1999, s/p).

Esse livro foi o desdobramento de sua tese de livre-docência, apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Percebemos, nesse ensaio, o uso da ideia de “representações e práticas culturais”, perspectiva teórica introduzida pela História Cultural¹³ nas décadas finais do século XX, sendo um dos seus principais expoentes o historiador Chartier, mencionado em parágrafos acima.

A autora privilegia a dimensão simbólica da representação da realeza e diz “que essa faceta pouco estudada é fundamental na recuperação de modelos de sociabilidade até hoje presentes” (SCHWARCZ, 2008, p. 20). A preocupação da autora é “repensar a importância da dimensão cultural” (*ibidem*) como forma de análise das representações da realidade, bem como suas práticas, ou seja, a forma como os indivíduos agem em suas realidades. Lembrando que elas se relacionam de forma interativa, ou seja, tanto as representações influenciam as práticas quanto o inverso.

Segundo a autora:

¹² Para saber mais: <https://br.noticias.yahoo.com/relembre-7-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-direitos-dos-indigenas-162258426.html>

¹³ Para mais informações ver BARROS, José D’Assunção: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4862954/mod_resource/content/1/Roger%20Chartier%20-%20Hist%C3%B3ria%20Cultural%20entre%20pr%C3%A1ticas%20e%20representa%C3%A7%C3%B5es.pdf

Colocar a questão nesses termos implica admitir que o significado se faz em contexto, mas também privilegiar certa singularidade cultural, uma análise sincrônica que se vale do repertório específico de cada cultura. Na fronteira entre a história e a antropologia, essa perspectiva permite pensar, ainda, em permanências e releituras — em “estruturas mentais” — e, desse modo, na razão da fortuna ou do fracasso de determinadas simbologias, igualmente manipuladas (SCHWARCZ, 2008, p. 21).

Portanto, tendo o Segundo Reinado como cenário, período inicial de um modelo de nacionalidade, Schwarcz procura entender os mecanismos de construção simbólica da figura do imperador Dom Pedro II, a partir das análises de suas relações e associações como o fortalecimento do Estado. Com uma produção enorme de imagens, o Império brasileiro criou vários ícones nacionais (hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões). Desse modo, construiu uma imagem do monarca que simbolizava a pátria. Segundo a autora:

A ideia é, portanto, recuperar meios e processos pelos quais toma forma uma grande representação de d. Pedro II e do Império brasileiro. Tendo por base uma visão alargada do processo que leva à consolidação da imagem do governante, se buscará não só as grandes instâncias de efetivação, como as pequenas e cotidianas medidas. Se o exame da iconografia oficial revela facetas das produções da elite carioca, já os rituais e comemorações indicam outras leituras, mais populares, da mesma monarquia (SCHWARCZ, 2008, p. 23).

A reflexão sobre a monarquia brasileira, para a antropóloga, leva, assim, “à reconstrução de um sistema político, mas também a um imaginário monárquico, percebido justamente por meio da análise de rituais, costumes e tradições” (*ibidem*). A autora, na conclusão do livro, faz uma pergunta essencial para o seu entendimento:

Como de um lado notar que “as representações são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas)”, sem abrir mão de uma análise das imagens que se repetem, a despeito do contexto em que se inserem? (*ibidem*, p 520-521)

Segundo a autora, inicialmente o desafio seria “reconhecer a existência de valores de permanência mental na “longa duração”, que sobrevivem à infraestrutura mais imediata e dialogam, ressignificados, em outros contextos”. E complementa: “é na articulação entre a “estrutura social” e certa “estrutura cultural”, como diz Chartier, que se deve buscar essa ordem de permanências” (*ibidem*, p 521).

Baseando-se em Émile Durkheim¹⁴, Schwarcz dá continuação à resposta:

¹⁴ Ver: DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. (1901). Ed Paulinas, São Paulo, 1989.

Levar a sério os universos simbólicos produzidos por uma sociedade é, de alguma maneira, insistir não exclusivamente nos fundamentos sociais da vida simbólica, mas antes nos “fundamentos simbólicos da vida social”; na relevância das estruturas simbólicas no desvendamento das construções do poder político (SCHWARCZ, 2008, p. 521).

Com isso, a dimensão simbólica da vida social se torna o centro das análises da autora, que entende que o autor que chegou mais próximo de acabar com essa dicotomia entre “acontecimento” e “estrutura” foi Marshall Sahlins¹⁵. Schwarcz explica que a partir da ideia de “estrutura das conjunturas”¹⁶ desse autor, “cada sociedade carrega cosmologias particulares: transforma em “eventos” apenas alguns acontecimentos particularmente carregados de significado” (*ibidem*). Desse modo, a dinâmica cultural se torna a contínua reelaboração entre emissor e receptor e sua constante superação. E, segundo Schwarcz, o “debate político, sobretudo em um momento em que as teorias insistiam em modelos da “comunicação de massa”, a cultura surge como uma via de mão dupla, cuja recepção é sempre relativa” (*ibidem*, p. 523). Então, podemos inferir que a estrutura é, portanto, ao mesmo tempo, contínua e histórica, na medida em que “cada reprodução implica sua própria transformação” (*ibidem*).

Portanto, as representações simbólicas que foram construídas no império, como por exemplo, o “mito fundador” brasileiro, advindo de um concurso feito pelo IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) em 1844, do qual quem saiu vencedor foi um estrangeiro, Karl von Martius, que propôs a tese de que “o país se definia por sua mistura sem igual, de gente e povos” (SCHWARCZ, 2019, p.15), a construção da sacralização da monarquia, introduzindo vários ritos e símbolos, idealizando-a como uma força catalizadora capaz de mobilizar a sociedade e um Estado, construindo a imagem de Dom Pedro II como “pai” de seus súditos, como protetor do país, como um indivíduo cosmopolita nascido em um reino exótico, e este, sendo por isso singular, tropical, idílico, pacífico, e após, tendo a princesa Isabel como a redentora dos “escravos”, uma imagem forjada por artistas e intelectuais financiada pela própria monarquia, pela elite aristocrática e econômica do país, para a legitimação da nação que se principiava, nos ajuda a compreender porque a sociedade, desde o império passando pela república, reproduz certas opções políticas que não passam pela racionalidade, por exemplo, do reconhecimento de dominação. Ainda hoje, vemos as representações

¹⁵ Ver: SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

¹⁶ Noção que explicita um conjunto de relações históricas que ao mesmo tempo em que reproduzem velhas categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Zahar, 1987.

simbólicas sendo usadas pela mídia, por políticos, no nosso cotidiano, reproduzindo tais ideias de um passado romântico e idealizado.

Não perdendo de vista a delimitação das análises do contexto internalista dos autores, ou seja, dos textos propriamente, vimos, até agora, como a autora Lilian Schwarcz construiu sua teoria sobre o desenvolvimento do conceito de raça como dominação social por parte de uma elite intelectual, política e econômica, bem como as representações e práticas culturais foram importantes para a fundação de um nacionalismo, girando em torno da figura do imperador Dom Pedro II, cooptado tanto por essa elite quanto por setores populares da sociedade, promovendo uma “certa singularidade cultural brasileira” (*Ibidem* p. 21).

Com essas questões postas, partimos, agora, para outra obra de Schwarcz que foi escrita em conjunto com a professora Heloisa Starling:¹⁷ *Brasil: Uma biografia*, de 2015. Esse livro retrata, em quase 700 páginas e 18 capítulos, a história do Brasil desde 1500, identificando os principais eventos sociais e históricos que estiveram na base da construção do país. Traça uma biografia desde o período pré-colonial até a primeira eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A história é contada por dois vieses relacionados: os esforços para estabelecer instituições políticas duráveis e a maneira como a identidade racial sofreu transformações ao longo do tempo.

Essa obra é fundamental para o entendimento de como a autora visualizou a conjuntura política do Brasil a partir de 2013, com as manifestações de junho, passando por 2016, ano do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ponto de ruptura, ou seja, o ápice da quebra da conciliação petista. Vale ressaltar que o livro foi lançado em 2015 e, na introdução e conclusão, as autoras pontuam certo otimismo com a democracia brasileira naquele momento. No entanto, após o impeachment, as historiadoras lançam uma segunda edição do livro, em 2017, com um pós-escrito revendo certas constatações sobre a sociedade e as instituições democráticas do país da época. Esse livro é essencial para notarmos as interpretações de Schwarcz sobre o cenário político e social do Brasil antes e depois do impeachment.

Nesse livro, as discussões sobre “familismo”, começam a aparecer com mais protagonismo, “O bovarismo”¹⁸ nacional faz par com outra característica que tem nos

¹⁷ Historiadora e Cientista Política, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹⁸ Conceito se refere a um invencível desencanto em face das nossas condições reais. O termo tem origem na famosa personagem Madame Bovary, criada por Gustave Flaubert, e define justamente essa alteração do sentido da realidade, quando uma pessoa se considera outra, que não é. O estado psicológico

definido enquanto nacionalidade: o “familismo”, ou o costume arraigado de transformar questões públicas em questões privadas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, s/p). Segundo ela, “entre nós, o bom político é um familiar, poucas vezes chamado pelo sobrenome”, já que é mais reconhecido pelo primeiro nome ou por um apelido”¹⁹. Parafraseando Sérgio Buarque de Holanda, ela diz que

o país foi sempre marcado pela precedência dos afetos e do imediatismo emocional sobre a rigorosa impessoalidade dos princípios, que organizam usualmente a vida dos cidadãos nas mais diversas nações (SCHWARCZ; STARLING, 2015, s/p).

No texto, temos algumas pistas sobre suas análises antes da crise política se evidenciar através do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Schwarcz, em entrevista à BBC Brasil, em 2018, disse que: “Quando terminamos o livro, estávamos encantadas, Heloisa e eu, com as passeatas de 2013, com as manifestações, com a ideia de um Brasil mais plural, mais vigilante. Acho que todos ficamos.” E ainda completa: “Heloisa e eu dizíamos que a democracia estava forte porque as instituições estavam consolidadas, mas a república ia muito mal” (SCHWARCZ, 2018, BBC News). Na mesma entrevista, a autora reconhece que, naquele momento, não percebeu as demandas dos grupos que se manifestavam:

O que não notamos era que existiam dois grupos que desfilavam na avenida (nos protestos de 2013). Sabíamos, mas depois ficou mais claro. Um que queria esse Brasil diferente, mais plural, mais inclusivo, mais variado; e outro que também queria um Brasil diferente, mas que, de alguma maneira, estava colocando tudo na conta de Dilma Rousseff e de um partido. Um Brasil que queria não pluralidade, mas de fato eliminar o adversário (*ibidem*).

Nessa entrevista, reconheceu que tanto a república como a democracia iam muito mal, devido ao enfraquecimento das instituições e ao descrédito dos partidos e da política. No livro, no entanto, as questões sobre democracia, na visão das autoras, já estavam resolvidas por aqui:

No Brasil contemporâneo, as instituições políticas estão consolidadas, os poderes separados, as eleições são livres e periódicas, os cidadãos manifestam vontades individuais e coletivas. O experimento democrático não é mais compreendido como um valor instrumental, mas como um fim em si mesmo. A agenda de direitos entrou na pauta do Estado, integra o debate público e possui uma ambiciosa vocação transversal: afirma direitos num contexto de desigualdades, ao mesmo tempo que contempla novos direitos capazes de conjugar, em pé de diferença, o tratamento igualitário de grupos

geraria uma insatisfação crônica, produzida pelo contraste entre ilusões e aspirações, e, sobretudo, pela contínua desproporção diante da realidade. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, s/p).

¹⁹ Exemplos: Dilma, Jango, Juscelino, Lula, Getúlio.

sociais minoritários — os idosos, os homossexuais, as crianças. Contudo, no Brasil a democracia convive perversamente com a injustiça social. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, s/p).

Em outro trecho, reafirma essa ideia da consolidação da democracia, inclusive em outros países:

O Brasil abriu-se ao século XXI com uma grande certeza: a consolidação da democracia é nosso maior legado para as próximas gerações. Mas não existe um regime político de democracia plena — ela é sempre um conceito que se movimenta constantemente e que permite ampliação, desenvolvimento e correção de rota. Se o país deseja começar uma nova história, contemporânea das democracias modernas que se espalham pelo mundo, o presente é seu principal desafio (SCHWARCZ, STARLING, 2015, s/p).

Apesar de acharem que a democracia estava consolidada, as autoras entendiam que a república ainda ia mal, e nesse contexto aparece o tema “corrupção”:

Mas, se a democracia se consolida e caminha para a frente, a República ainda lembra um esboço que não alcançou forma. República não é apenas um regime determinado de governo; ela remete à significação de “coisa pública”. O que pertence ao povo, o que se refere ao domínio público, o que é de interesse comum e se opõe ao mundo dos assuntos privados. Sua principal virtude é a afirmação do valor da liberdade política, da igualdade dos cidadãos e do direito deles de participar da vida pública. Seu grande inimigo é a corrupção (*Ibidem*).

A corrupção é um tema na obra e na forma de interpretar e sugerir soluções para o Brasil que, mais adiante, quando tratarmos da obra de Souza, veremos o quanto os autores se distanciam na forma como o abordam. Schwarcz vê o tema “corrupção” como fator primordial da não consolidação da “república” brasileira. Entretanto, reconhece que, no país, houve avanços no combate a essa prática, embora coloque que:

Há evidências de que a corrupção está longe de ser um fenômeno marginal na vida pública brasileira. As denúncias mais recentes envolvendo membros dos últimos governos revelam que o fenômeno da corrupção vem se repetindo (*Ibidem*).

A partir desse excerto, lista casos de corrupção ocorridos desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que estão relacionados, sobretudo, “à venda de empresas estatais públicas — BNDES, Telebrás, Companhia Vale do Rio Doce — e à compra de votos de parlamentares para garantir a reeleição do presidente da República”, passando pelo governo do presidente Lula, citando o caso do “mensalão”, que segundo ela, foi “transmitido ao vivo e acompanhado pelos brasileiros com um interesse inédito

em nossa história republicana — e houve ampla aprovação da opinião pública às sentenças condenatórias”. Passando pelo governo da presidente Dilma Rousseff, “que vieram a público as operações de corrupção ativa, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e incompetência gerencial na Petrobras”. Nessa ocasião, as autoras se referiam à “operação Lava Jato”.

A Lava Jato, conhecida, hoje, mundialmente e conduzida por membros do Ministério Público e pelo então juiz Sergio Moro, foi responsável por várias acusações e condenações de políticos e empresários no país. Teve forte apoio da mídia tradicional brasileira e foi essencial para o desgaste do governo de Dilma Rousseff (MIGUEL, 2016; SOUZA, 2016; 2018; SINGER, 2018). Um marco dessa operação foi a prisão, em 2018, do ex-presidente Lula, condenado por Sergio Moro, na época um juiz de segunda instância, com o aval do Supremo Tribunal Federal, que discutiu e votou por mudar a regra constitucional para permitir prisão antes de acabarem todas as possibilidades de apelação do réu.

Desde o início da operação Lava Jato, advogados de alguns acusados, alguns intelectuais, entre eles Jessé Souza, como já aparece no livro *A radiografia do golpe* em 2016, e juristas do Brasil e do mundo já observavam e discutiam o caráter político partidário dela, mas isso só ficou inegável e ultrapassou essas críticas com o vazamento e publicação²⁰ de conversas entre o juiz Sergio Moro e membros do Ministério Público. Ficaram comprovadas as várias violações e perseguições políticas na Lava Jato como: grampear a defesa de acusados, combinar condenações, combinar espetáculos midiáticos, vazamentos ilegais e seletivos de informações para a mídia, proteger determinados investigados, entre outras. Com o vazamento das conversas entre membros da operação, atualmente, várias das condenações da Lava Jato e do então juiz Sergio Moro foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou Moro parcial, julgando que os processos estavam fora da competência do juiz e da “república de Curitiba”.

No entanto, em 2015, Schwarcz e Starling faziam parte do grupo de alguns intelectuais, congressistas, juristas, jornalistas e diversos outros setores da sociedade que acreditavam que a Lava Jato era uma operação legítima. As autoras chegaram a dizer, na época, que essa operação poderia “vir a ser um marco em nossa história republicana”. Essa percepção é importante, pois, dadas as consequências que essa

²⁰ Ver mais detalhes em *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil / Letícia Duarte, The Intercept Brasil*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

operação deflagrou na política brasileira, poderemos ter um ponto de referência para as análises das obras de Schwarcz após o impeachment de Dilma Rousseff.

É com esse ideário anticorrupção que as autoras nos apresentam as manifestações de 2013:

Ninguém imaginava a explosão social que se seguiu a um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, em São Paulo. Milhares de pessoas foram para as ruas nas grandes cidades do país, em particular os jovens, com uma pauta aberta, onde cabia um sentimento de insatisfação e de frustração e uma aspiração difusa de mudança. As manifestações de junho, como ficaram conhecidas, não tinham palanque nem liderança, foram convocadas pelas redes sociais, eram formadas por vários movimentos que se organizavam de maneira autônoma e apartidária e ocupavam as ruas em grandes ondas de protesto. Foi um evento de curta duração, mas trouxe novidades importantes. Revelaram o descompasso entre o governo, o sistema político e as ruas, exigiram o avanço de políticas sociais especialmente nas áreas de educação e saúde, melhorias nos serviços básicos, denunciaram de forma muito ruidosa a corrupção presente na máquina do Estado, e confirmaram o espaço público como o lugar privilegiado de participação direta do cidadão (SCHWARCZ, STARLING, 2015, s/p).

Com um tom de encantamento, animação e esperança, as autoras, baseadas nas manifestações de 2013, afirmaram “que o tempo da redemocratização acabou”, ou seja, estava consolidada a democracia no Brasil. (*Ibidem*).

A partir desse caminho percorrido por nós pela obra de Schwarcz e tendo em vista os conceitos de representação e práticas culturais de Chartier, podemos ter a ideia de como era retratada a representação do processo de ruptura da conciliação petista na obra da autora, bem como, a construção de seu pensamento, principalmente, com a ideia de escravidão, raça, democracia e republicanismo. Em termos mais diretos, podemos compreender o modo como a autora enxerga os processos da sociedade e da política brasileira que, anos após a escrita do último livro aqui analisado, levariam a essa ruptura. Aqui já é possível ver como isso se articula no seu texto propriamente dito, caracterizando o seu modo de fazer o texto, ou seja, suas práticas, mas ficará mais nítido posteriormente, quando analisarmos as obras escritas pela autora pós-impeachment.

2.3. Discutindo as obras escritas por Jessé Souza antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Partiremos, agora, para as análises internalistas da produção teórica de Souza, e aqui trataremos, também, das obras anteriores à ruptura do projeto petista de conciliação de classes. Seleccionamos os textos que esclarecem as principais e mais importantes ideias do autor: *A Construção Social da Subcidadania*, de 2003, *A Ralé Brasileira*, de

2009, *Os Batalhadores Brasileiros*, de 2010, *A Tólice da Inteligência Brasileira*, de 2015.

Na mesma direção das análises feitas das obras de Schwarcz, tendo por base conceitual a concepção internalista de Dosse, que utiliza da ideia de “prática e representação culturais” de Chartier, podendo ser entendidas “respectivamente, como o modo de fazer e o modo de ver as diversas formações culturais e que podem ser examinadas no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois polos”, como nos explica José D’Assunção Barros (2005, p. 13). Baseados nessa ideia, temos a possibilidade de notar como eram as percepções de Souza antes da ruptura do projeto petista de conciliação de classes, sem perder de vista a nossa divisão em dois temas centrais das obras dos autores: Estado e sociedade e Dominação social.

Inicialmente, trataremos do livro *A Construção Social da Subcidadania*, de 2003. Nesse livro, Souza procura aprofundar sua crítica às teses totalizantes de explicação da formação social brasileira e a construção e manutenção das desigualdades nessa mesma sociedade tendo por especificidade a singularidade periférica. Nessa crítica do que Souza chama de culturalismo ou teorias culturalistas, o autor discute obras de Gilbert Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, entre outros, atentando para a continuidade de uma cultura lusa nos trópicos. Conforme Souza, o culturalismo reproduz a ideia de continuação com Portugal e desconsidera que ideias se reproduzem através de instituições e que, em Portugal, a escravidão foi residual e não uma instituição total como no Brasil. Além disso, o autor procura construir uma hipótese que sirva de “alternativa” a essa tradição explicativa. Para isso, o sociólogo baseia-se nos trabalhos de Charles Taylor e Pierre Bourdieu, objetivando demonstrar como o processo de naturalização de desigualdades em sociedades periféricas, igual ao brasileiro, ocorre. Do primeiro autor, Souza recupera as formulações sobre a teoria do reconhecimento social, que está ancorada numa hierarquia moral pré-reflexiva e inarticulada, e do último, as noções de *habitus* e de distinção social.

Para Souza (2012a), a discussão de Taylor sobre a existência de uma hierarquia moral e de valores que orienta o nosso comportamento e se faz presente nas práticas sociais e institucionais, ainda que de maneira pré-reflexiva e inarticulada, é indispensável para refletir sobre a subcidadania brasileira. Souza considera a noção de Taylor de que existe uma moralidade que fundamenta a ideia de vida digna que deve ser vivida e compartilhada intersubjetivamente entre os sujeitos. Com isso, ele pretende demonstrar que há várias maneiras de atender às necessidades humanas e que todas elas

envolvem decisões políticas e morais. Desse modo, o ponto central, para Souza, é que a base da vida social é moral e não econômica. Portanto, o reconhecimento social está baseado em uma hierarquia valorativa. Taylor, em *As fontes do self* (1997), reconstrói a hierarquia moral do self moderno, articulando as fontes morais que estão por trás das noções de dignidade e autenticidade. Souza centra sua análise na discussão feita por Taylor sobre os valores, inarticulados e opacos, ligados à dignidade dos seres humanos no Ocidente, que constituem as bases do reconhecimento social.

O uso feito por Souza da questão de reconhecimento social de Taylor, que se fundamenta na cidadania jurídica e política, tem o objetivo de refletir sobre a sociedade brasileira enquanto sociedade periférica, para pensar sobre a hierarquia moral que está por trás da legitimação e naturalização da divisão entre cidadãos de primeira e cidadãos de segunda e terceira classes. Jessé Souza apresenta uma conclusão da importância de Taylor para a ideia de modernidade periférica:

Para esse desiderato a contribuição de Charles Taylor é decisiva. Para além de qualquer outro pensador moderno, Taylor possibilita, a partir de sua genealogia da hierarquia valorativa da modernidade tardia, conferir sentido e relevância moral a aspectos “naturalizados” da realidade social, seja na dimensão da vida cotidiana, seja especialmente na dimensão institucional cuja eficácia depende precisamente de sua aparente neutralidade (SOUZA, 2012a, p. 42).

Ainda que Taylor seja o “teórico contemporâneo que tem mais a dizer acerca da hierarquia valorativa opaca e intransparente, que comanda nossa vida em todas as dimensões” (SOUZA, 2003, p. 77), ele não desenvolveu uma teoria da ação social que desse conta da luta entre classes e grupos sociais por bens e recursos escassos. É isso o que Souza busca ao unir Taylor e Bourdieu. Bourdieu inspira Souza com sua análise sobre o processo invisível de reprodução de classes, demonstrando o papel da socialização familiar na reprodução do capital cultural. O *habitus* entendido como um conjunto de disposições relativamente homogêneas para agir, pensar e sentir, apreendidas, de forma pré-reflexiva, através de socializações, é um conceito importante para Souza pensar as distinções sociais e a dominação simbólica que legitimam e naturalizam a reprodução de uma classe de subcidadãos, que ele chamará de ralé. Segundo Ruy Braga, analisando o livro de Souza,

De Bourdieu, Souza busca resgatar principalmente a crítica à “naturalização” das relações sociais de dominação contida na teoria do *habitus* e sua ênfase no aspecto “automático” – caráter irrefletido – dos diferentes comportamentos sociais classificatórios (BRAGA, 2004, p. 140).

De acordo com Souza, para Bourdieu, todas as sociedades produzem formas de mascarar a dominação e tal fenômeno é encoberto pelo capital simbólico. Para o sociólogo francês, tanto o capital simbólico como o capital religioso apresentam-se quando o capital econômico é negado. Outra categoria é a da “distinção”, que tem como princípio “separar e unir, constituindo, portanto, solidariedades e preconceitos de forma universal – tudo é gosto – a partir de fios invisíveis e opacos” (SOUZA, 2012a, p. 58).

Em síntese, Braga discute que,

Tal aspecto revela-se ainda mais decisivo quando pensamos no caráter central atribuído por Bourdieu ao mascaramento das condições econômicas inerente ao exercício da dominação classista. Ou seja, da dominação simbólica – e, nesse particular, da própria ideologia da igualdade que serve de base ao consenso social e político ocidental – obscurecendo as relações de desigualdade (BRAGA, 2005, p. 140).

Assim, os textos que compõem a primeira parte do livro de Souza procuram trabalhar, em um nível teórico, para discutir a questão do processo de naturalização da desigualdade brasileira. Passando para a segunda parte do livro *A construção social da subcidadania*, Braga diz:

Dedica-se à análise do padrão de modernização daquilo que qualifica por “nova periferia” – onde as práticas modernas seriam anteriores às ideias modernas – e cujos traços gerais são captados por meio de um engenhoso recurso envolvendo a desconstrução-reconstrução da obra de clássicos da interpretação da formação social brasileira: de Gilberto Freyre a Luiz Werneck Vianna, passando por Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco, principalmente (BRAGA, 2005, p. 140).

Para o próprio Souza, a ideia dessa parte do livro é

Construir a tese da singularidade da formação social brasileira – sempre no sentido de oposição à tese da continuidade orgânica com Portugal – especialmente pela ênfase na importância da instituição da escravidão entre nós, instituição essa meramente pontual e historicamente limitada em Portugal, como de resto em toda a Europa (SOUZA, 2012a, p. 102).

No livro de Freyre, o português é o principal elemento de análise do autor, porque é o elemento dominante em termos da cultura material e simbólica. O português é o elemento da “plasticidade” que não tem um ideal absoluto nem preconceitos que não sejam inflexíveis. Essa plasticidade é responsável pela influência da cultura negra

Segundo Souza,

Nos costumes, língua, religião e especialmente, numa forma de sociabilidade entre desiguais que mistura ‘cordialidade’, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido, ressentimento e praticamente todas as nuances extremas da emoção humana (SOUZA, 2012a, p. 105).

E que o problema da narrativa de Freyre é a afirmação de uma relação que tinha como base a desigualdade e também a afetividade na comunicação entre o português e o negro. Nesse sentido específico, as questões que se colocam são: qual a característica central da escravidão brasileira? No que ela se distingue de outras sociedades que passaram pela escravidão? De acordo com Souza (2012a), “há uma ambiguidade no pensamento de Freyre, que é apresentar duas visões distintas de escravidão que se superpõem de maneira contínua: é preciso separá-las e distingui-las” (p. 106).

Segundo Braga (2004)

É nesse sentido que Souza irá identificar em Freyre uma “versão reprimida” do núcleo da singularidade da escravidão brasileira, resgatando da conhecida ideologia celebratória do sincretismo cultural – ou “democracia racial” – uma interpretação específica do patriarcalismo segundo a qual a noção estrutural passa a ser, não a do consenso, mas um tipo de conflito “sodomasoquista” inerente à relação social da escravidão (BRAGA, 2004, p. 141).

Souza chega à conclusão que

Estamos lidando, no caso brasileiro, na verdade, com um conceito limite de sociedade, onde a ausência de instituições intermediárias faz com que o elemento familístico seja seu componente principal. [...] É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente sadomasoquista, no sentido de uma patologia social específica, em que a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transforma-se em objetivo máximo das relações interpessoais, que Gilberto Freyre interpreta a semente essencial do patriarcalismo brasileiro (SOUZA, 2012a, p. 113).

Logo, para Souza, o elemento da mestiçagem fez Freyre dar ênfase à continuidade entre Brasil e Portugal e nesse fato residiria a especificidade do sistema escravocrata brasileiro. O sistema escravocrata atingiu diversas áreas das relações sociais. Isso se estendeu para a situação do agregado e dependente de qualquer cor, segundo o autor,

A situação social do dependente estava marcada pela posição intermediária entre o senhor proprietário e o escravo obrigado a trabalhos forçados. Ele era um despossuído formalmente livre, cuja única chance de sobrevivência era ocupar funções nas franjas do sistema como um todo. Formou-se, antes uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A

agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (SOUZA, 2012a, p. 124).

Caminhando para o final, Souza faz um esforço para tornar mais precisa essa ideia, como diz Braga, “a apreensão da especificidade do processo de modernização capitalista empreendido no Brasil” (2004, p. 141) e cuja forma predominante repousa sobre aquilo que Souza identifica como correspondendo à constituição de uma espécie de “ralé” estrutural naturalizada pela reprodução característica de nossa desigualdade periférica. E segue Braga,

Souza busca antes mais nada lançar novas luzes sobre a formação de um padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania ao longo do período de emergência e estruturação de nossa vida republicana (BRAGA, 2004, p. 141).

Na terceira e última parte do livro, Souza faz um diálogo crítico com a obra de Florestan Fernandes *Integração do negro na sociedade de classes*, de 1978, para apresentar suas conclusões fundamentais sobre o que denomina de “construção social da subcidadania”. A partir do livro de Fernandes, demonstra como os libertos foram abandonados à própria sorte pelos antigos donos e pela sociedade como um todo. Dessa forma, segundo Souza, delineava-se o destino da marginalidade social e a pobreza econômica. Nesse contexto, “o negro não tinha uma oportunidade de classificação social, restando-lhe as franjas da sociedade” (SOUZA, 2012a, p. 155), tornando-se proletário, vagabundo sistemático ou criminoso.

Sobre esse ponto do livro, Braga faz suas considerações finais procurando sintetizar a obra analisada:

Souza procura deslocar o argumento do processo de marginalização permanente de grupos sociais, apreendido sobre a base do preconceito de cor, para a formação de um “*habitus* precário” estruturado sobre concepções morais e políticas. O “*habitus* precário”, conceito construído sobre a base de um criativo trabalho de síntese entre Bourdieu e Taylor, como já aludido, traduziria um tipo de padrão comportamental que afastaria indivíduos e grupos dos padrões utilitários oriundos do universo mercantil, inviabilizando um moderno reconhecimento social do significado de ser “produtivo” na sociedade capitalista, tanto a central como a periférica (BRAGA, 2004, p. 141).

Portanto, para Souza, o objetivo desse livro é demonstrar que a desigualdade social se traduz como importante contradição da sociedade brasileira, que naturaliza a produção e reprodução de gente, subgente e não gente. Para tanto, Souza faz uma desconstrução das teorias que explicam o Brasil e nos mostra algumas possíveis

alternativas a essas teorias. E faz uma crítica à própria academia, que interpretou e sedimentou explicações que naturalizaram o processo de desigualdade na sociedade brasileira. Além disso, fundamentou as bases teóricas que serão utilizadas por ele em praticamente todas as suas obras posteriores e revelou seu maior objeto de estudo: as classes sociais no Brasil.

A crítica que Souza faz à “produção acadêmica periférica” é que ela se fundamentou em modelos teóricos “superficiais e apressados, relegados a clichês da sociologia do personalismo e do patrimonialismo” (SOUZA, 2012, p. 9). E que é marcada pela suposição de que apenas a repetição do processo contingente da “modernização espontânea” ocidental possibilitaria transpor as relações pré-modernas das sociedades periféricas para as relações modernas na cultura, na economia e na política. Conforme o autor, por isso uma parte importante da sociologia institucionalista e culturalista que escreveu e ainda escreve sobre sociedades periféricas foi e é marcada, de forma explícita ou implícita, por tal suposição. A sociologia brasileira, guiada pelo paradigma dominante do século XX, traz, em suas análises, “noções complementares de personalismo, familismo e patrimonialismo de modo a fundamentar a ideia de uma sociedade pré-moderna” (*Ibidem*).

Souza explica que os problemas sociais de países como o Brasil, como desigualdade e sua naturalização, expressiva marginalização de grande parte da população e dificuldades para a construção de uma ordem democrática e de mercado competitiva e eficiente, eram explicadas com base nessa “expansão pré-moderna de modelos familísticos para todas as esferas sociais” (SOUZA, 2012, p. 9). Essa explicação se inspirava no paradigma de explicação parecido com “*culture and personality*” que dominava a antropologia e sociologia americanas na primeira metade do século XX. Souza denuncia que o problema dessas explicações é que elas partem “de uma perspectiva culturalista sem adequada vinculação com a eficácia de instituições fundamentais, em que a “cultura” é percebida como uma entidade homogênea, totalizante e autorreferida” (*Ibidem*). Desse modo, a causa de problemas como subcidadania para a maior parcela da população, solidariedades verticais que se baseiam no favor e diferenças material e valorativa expressivas entre as raças e classes que compõem a sociedade brasileira se daria por conta da soberania do passado sobre o presente.

Souza julga esse tipo de explicação como “culturalismo essencialista”, e afirma que análises desse tipo reproduzem um “subjetivismo sociológico” no qual as interações

frente a frente e intenções dos sujeitos aparentam “constituir, como no paradigma da relação favor/proteção, a referência última da análise” (*Ibidem*). Desse jeito, o autor compreende que a ideia dóxica e naturalizada da nossa concepção do cotidiano é abstraída e generalizada conceitualmente até conseguir uma imagem de explicação objetiva da realidade. Porém, o que essas análises fazem, conforme Souza, é replicar, em suas dimensões conceituais, os preconceitos e explicações que “os imperativos pragmáticos da vida cotidiana e do senso comum nos impingem” (*Ibidem*).

No Brasil, com a institucionalização, em larga escala, das ciências sociais, a partir dos anos 1970, diante do reflexo da tendência mundial de disseminar modelos de fragmentação de esquemas explicativos e divisão do conhecimento, houve, conforme Souza, a perda de relação dessas explicações com a realidade mais ampla. Isso, junto à propagação de teorias de médio alcance que, para Souza, renunciam ao esclarecimento ou à tematização de seus próprios pressupostos e escolhas de categorias, tende a diminuir a reflexão sobre realidades que não possuem ligações imediatas com “realidades pragmáticas e conjunturais”. Souza compreende que, embora bem-sucedidos e interessantes, vários desses esforços, que trazem à tona contextos e sentidos históricos e mapeiam de forma empírica dados importantes da realidade, não ajudam na renovação da compreensão mais totalizante sobre os “princípios estruturalmente básicos que perfazem a singularidade da modernidade periférica, dado que seu horizonte categorial rejeita, de plano, qualquer preocupação com esta dimensão mais abstrata da reflexão teórica” (SOUZA, 2012, p. 10).

Para Souza, o tipo de análise supracitado faz uso do paradigma personalista e patrimonialista, que permanece como referência implícita em suas formas tradicionais, atuais ou híbridas nas reflexões sobre o Brasil:

Mesmo as tentativas mais recentes de construção de um paradigma do “hibridismo”, como uma reação ao inegável dinamismo modernizante de várias sociedades periféricas, como a brasileira, por exemplo, na realidade, não abandonam o campo categorial do paradigma personalista, familista e patrimonialista. Em suas versões mais bem-sucedidas, essas teorizações postulam a convivência de dois princípios de estruturação social: um personalista e um individualista, os quais, no entanto, permanecem indeterminados, como se se tratassem de duas realidades paralelas, e, apesar da dominância silenciosa da variável personalista neste tipo de abordagem, a questão central da articulação e da dominância relativa de cada um desses princípios jamais é explicitamente formulada ou resolvida. Como nas versões tradicionais do paradigma do personalismo, o poder de convencimento e o preenchimento das lacunas do argumento são garantidos pelo

paralelismo com os preconceitos do senso comum dessas sociedades (*Ibidem*, p. 12-13).

É com base nessa crítica que Souza elenca contradições teóricas que perpassam algumas tradições científicas que ele busca desconstruir. Várias obras de autores clássicos das ciências sociais brasileiras que discutem o Brasil, como: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, *Carnavais, Malandros e Heróis*, de Roberto DaMatta, entre outras, são compreendidas por Souza como culturalistas, principalmente por pensar o Brasil ainda como continuidade ou com forte influência do iberismo.

Souza aponta essas obras como parte de uma ciência conservadora, por não tocar nas raízes dos sofrimentos humanos e coloca Sérgio Buarque de Holanda como o pai dessa ciência conservadora, por eleger o patrimonialismo como nosso mal de origem, como nosso principal problema. Para Souza, nosso principal problema é a produção e reprodução de subgente, da ralé. O autor reflete sobre o uso dessa ciência conservadora pela elite brasileira para endossar uma forma de liberalismo que se baseia na constituição de uma imagem negativa do Estado brasileiro.

Souza percebe, nesses autores citados, sobretudo em Sergio Buarque, traços da noção naturalizada de que a Europa possui sociedades superiores cognitivamente e moralmente, por deter um Estado público e sem interferência privada. Por isso seriam sociedades com desenvolvimento e desempenho superiores aos do Brasil, lugar que tolera um Estado personalista e patrimonialista, com sujeitos inferiores, cordiais, sentimentais e com grandes tendências à corrupção. O Brasil é apresentado, nessas explicações, como um Estado com dificuldades de diferenciar o limite entre o público e o privado e essa seria a causa de seus vícios e ineficiência irremediáveis. Enquanto o mercado, diante dessa imagem negativa do Estado, é visto como o “reino de todas as virtudes”:

A partir daí a causa das mazelas sociais brasileiras, como a abissal desigualdade, o abandono, marginalidade social de parcelas significativas da população, será percebida como causada pela “corrupção estatal”. Com a incorporação – para além de qualquer instância reflexiva e crítica – desse tipo de discurso como válido, todo o mecanismo de legitimação de privilégios injustos de todo tipo pode se reproduzir sem crítica na sociedade brasileira moderna, acostumada a se perceber pela identificação com o mercado virtuoso e pela contraposição às “elites” encasteladas no Estado. O “mal” já está localizado sempre num “outro” abstrato, lá longe em Brasília,

acalmando a boa consciência dos habitantes de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta (SOUZA, 2012, p. 17).

Essa ideia-força de um Estado “que não tem jeito” é usada para tornar opacos os conflitos sociais do Brasil. As elites se autoproclamam guias morais superiores aos demais segmentos sociais ao escandalizar sobre esse Estado corrupto enquanto endeusa o mercado e explora as classes baixas. Conforme Souza, isso resulta em uma luta de classes silenciosa, em que a classe dominada ajuda na manutenção dos privilégios da classe dominante por falta de mecanismos e recursos que tornem possível mudar sua realidade. Nas sociedades atuais, o mercado, o Estado, práticas sociais e culturais têm, de maneira implícita, uma concepção sobre o que é “bom” ou “ruim”. A partir disso, as sociedades são formadas por ideias pertinentes de consensos compartilhados e introjetados acriticamente e de forma imperceptível. Desse modo, essas ideias se tornam naturais e guiam as nossas ações cotidianas. Isso configura uma forma de dominação mascarada e impessoal, baseada em ideais impostos, o tipo de dominação típico das sociedades capitalistas.

Com as questões acima esclarecidas, partiremos para as análises dos livros *A Ralé Brasileira*, de 2009, e *Os Batalhadores Brasileiros*, de 2010. Faremos essas análises interligando as duas obras bem como os conceitos principais dos estudos sobre classes de Souza, pois entendemos que, na visão do autor, determinado estrato social está relacionado com outros grupos ou classes. De maneira geral, no livro *A Ralé Brasileira*²¹, Souza busca dar continuidade às origens históricas das desigualdades no Brasil, fundamentando seus argumentos, agora, na pesquisa empírica sobre um determinado estrato social denominado por ele com “ralé”. Essa pesquisa empírica, que resultou no livro *A ralé brasileira*, foi feita pela equipe de 12 pesquisadores do CEPEDES/UFSJ – Centro de Pesquisa sobre Desigualdades Sociais, coordenada por Souza. Foram feitas entrevistas com tipos sociais da ralé como, por exemplo, empregadas domésticas, prostitutas, lavadores e cuidadores de carro, para citar alguns. Foi discutida, também, a má-fé institucional da educação, da saúde e da justiça no Brasil.

A ralé origina-se da população de pessoas escravizadas e da figura do “dependente formalmente livre” como posto na análise do livro *A construção social da subcidadania*. Em todos esses casos, o traço comum era o laço de dependência em relação ao senhorio, laço que, se não se confundia com a escravidão, enredava o

²¹ O livro *A ralé brasileira* está na sua 3ª Edição.

indivíduo formalmente livre em uma teia complexa de troca de favores e proteção no interior da qual havia um elevado grau de heteronomia entre duas figuras que, do ponto de vista apenas formal, eram consideradas iguais (SOUZA, 2012).

Souza utiliza as ideias de Florestan Fernandes para explicar como o povo surge na história do Brasil. Nesse sentido, o autor observa que o negro e o mulato tiveram o pior ponto de partida em nossa sociedade, pois foram abandonados à própria sorte após a abolição. A partir de Florestan, Souza pontua que a família negra não se constitui como unidade capaz de reproduzir as disposições para agir, pensar e sentir típicas do trabalhador útil – disciplina, concentração, cálculo prospectivo, valorização do trabalho etc. Ou seja, essa família não permite a incorporação, pré-reflexiva e afetiva, do *habitus* primário, ligado à incorporação ao corpo das disposições do trabalhador útil. É a partir dessa ideia que o autor demonstrou como a ralé moderna, composta por negros e brancos pobres, tem incorporado ao corpo o que ele chama de *habitus* precário, que se reproduz, antes de tudo, através da socialização familiar. É essa configuração social que permite a Souza englobar, numa única classe, as pessoas escravizadas de um lado, e dependentes formalmente livres, de outro.

Diante dessa explicação histórica da origem da ralé, já se enxerga sua definição: as pessoas que hoje encaram a herança dos grupos citados acima fazem parte de uma classe que, por *habitus* próprios, que ele chama de *habitus* precário, tornam-se inadaptadas perante os vários matizes da vida social imposta, primeiro, pelo sistema capitalista, principalmente com a ideia da meritocracia, segundo pelo Estado e terceiro legitimado por uma “ciência dominante” (ou ciência conservadora como já discutido acima) que cria e reafirma um senso comum e a naturalização dos conflitos sociais:

A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas autorregulados que produzem, sob a mística da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociodiceia dos próprios privilégios” das classes dominantes (Souza, 2012, p. 52).

Souza coloca que isso se perpetua a partir da própria dinâmica dos processos sócio-históricos, que gera continuidade na reprodução cotidiana da vida social. E todo esse processo é fundado por algumas estruturas estrategicamente construídas. Uma delas é o que Souza chama de “mito da brasilidade”, que exerceu a função primordial de justificar a estrutura de classes a partir da ideia do “merecimento pelo esforço”.

Para Souza, o “mito da brasilidade”, fundado pelos grandes intérpretes do Brasil e divulgado, de forma oportuna, a partir de Getúlio Vargas, como um modo de criar um sentimento nacional comum, exerce justamente a função de potencializar o discurso do senso comum. O faz ao reduzir os brasileiros das diferentes classes a algo comum: ao brasileiro cordial, adepto da chamada “filosofia do jeitinho”, que se utiliza de meios pessoais e corruptos para realizar suas vontades. Como se todos os brasileiros – e não apenas aqueles que têm dinheiro e, portanto, poder – pudessem se valer de tal mecanismo para ascenderem socialmente. Além disso, a tese do patrimonialismo também constitui parte do “mito da brasilidade”, e é a responsável por atribuir ao Estado – mas não ao mercado – todos os males da sociedade brasileira: como o foco da corrupção, da confusão entre o público e o privado e origem da ineficiência brasileira. Está criado, assim, o mito no qual se fundamentam as ciências sociais brasileiras.

Souza aponta que “sendo o mercado de trocas capitalistas e o Estado burocrático as instituições fundamentais dessa modernidade, o capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar” (SOUZA, 2020b, p. 27) se torna central na disputa simbólica por recursos escassos dentro das sociedades modernas, ainda que o capital econômico não perca sua relevância e continue relacionado ao próprio capital cultural. Desse modo, conforme Souza, as classes dominantes da sociedade são caracterizadas por possuir, de forma privilegiada, o capital cultural e também o econômico. Tanto as classes médias que, historicamente, se desenvolvem por ter acesso e apropriação do capital cultural, quanto as classes altas, que geralmente obtêm apropriação hereditária do capital econômico e o soma com certa quantidade de capital cultural.

E, para além da criação dessas classes sociais, Souza nos diz que o processo de modernização brasileiro constitui também

Uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (SOUZA, 2020b, p.27).

O argumento de Souza lança mão de uma noção de classe social muito distinta daquela considerada pelos economistas. Enquanto eles enxergam classe a partir de faixas de renda, Souza vale-se da noção de classe como caracterizada principalmente

por características imateriais e valorativas, cuja instituição transmissora é a família. Segundo essa visão, a socialização familiar dos indivíduos, que ocorre no silêncio do lar, através de um processo intergeracional de transmissão de valores e hábitos – como o autocontrole, o pensamento prospectivo, a disciplina, o comedimento e a capacidade de concentração, os quais as pessoas das classes média e alta tendem a enxergar como naturais – é o maior responsável pelo privilégio de classe. Esses valores e modos de agir e pensar, ensinados de forma implícita na educação familiar, tornam-se, com o tempo, parte do corpo das pessoas, figurando como reflexos inconscientes do ser. Esses valores são, além disso, aqueles mais valorizados nos indivíduos pelo mercado e pelo Estado para a ocupação dos postos de trabalho (*Ibidem*, p. 28).

Se a ralé não possui capital econômico nem cultural em medida significativa, se ela também não possui as condições que, assegurando sucesso na competição travada em volta do mercado e do Estado, poderiam permitir a obtenção desses capitais no transcurso histórico, se essas condições, por fim, são transmitidas num tipo de socialização familiar ausente, essa classe tende a reproduzir-se como ralé:

É por conta disso também que a “ralé” brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe uma relativa alta incorporação de conhecimento técnico ou “capital cultural”, ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular. É desse modo que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são inofismáveis (SOUZA, 2020b, p. 29).

Nesse “reproduzir-se como mero corpo” da ralé estrutural reside uma das consequências existencialmente mais dramáticas para os indivíduos que compõem essa classe. Nesse sentido, Souza argumenta que:

A “ralé” estrutural brasileira, como a classe do “corpo” por excelência, pela ausência de incorporação em qualquer medida significativa dos pressupostos emocionais e morais tanto da dignidade do agente racional — disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo, que significam a “alma” ou a “mente” — quanto da “expressividade” do sujeito diferenciado — o culto à “sensibilidade”, que é a outra forma de se definir “alma” e “mente” — é uma classe desprezada e não reconhecida (*ibidem*, p. 433).

Se o reconhecimento de si, por si mesmo e pelos outros, como humano está, nas sociedades modernas, fincado nessas duas fontes, estando ambas indisponíveis à ralé, o

que ocorre socialmente é que também o atributo da humanidade está em certo sentido – no sentido da efetividade social desse atributo – indisponível para ela.

E conclui Souza, pontuando a forma de dominação de uma classe social pela outra:

Todo processo de dominação social se baseia em formas de “violência simbólica”, ou seja, em mecanismos que obscurecem e “suavizam” a violência real e a tornam “aceitável” e até mesmo “desejável” inclusive para suas maiores vítimas (SOUZA, 2020b, p. 433).

Portanto, para Souza, o maior problema do Brasil é de natureza social. Ele se refere à naturalização da absurda desigualdade social brasileira e ao abandono dessa classe inteira de indivíduos, desprovidos do capital cultural e capital econômico necessários para a sua inserção no mercado e no Estado. Esse abandono consiste no processo de invisibilização da ralé, isto é, na descaracterização das pessoas dessa classe como indivíduos, que ocorre a partir da desvalorização simbólica das atividades que exercem – trabalhos desqualificados e informais, ligados ao trabalho braçal, ao esforço exaustivo, ao corpo – e também a partir da visão de inferioridade quanto à forma de individualidade e ao expressivismo²² dessas pessoas.

Avançando na teoria das classes sociais de Souza, partiremos para analisar mais um livro do autor: *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, de 2010, escrito e publicado logo após o livro *A ralé brasileira*. Esse livro foi fruto, segundo Souza, de uma pesquisa:

Realizada em todas as grandes regiões brasileiras graças ao apoio do CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e da Fapemig (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), através do projeto Pronex EDT 464 e pelo projeto PPM 319/09, e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (SOUZA, 2012b, p.5).

Podemos notar, nesse excerto, a relação entre Souza e o governo, representado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse relacionamento entre o autor e o governo já foi tratado acima, quando analisamos a passagem de Souza pelo IPEA e é nesse livro

²² O expressivismo propõe novos valores como regra de conduta, fonte de admiração, respeito, autoestima e reconhecimento social. São valores que se opõem diretamente ao ideário da “dignidade do trabalho”. Se a “dignidade do trabalho” refere-se a características que todos submetidos à ética do trabalho possuem, um conceito “horizontal” e universalizável de personalidade, como diria Simmel, o expressivismo defende que “cada pessoa possui ou deveria possuir uma voz própria”, ou seja, um conceito “vertical” e não universalizável de personalidade que ganha “obrigatoriedade” — valor moral — por definir o bem e a virtude como algo referido só ao indivíduo, sendo dele e de mais ninguém (SOUZA, 2020b, p. 129).

que ele desenvolve a discussão que se contrapõe à tese da “nova classe média” de Neri (2008), o que também já discutimos anteriormente.

O livro se preocupa em desenvolver um panorama extenso e atualizado do que o autor chama de a “nova classe trabalhadora”. Essa nova classe derivaria, em linhas gerais, da estabilização econômica alcançada nos governos FHC e das políticas de inclusão conduzidas, a partir dessa base, pelos governos Lula e Dilma. Segundo as explicações dominantes, a conjugação desses fatores teria viabilizado um “aumento tanto da renda quanto do padrão de consumo das camadas mais baixas da pirâmide da distribuição econômica” (GOMES, 2019, p.141), o que tornaria possível falar do surgimento de uma “nova classe”, que alguns enxergariam como nova classe média e outros como “nova classe trabalhadora”. Souza, como já mencionamos, refuta essa conclusão que aceita a ideia da formação de uma “nova classe média”.

Sobre seus pressupostos teóricos Souza entende que

Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo “prática” que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida, com exemplos concretos acessíveis a todos, mais acima nesta introdução. Esse esclarecimento teórico é fundamental para que a dominação social de alguns poucos setores privilegiados, com acesso à possibilidade de construir e utilizar para seus próprios fins a “pauta das questões julgadas relevantes” em cada época e sociedade específica, não distorça os fatos de modo a legitimar os próprios privilégios (SOUZA, 2012b, p. 45).

Sobre esse tema, o autor entende que o primeiro problema seria o conceito mesmo de classe, que, como abordado acima, a partir de Bourdieu, não poderia ser reduzida a uma questão apenas econômica, muito menos a uma questão meramente de renda e consumo. Em segundo lugar, a emergência dessa nova classe não poderia ser analisada somente em um marco interno ao Brasil. As condições de possibilidade de seu surgimento precisariam ser situadas também dentro do conjunto de transformações que atinge o capitalismo global no final do século XX, ou seja, Souza está falando da financeirização do capital e como esse processo reestruturou a ordem econômica.

Souza demonstra a real importância de entender os novos paradigmas do capitalismo para situar a nova classe dentro de um contexto crível. Ele repudia a utilização de conceitos datados, como a ideia de um proletariado nos moldes do século XIX, adaptado às tecnologias atuais. Segundo Souza

Também o marxismo, e não apenas nossos liberais-conservadores, tem extraordinária dificuldade de compreender a nova classe que se constitui entre nós. O problema dos marxistas com a análise do novo capitalismo é o seu apego “afetivo” – que impede um olhar mais atento ao novo mundo que se cria sob os nossos olhos – a conceitos de uma época que não existe mais, como o de proletariado tradicional (SOUZA, 2012b, p. 46).

É preciso atualizar os conceitos, entender a mais nova dinâmica do capitalismo, que hoje se organiza em redes muito complexas e fluidas, gerando um panorama muito mais dinâmico que aquele observado dois séculos atrás.

O sociólogo frisa a importância de um novo conceito de classe social, que não pode ser confundida com a mera mensuração da renda dos indivíduos:

Aqui não se trata de “renda”, já que efetivamente pode-se ter uma renda relativamente alta e uma condução de vida típica das classes populares. Associar classe à renda é “falar” de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas (*ibidem*, p. 47).

A partir das transformações internas do próprio capitalismo é que se pode observar o surgimento de uma nova classe de trabalhadores, a qual Souza chama de “batalhadores”. Segundo o autor (2012b), só se pode entender a formação desse novo estrato social se compreendermos que, com a reconfiguração do capitalismo, ou seja, o distanciamento do capital em relação à produção, houve uma ocupação por uma série de pequenos empreendimentos que passam a assumir a tarefa de produzir, mantendo ao capital a segurança do recebimento da remuneração sob a forma de juros. No aspecto moral, Souza diz que o próprio capitalismo de base fordista convivera com críticas de matiz moral e cultural desde a década de 1960, críticas quanto à homogeneização massificante dessa sociedade e à correspondente falta de espaço para o desenvolvimento da diferença e da liberdade criativa. No entanto, o capitalismo reconfigurado nas últimas décadas do século passado teria conseguido apropriar-se dessas críticas e fazer delas o mote de seu novo desenvolvimento (SOUZA, 2012b, p. 52-57). Assim, apoiada nesses dois aspectos, uma nova classe pôde preencher o espaço que o capital deixou ao se retirar, de certo modo, de se envolver diretamente com a atividade produtiva e é, ao mesmo tempo, estimulada pela ideia generalizada do empreendedorismo, de ser patrão de si mesmo.

Como consequência dessa nova reconfiguração do capitalismo, é marcante, na classe dos batalhadores, a presença de pequenos empreendimentos, muitos deles de base familiar. Mas isso não define a classe: nela também estão presentes pequenos

empreendimentos em que o trabalho é controlado segundo princípios fordistas, tanto quanto empregadas e empregados que precisam adequar-se à dinâmica flexível do novo capitalismo – como operadoras e operadores de telemarketing –, dentre outras ocupações. A regra, na verdade, é a heterogeneidade, sendo que o elemento que dá liga consiste em que “a alocação e o regime de trabalho são realizados de modo novo, de modo a ajustá-los às novas demandas de valorização ampliada do capital financeiro” (*ibidem*, p. 56).

Por conseguinte, não é difícil enxergar o quanto a heterogeneidade das ocupações internas aos batalhadores encontra-se distante das proteções trabalhistas geradas ao longo das décadas e relativamente generalizadas no contexto fordista, segundo Souza

Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro (SOUZA, 2012b, p. 57).

A partir desses processos, é possível ter ideia de quem são os “batalhadores” e como eles se formaram a partir dos processos sócio-históricos de reconfiguração econômica e moral do capitalismo. No entanto, ainda não se tem sua definição conceitual adequada. A conceituação passa pela subsequente diferenciação entre os batalhadores e, de um lado, as classes médias tradicionais e, de outro lado, a ralé.

Em relação à diferença entre batalhadores e classe média tradicional, os primeiros não possuem o acesso diferencial aos capitais econômicos e ao capital cultural, que caracteriza e diferencia a segunda. Pois bem, falta, segundo o autor o “gosto”, ou seja, o elemento de distinção que antecede as chances de vitória em uma luta de classes mediada simbolicamente. Como exemplo o autor coloca que:

O importante aqui é que os privilegiados podem se reconhecer na roupa que vestem ou no vinho que tomam e julgar justa sua própria dominação em relação a todos os seres animalizados e brutos que não compartilham dos mesmos modos e gostos (SOUZA, 2012b, p. 49).

Em relação à ralé, é importante ressaltar que um primeiro ponto a ser levado em conta é, antes, a similaridade: os batalhadores consistem numa “classe quase tão esquecida e estigmatizada quanto a própria ‘ralé’” (SOUZA, 2012b, p. 47). Todavia, essa nova classe teria conseguido “internalizar e in-corporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do novo capitalismo

financeiro” (*ibidem*, p. 48). Com isso, o integrante da classe dos batalhadores, “ao contrário da ralé (...), é reconhecido como membro útil à sociedade e pode criar uma narrativa de sucesso relativo para sua trajetória pessoal” (*ibidem*, p. 52) – o que não desfaz o fato de sua inclusão continuar sendo uma inclusão subordinada.

No entanto, para Souza, um elemento fundamental para a diferença entre os batalhadores e a ralé seria o “capital familiar”:

Percebemos também que isso foi possível a um capital muito específico que gostaríamos de chamar de “capital familiar”. Ou seja, a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas. Se o capital econômico transmitido é mínimo, e o capital cultural e escolar comparativamente baixo em relação às classes superiores, média e alta, a maior parte dos batalhadores entrevistados, por outro lado, possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados (SOUZA, 2012b, p. 50).

Em síntese, e não perdendo de vista a divisão proposta por nós de discutir as obras dos autores pesquisados em dos eixos – *Estado e sociedade e dominação social* –, podemos perceber que Souza, nesses três primeiros livros analisados – *A construção social da subcidadania*, *A ralé brasileira*, *Os batalhadores brasileiros* –, começa por traçar suas bases teóricas para análise nesses dois eixos centrais. Primeiro, procura as origens das desigualdades sociais no Brasil que, segundo ele, têm sua gênese na escravidão e se legitima por uma ciência que servia ao Estado, à procura de uma identidade nacional e pelo mercado, que procurava uma forma de distinção e manutenção de privilégios das classes altas e médias em relação às classes pobres. Nos livros da ralé e dos batalhadores, o autor analisa, empiricamente, através de pesquisas, como se manteve a reprodução social de precarização das classes subalternas e como estas se distinguiram umas das outras. E vai além: procura alargar os estudos de classes para além da clivagem de renda, fazendo um contraponto com seus pares e criando alternativas para análises da dominação social.

Além desses livros discutidos até aqui, antes do impeachment da presidente Dilma Rousseff, Souza escreveu, em 2015, quando as crises na política e na sociedade já estavam ganhando corpo, o livro *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Esse livro também começa empreendendo uma revisão crítica das ideias que nortearam o pensamento de Souza na tentativa de identificar as raízes hereditárias do comportamento e pensamento da sociedade brasileira, assim como desmitificar supostas “verdades” teóricas e generalizações culturais (particularizantes da

sociedade brasileira), que se tornaram dogmas no pensamento intelectual brasileiro. O autor busca desmontar ideias que, para ele, seriam basilares para a interpretação “liberal” e “conservadora” da sociedade brasileira, como as leituras de Brasil contidas nos livros *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, *Malandros e heróis*, de Roberto DaMatta, *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Conforme Souza:

[...] Este livro parte da crítica da ciência social conservadora imperante até hoje no Brasil como o fundamento último da dominação material e efetiva das classes do privilégio entre nós. A dominação social material e concreta de todos os dias só é efetiva e tende a se eternizar se é capaz de se “justificar” e convencer. E produzir “convencimento” é precisamente o trabalho dos intelectuais no mundo moderno, substituindo os padres e religiosos do passado (SOUZA, 2015c, p. 12).

O livro não apresenta, como diz Mata (2018), “novidades substanciais em relação às suas publicações anteriores. Trata-se, antes, de um esforço de síntese e de divulgação de sua teoria crítica da estratificação social” (p. 425). No entanto, nessa obra, já aparece um esforço do autor para compreender a conjuntura política e social daquele momento no país. Ele reitera as discussões que já vinha fazendo desde a construção da subcidadania, para começar a perceber o andamento social e político do Brasil de 2015, que já apresentava grandes sinais de desgastes na ruptura do projeto petista de conciliação de classe.

Com isso posto, o que nos interessa no livro *A tolice da inteligência brasileira* é, principalmente, a crítica que Souza faz à ideia de patrimonialismo – tema que é tratado por ele de maneira diferente de Schwarcz, como discutimos acima. Schwarcz se apoia na ideia do patrimonialismo como parte do motivo pelo qual a república brasileira não “vai bem”, algo que é compreendido por Souza como parte de um ideário conservador e liberal para manter as estruturas de dominação da sociedade. A forma de entender e usar a ideia de patrimonialismo em suas análises de Brasil aparece como o principal ponto de diferenciação entre Souza e Schwarcz. Ambos enxergam o patrimonialismo com um problema explicativo para as questões sociopolíticas do país, mas ele vê como forma de manutenção e justificação de desigualdades, enquanto ela vê como uma explicação para o mau andamento do republicanismo e da democracia no país. Tendo isso em vista, voltando à discussão sobre a tolice da inteligência brasileira, inicialmente, Souza nos mostra que as chamadas sociedades avançadas ou de primeiro mundo são tidas como

mais racionais e moralmente superiores, e o oposto são as chamadas sociedades atrasadas, colocadas como afetivas e passionais, conseqüentemente “corruptas”, personalistas. A contraposição das sociedades apresenta uma visão determinista e excludente na análise do autor, estabelecendo o binarismo das sociedades modernas. Como já colocado, um polo opera no nível racional, universal, civilizado, desenvolvido: primeiro mundo. O outro opera no nível afetivo, personalista, particularista, primitivo, atrasado: terceiro mundo (SOUZA, 2015c, p. 23). É nesse sentido que, segundo o autor, construíram a ideia de singularidade cultural dessas sociedades chamadas periféricas.

E essa suposta singularidade cultural e social pré-moderna na América Latina é justificada pelas noções de personalismo e patrimonialismo, que criaram a tese da “singularidade cultural brasileira” como um povo com características únicas e incomparáveis. O “jeitinho brasileiro” seria uma herança da pré-modernidade. A sociedade brasileira seria comandada pela hierarquia do “capital social” e de “relações pessoais”, ou seja, os fundamentos das relações pessoais se constituem pelo personalismo, pelo favor e pela proteção e o patrimonialismo seria a vida institucional que tem como fundamento uma “elite estatal” que também é pré-moderna (*ibidem*, p. 25).

Segundo Ana Paula da Costa Krumel, doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e que dialoga com Souza no tema sobre patrimonialismo,

Jessé Souza propõe analisar as teorias sociais brasileiras que tentam explicar o atraso do Brasil a partir: do “patrimonialismo”, como o impedimento do país de modernizar-se e tornar-se competitivo, da “singularidade cultural brasileira” pensada de modo absoluto, como se fôssemos um povo com características únicas e incomparáveis – para o bem e para o mal –, constituindo-se como uma segunda pele para todos os brasileiros e do “mito nacional” como o encontro de raças, que surgiu da inversão que Freyre propôs da fórmula “racista científica” que condenava a nação de mestiços, ou seja, o autor rompe a herança ibérica de uma identidade nacional com o emblema de “mestiço” e, a partir de Casa Grande e Senzala a identidade passou a ser um elemento de sucesso e a miscigenação como virtude cultural (KRUMEL, 2018, p. 115).

Se Freyre foi o “pai-fundador” da concepção dominante de como o brasileiro se percebe no senso comum, então, segundo Souza,

Sergio Buarque é o pai-fundador das ciências sociais brasileiras do século XX e, conseqüentemente – e muito mais importante –, o autor da forma dominante como a “sociedade brasileira” contemporânea se compreende até hoje com a chancela e a autoridade “científica” (SOUZA, 2015c, p. 31).

Primeiramente, Souza constata que Buarque, como Freyre, aceita que o Brasil produziu uma “civilização singular”. No entanto, “ele inverte o diagnóstico, defendendo que essa “civilização” e seu “tipo humano”, o “homem cordial”, são, na verdade, ao contrário de nossa maior virtude, nosso maior problema social e político” (*ibidem*, p. 32).

O que Buarque acrescenta de novo na teoria de Freyre, segundo Souza, “é a transformação da ênfase no “personalismo” em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial” (*Ibidem*). O patrimonialismo, na crítica de Souza, “é uma espécie de amálgama institucional do personalismo”. O “homem cordial”, para Buarque, na visão de Souza, “é emotivo e particularista e tende a dividir o mundo entre “amigos”, que merecem todos os privilégios, e “inimigos”, que merecem a letra dura da Lei”. Segundo Souza, “é o Estado dominado pelo “homem cordial” e particularista que se tornará o conceito mais importante da vida intelectual e política brasileira até hoje” (*ibidem*, p. 32-33).

E é nesse conceito que se fundamenta a demonização do Estado, o lugar da corrupção, e a “beatificação” do mercado:

O mercado capitalista deixa de ser uma instituição ambivalente – fruto de longo aprendizado histórico, que permite tanto separar o interesse econômico de considerações éticas (e com isso produzir riquezas em quantidades inauditas) como também produzir e legitimar desigualdades injustas de todo tipo indefinidamente – para ser apenas o reino da “virtude” por excelência. O Estado, também ambivalente, podendo refletir interesses de todo tipo, sendo ele próprio um campo de lutas intestinas, é “congelado” ao lado de uma suposta “elite privilegiada”, a qual, como ninguém a define, se refere a todos e a ninguém e pode ser usada em qualquer contexto a bel-prazer do falante (quase sempre, ele próprio, de alguma “elite”) (SOUZA, 2015c, p. 33).

O que fez com que essa polaridade desse certo, segundo Souza, foi a “associação entre mercado e sociedade, feita “por debaixo dos panos”, convidando o cidadão a se sentir virtuoso, puro, imaculado, como o mercado; a partir daí, essa associação se torna efetiva”, e, em grande medida, irracional. É todo esse processo que possivelmente permite a “adesão popular” de setores que só perderiam com a ‘mercantilização’ da sociedade”. Diante disso, os partidos liberais brasileiros, que representam interesses de uma elite muito pequena, podem “universalizar” seus interesses particulares, demonizando o Estado como ineficiente e corrupto (SOUZA, 2015c, p. 33).

Nesse contexto, Souza argumenta: “e a partir desse raciocínio que o tema corrupção política passa a ser um dos assuntos mais centrais e recorrentes do debate

acadêmico e político brasileiro” (*Ibidem*). Segundo o autor, não se cogita a melhoria no combate à corrupção através dos órgãos de controle. “O que existe é uma dramatização da oposição mercado (virtuoso) e Estado (corrupto) construída como uma suposta evidência da singularidade histórica e cultural brasileira” (*Ibidem*).

Outra crítica de Souza ao mito nacional é a comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, base da construção negativa do “homem cordial” de Buarque. Souza entende que o fundamento implícito em *Raízes do Brasil* é a oposição entre o “homem cordial”, como um tipo de homem brasileiro, e “o protestante ascético”, como um tipo de homem norte-americano. O “homem cordial” como corolário do “mito nacional” é um indivíduo emotivo que guia suas escolhas por preferências afetivas e pessoais e o “protestante ascético” é um indivíduo racional, guiado por considerações impessoais e comunitárias. O autor ressalta que:

O homem cordial não tem classe social, mesmo em um país tão desigual como o Brasil sempre foi. Ou seja, desde o início essa noção esconde conflitos sociais de toda espécie e cria um ser “genérico” que existe unicamente para ser contraposto ao “protestante ascético” como símbolo da cultura norte-americana. Essa contraposição indica um caminho ao Brasil: o do afeto e da emotividade pré-moderna em direção ao mundo da racionalidade distanciada da impessoalidade protestante (SOUZA, 2015c, p. 45).

Nesse sentido, Souza diz que esse modelo é um mecanismo simplista para entender o ser social, pois é necessário reconstruir as precondições militares, políticas, econômicas, tecnológicas e também culturais das relações desiguais entre as classes e sociedades (*ibidem*, p. 47). O problema é quando o “mito nacional”, como ocorre no caso brasileiro, passa a ser a base da própria concepção pretensamente científica da sociedade como um todo. Segundo o autor:

Toda violência simbólica e toda “ideologia” que legitimam a desigualdade fática [...] necessitam que o oprimido pela violência a aceite como legítima. Buarque é o grande criador de uma tradição “colonizada até o osso” que, com as armas da má sociologia, não leva em conta os contextos institucionais nem os históricos da ação social, mas aparentemente “explica” o mundo de modo tão simples e irrefutável como quem dizia que bastava comparar África e Europa para perceber como os brancos eram superiores. (*ibidem*).

O autor critica a aceitação da condição de colonizado proposta pelos sociólogos brasileiros, expondo que há um racismo velado que compara “sociedades superiores com sociedades inferiores, não mais pelo racismo aberto, mas pelo racismo meritocrático” (*Ibidem*). De tal modo, ele expõe a sua crítica apresentando que, a partir

da obra de Buarque de Holanda, abriu-se a possibilidade de articular, de modo convincente, uma concepção de mundo liberal como uma alternativa para toda a nação.

Souza, seguindo suas críticas, problematiza outro cânone da sociologia nacional, responsável por, segundo ele, ser o “historiador oficial do liberalismo conservador brasileiro”: Raymundo Faoro. Segundo Souza, no livro *Os donos do poder*, a tarefa seria demonstrar o caráter patrimonialista do Estado e da sociedade brasileira. Esse caráter, baseado em privilégios, teria marcado todo o exercício de poder no Brasil, tendo suas raízes na formação do Estado português no século XII. Souza percebe que o argumento principal de Faoro é que o Brasil herda a forma de exercício do poder político de Portugal (SOUZA, 2015c, 53).

Faoro, segundo Souza, atenta-se ao “prematureo processo de centralização e monetarização das bases sociais do poder real em Portugal”, sobre cuja base material, militar e econômica, constitui-se um fundamento simbólico ou espiritual destinado a organizar e legitimar o poder do príncipe: “o uso do direito romano como modelo de pensamento, ideal de justiça e instrumento de organização administrativa e jurídica do domínio do príncipe”. O Estado resultante desse processo histórico Faoro denominará de “Estado patrimonial” (*ibidem*, p. 56).

No entanto, Souza critica o uso do termo na obra de Faoro, por entender que há uma interpretação errônea dos conceitos weberianos de patrimonialismo. O patrimonialismo de Weber “é uma variação do tipo de dominação tradicional”. E se caracterizaria pela presença de um quadro administrativo, havendo uma relação entre o líder, o quadro administrativo e os dominados. Desse modo, o quadro administrativo, para Weber, é tão importante que irá definir um dos tipos mais puros de dominação: “a dominação racional-legal” (*Ibidem*, p. 60).

A tese de Faoro, segundo Souza, é que, na sociedade capitalista, há um resíduo de “estamento patrimonial”, e esse resíduo de governabilidade de outras épocas fragiliza a atividade do livre mercado, que é a base para o capitalismo e para a democracia. O autor refere-se a um livre mercado sem o controle do Estado e, em síntese, Souza (2015c) diz que “a ideia de Faoro possibilita encontrar um culpado para as mazelas e o atraso brasileiro” (p. 58). E continua sua crítica: “a estrutura do pensamento de Faoro não segue a categoria de Weber de patrimonialismo como algo que é histórico e dinâmico, pois se utiliza de um patrimonialismo estático e a-histórico” (*ibidem*). Souza coloca ainda que a ideia central de Faoro:

É que o “estamento patrimonial” se transmuta em Estado interventor: sempre que temos Estado, temos um estamento que controla em nome de interesses próprios, impedindo o florescimento de uma sociedade civil livre e empreendedora (SOUZA, 2015c, p. 58).

Assim, a tese do patrimonialismo e da corrupção apenas estatal produz a ilusão, segundo Souza, "de que se compreende o mundo e as causas das misérias sociais, pois cria o “culpado” pessoalizado e naturalizado no Estado” (*ibidem*, p. 58). Desse modo, o autor coloca que o Brasil não herda a sua estrutura social de Portugal: o que acontece é uma construção falsa da nossa história que faz com que bandeirantes que caçavam índios sejam vistos como protestantes ascéticos. Constrói-se, assim, uma ideia-força do “liberalismo conservador brasileiro”. Que permite que o mercado estimule conflitos, como o “mensalão” ou a “Lava Jato”, que são colocados para protagonizar o debate político, ao invés de discussões racionais dos conflitos sociais e políticos que estão realmente em jogo no país.

A partir dessas teses e críticas de Souza, na quarta parte desse livro, especificamente nos capítulos dois e três, ele procura esclarecer de que modo as elites, que impulsionaram e se utilizaram da legitimação de um determinismo histórico na formação da sociedade brasileira baseado cientificamente e incorporado pelo senso comum, cooptaram o Estado, favorecendo o “1%” mais rico da sociedade em detrimento de todo o resto e, mais que isso, como essa elite conseguiu subjugar certos estratos sociais, “naturalizando” as desigualdades, incorporando valores de distinção nas classes médias e as utilizando como porta-vozes de valores das classes altas.

Fazendo um paralelo entre os nossos autores pesquisados, em relação à questão da desigualdade, podemos dizer que os dois concordam que um dos fatores essenciais para entendermos esse tema é a escravidão, sendo que essa “instituição” deixou marcas profundas na formação da sociedade brasileira. No entanto, Souza é radicalmente contra a ideia de que existe um “patrimonialismo” arraigado na sociedade brasileira, e que esse determinismo é a fonte de todas as nossas mazelas sociais, diferente de Schwarcz, que atribui a esse fator um dos motivos para a incompletude de nossa república.

A partir das análises internalistas dos autores, ou seja, de seus textos propriamente ditos, podemos ter uma mínima ideia das representações e interpretações que Souza e Schwarcz se esforçaram para construir sobre o Brasil, o que será essencial para a compreensão de como eles discutiram e disputaram retóricas sobre os eventos conjunturais que levaram à ruptura do projeto petista de conciliação de classe. Até aqui,

podemos observar, inicialmente, de um lado, Schwarcz dizendo que estava “encantada com as passeatas e manifestações de 2013, compreendendo, em 2015, que o Brasil ia bem no quesito democracia, com as instituições consolidadas, e que, se tinha alguma coisa para melhorar, era a república, que precisava superar o seu caráter patrimonialista, e “familista”, recorrente no Estado brasileiro, como citado acima.

Do outro lado, temos Souza, também em 2015, nos primeiros parágrafos do segundo capítulo do livro sobre *A tolice da inteligência brasileira*, chamando a atenção para a ideia de que: “a grande fraude das jornadas de junho é a impressão de que o ‘vilão’ está no Estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho” (SOUZA, 2015c, p. 239). Segundo o autor, no início das manifestações de 2013, “o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais”, dominou a pauta de reivindicações. Então, os protestos se estenderam de forma pontual e passageira para favelas e periferias, havendo, inicialmente, uma aliança “entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária”, pautando as reivindicações dos interesses das classes populares (SOUZA, 2015c, p. 240).

Contudo, coloca Souza, a partir do dia 19 de junho de 2013, a classe média foi em massa para as ruas e modificou as pautas iniciais dos protestos, que pediam por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada. Na verdade, a classe média agiu tanto como “tropa de choque” dos interesses dos endinheirados quanto dos seus interesses próprios. Segundo Souza, o tema da corrupção, “lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe”. Para ele, a classe média brasileira,

Que explora os excluídos sociais em serviços domésticos que lhe permitem poupar tempo livre para incorporar ainda mais conhecimento e capital cultural para a reprodução indefinida de seus privilégios – enquanto condena os excluídos à reprodução de sua própria miséria –, e que pode “posar” de humana, corajosa e virtuosa, ao sair às ruas para condenar sempre um “outro” que não nós mesmos. O privilégio, afinal, precisa ser justificado ou tornado invisível para se reproduzir (SOUZA, 2015c, p. 245).

Nesse ponto, as representações e interpretações da ruptura do projeto petista de conciliação de classes também se diferem entre os autores pesquisados. Souza diz que, quando, em 2014, o projeto conservador elitista perde as eleições e a presidente Dilma Rousseff continua no governo, há uma “guinada conservadora clara na política

brasileira”, isto é, formou-se um “pacto conservador brasileiro contemporâneo”. Segundo ele: “O economicismo superficial e o culturalismo conservador lograram se institucionalizar como discurso dominante e institucionalizado capaz de ser mobilizado a bel-prazer pela mídia escrita e televisiva” (*ibidem*, p. 240).

Parece-nos que Souza, nesse momento, entende a ruptura do projeto petista de conciliação de classes:

Como a luta entre dois projetos históricos para o Brasil, oportunidade esta que se abriu com a industrialização brasileira comandada por Getúlio Vargas a partir de 1930: ou bem o Brasil se transforma em uma sociedade de consumo de massas e inclui a maior parte de sua população; ou o país mantém intactas todas as estruturas de privilégio e se constitui em uma sociedade de consumo para 20% da população (SOUZA, 2015c, p. 240).

Souza compreende que, nos últimos 12 anos, “houve um “reformismo fraco”, concordando com André Singer (2012), e argumenta sobre esse reformismo fraco que, “apesar de sua timidez e fraqueza, produziram uma reação sem precedentes em uma das sociedades complexas mais perversas e conservadoras da história moderna” (*ibidem*). Essa mudança esbarrou “nos mecanismos de exploração e humilhação seculares de classe no Brasil”. Mas, ainda que esse reformismo tenha conseguido incluir, de modo precário e instável, outros 20% adicionais da população no mercado de consumo e reduzido formas extremas de miséria material, seu desenvolvimento se deu de modo errático, incompleto, sem efetivo planejamento e ao sabor das conjunturas. No entanto, as fragilidades das conquistas realizadas por esse reformismo são explicadas pela manutenção da força social e econômica do modelo anterior excludente e elitista, que permaneceu intocada mesmo depois da eventual perda do poder político. (*Ibidem*, p. 250-251).

De certa maneira, nesse aspecto, Schwarcz se aproxima de Souza em suas interpretações e elenca alguns fatores que poderiam ter causado a ruptura do projeto petista de conciliação de classes. Segundo a autora, a redução de juros, a elevação das linhas de créditos, a redução da conta de luz, a concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos etc. foram políticas que desagradaram à elite. O desconforto da elite foi potencializado com a segunda fase da crise financeira internacional. Schwarcz (2015) entende que, quando o mercado financeiro viu seus lucros diminuírem por conta da política de redução de juros, veio, também, a perda de receitas pelo governo, que não conseguiu suprir as demandas iniciais das manifestações de junho de 2013, e, somando-

se a isso as movimentações da direita reclamando de uma possível fraude nas eleições, resultou na desestabilização do governo da presidente Dilma Rousseff.

A diferença fundamental nessas duas percepções é a inclusão do tema “corrupção” na discussão. Souza (2015c) aponta que, para legitimar uma narrativa contra o projeto petista, contra a ascensão de classes pobres, mesmo que de maneira “fraca”, contra a perda de capital financeiro com a diminuição das taxas de juros, houve uma associação entre mercado, mídia e classe média para desestabilizar o governo da presidente Dilma Rousseff. Já Schwarcz, quando trata o tema corrupção em suas análises anteriores ao impeachment, traz a ideia de ser algo realmente importante para que haja uma democracia real e o desenvolvimento do republicanismo no Brasil, talvez pelo uso que faz da ideia de patrimonialismo, mas também por acreditar que, naquele momento, as instituições democráticas do país estavam consolidadas e não poderiam mais retroceder, e, ainda, por não lembrar que, historicamente, o tema corrupção faz parte do arcabouço golpista das elites brasileiras contra governos e avanços populares, como ocorreu nos anos 1960.

Com essas análises, pudemos conhecer as trajetórias intelectuais dos autores, suas redes de sociabilidade, suas influências teóricas, suas ideias de Brasil antes dos eventos que resultaram na ruptura do projeto petista. A partir daqui, podemos então, perceber suas atuações enquanto intelectuais que disputam publicamente as narrativas sobre as consequências do impeachment de Dilma Rousseff sobre os eventos políticos e sociais do Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 3

Os intelectuais na disputa de narrativas para o grande público

3.1. A participação de intelectuais da direita na disputa de narrativas sociopolíticas do Brasil contemporâneo

É sabido que em 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou o processo de impeachment que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo. Entretanto, o dia 14 de abril de 2016 é que ficará marcado para sempre na história do Brasil, quando os deputados, de forma aberta, votaram sobre a aprovação ou não do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Foram 367 votos a favor do impeachment, e 137 contra. Com uma cobertura midiática em tempo real, todo o Brasil pôde ver cada deputado e deputada externalizar seu voto, seguido de uma declaração, em geral, baseada em suas convicções pessoais, sem fundamentação legal: as justificativas que mais apareceram estavam relacionadas a Deus, à família, ao futuro e à corrupção. A partir desse cenário, a pauta do conservadorismo moral, que antes era uma agenda oculta, se revela e se sustenta no governo interino de Michael Temer.

Podemos entender o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em três dimensões complementares: neoliberalismo, corrupção e conservadorismo. Faces de um mesmo projeto que foi pactuado entre forças econômicas, políticas e sociais, com apoio decisivo da mídia tradicional, que é braço importantíssimo das classes dominantes do país (QUINALHA, 2016). É necessário explicar que, nos governos petistas, houve uma acomodação, por um longo período, de uma grande parcela da classe política, utilizando-se disso para evitar confrontos. No entanto, havia uma parcela dessa classe política que, incomodada com algumas transformações sociais, com os governos petistas e principalmente com o governo da presidente Dilma Rousseff, não conseguiu se acomodar. Essa parcela almejava ocupar o poder e não aceitava uma posição secundária no governo dos outros. O PSDB é o exemplo emblemático disso. Havia, ainda, um pequeno grupo extremista que negava o diálogo com os governos: eram anticomunistas, apoiadores da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos ultraliberais para os quais qualquer forma de política social era inaceitável (MIGUEL, 2018).

Nesse período, extremistas e tucanos formavam dois grupos distintos: o PSDB mantinha, ainda, no discurso, seu apoio aos direitos humanos, às liberdades democráticas e à justiça social, ainda que, na prática, tenha abdicado da defesa dessas pautas. Essa posição foi mudando ao longo dos governos petistas, quando houve derrotas consecutivas nas urnas, o que levou o PSDB a se aproximar da direita ideológica. O PSDB começa a liderar a direita e seu discurso se radicaliza. Em 2010, José Serra assume uma agenda moral conservadora em sua campanha, trazendo, como seu carro-chefe, a oposição ao aborto e a apologia a restrições de direitos de gays, lésbicas, travestis e pessoas trans. A campanha de Aécio Neves, em 2014, apresenta uma radicalização e desconfiança dos direitos humanos, com o tema da redução da maioria penal, e o privatismo. E ainda relegou a igualdade como valor, em todas as suas dimensões, a um segundo plano (MIGUEL, 2019). Segundo Luis Felipe Miguel (2018), “o PSDB entendeu que seu caminho era liderar a direita; e a direita entendeu que havia espaço para radicalizar seu discurso” (p. 19). Portanto, para Miguel, o que existe, hoje, são vários grupos de direita, unidos por um cálculo político e motivados por um inimigo comum.

Outros intelectuais, estudando sobre esse movimento da direita, principalmente a radicalização dos discursos e com a introdução de novas pautas, e como consequência, o rompimento do consenso demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico desde a Constituição de 1988, estão dando o nome de “nova direita”. No entanto, não há consenso absoluto sobre o termo nos meios intelectuais, e nossa proposta, neste momento, é apenas compreender a ascensão de grupos ligados à direita e à extrema direita, sem entrar exaustivamente no mérito do conceito “nova direita”. Entre pesquisadores desse assunto, podemos citar Vera Cepêda (2018), Jorge Chaloub (2015, 2018, 2019), Fernando Perlato (2015, 2018, 2019), Camila Rocha (2018, 2019), Esther Solano (2016, 2018, 2019), Pablo Ortellado (2016), Marcio Moretto (2016), Rosana Pinheiro-Machado (2018), Sebastião Velasco e Cruz (2015), André Kaysel (2015), Gustavo Codas (2015), entre vários outros.

Fazendo um inventário sobre as pesquisas que abordam o engajamento político da direita brasileira, no ano de 2000, a pesquisadora Maria Teresa Gonzaga Alves, hoje professora da UFMG, em sua dissertação de mestrado, apresentou algumas evidências de que os conteúdos ideológicos associados à agenda da “nova direita” se encontravam disseminados, já naquele momento, entre o público da cidade de São Paulo. Segundo ela, “esse fenômeno se inscreve na tendência mundial de renovação da direita observada

nos países capitalistas avançados, desde meados dos anos 70, e no Brasil, a partir do final dos anos 80” (ALVES, 2000, p. 189). Mais adiante, parafraseando Norberto Bobbio (1995), Alves diz que “a nova direita, assim como a direita, é um fenômeno plural” (ALVES, 2000, p. 189). A autora indica que as fronteiras entre esses dois conceitos nem sempre são muito bem definidas, pois as vertentes da “nova direita” se inspiram umas nas outras, reagem umas sobre as outras, misturam-se, mas também se afastam. Segundo ela (2000), “direita e “nova direita” têm em comum a crítica ao modelo igualitário erigido no segundo pós-guerra nas democracias liberais”. Portanto, de uma forma geral, Alves assegura que

as correntes da “nova direita” querem repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise do Estado de Bem-Estar, seja através da justificativa teórica do anti-igualitarismo ou de propostas de cortes nas políticas de bem-estar social (ALVES, 2000, p. 189).

No período da pesquisa, fim do século XX, entre 1995-99, a autora aponta que, trazendo essa discussão para o cenário brasileiro daquela época, os desafios se tornam mais complexos, principalmente porque, aqui, a “nova direita” é uma construção teórica, constatando, na época, que não havia partidos políticos, grupos para a defesa de interesses específicos ou círculos acadêmicos que se automeassem como tal. Aliás, segundo ela, “nem como de direita, porque, no Brasil, os que se encontram à direita no espectro político geralmente se apresentam publicamente como liberais ou conservadores” (ALVES, 2000, p. 189).

Portanto, para autora, falar em “nova direita”, no Brasil, é, antes, se referir ao conteúdo programático de partidos políticos, ou à retórica e à forma de atuação política de alguns setores específicos da sociedade que se diferenciam dos paradigmas da “velha direita” (apesar de grande parte dos principais personagens da “nova direita” terem emergido do interior desta última) do que propriamente de um projeto institucionalmente estabelecido em termos de partidos políticos ou ainda a um modelo ideologicamente bem definido. Uma hipótese da autora é que isso não ocorreu de uma guinada repentina da velha direita em direção à nova direita. Na verdade, para ela, houve, na transição de um regime ao outro, uma continuidade das forças políticas conservadoras de direita ou centro-direita.

Trazendo o conceito para nosso recorte temporal da pesquisa, que vai de 2013 a 2018, Cepêda diz que

O termo nova exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política. Nas últimas décadas somaram-se às disputas tradicionais (partidos, eleições e arenas estatais) e ao manuseio das retóricas de Hirschman, as mobilizações de massa, o recurso aos meios de comunicação das mídias sociais e os mecanismos da guerra híbrida. Quanto às prateleiras, o reconhecimento da heterogeneidade do campo nova direita (como fundamentalmente em todo campo político) abriu fissuras e disputas por seu patrimônio identitário e forçou a diferenciação entre subgrupos (CEPÊDA, 2018, p. 52).

Cepêda introduz novos elementos para a formação do conceito de “nova direita”, ou seja, existe um novo contexto político, econômico e social, e, segundo ela, novos alvos e meios de atuações, utilizando novos instrumentos de arregimentação das massas, capazes de transformar, em poucas décadas, o conceito de direita (CEPÊDA, 2018, p.52).

Acrescentando o que as outras autoras acima postularam, a pesquisadora Camila Rocha (2018a), em sua tese de doutoramento intitulada, *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*, diz que a nova direita é um fenômeno amplo e complexo, com origens que não são necessariamente imediatas. O processo de formação da nova direita brasileira envolve desde questões relativas à oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) até a contrariedade diante de determinadas agendas políticas, como a legalização do aborto, ou questões de costumes. Como demonstra Rocha (2018), mesmo grupos mais organizados, como o Movimento Brasil Livre (MBL), foram formados a partir da socialização e da interação de pequenos grupos precedentes, em relações que fortaleceram o senso de unidade e a socialização política, bem como a formação de uma identidade filosófica comum.

Nesse sentido, observamos uma atuação dos intelectuais públicos autoproclamados de direita, ou conservadores, ou liberais, e que tiveram papel importantíssimo para a ascensão desse novo ideário, que vem ganhando cada vez mais espaço na agenda pública do país, com forte presença na imprensa, na mídia televisiva, nas rádios, na internet e também no mercado editorial. Sobre isso, Jorge Chaloub e Fernando Perlatto, em artigo intitulado *A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política*, publicado em 2016, pela revista *Insight*, observaram que existem seis hipóteses para compreensão do protagonismo recentemente assumido pelos intelectuais da nova direita no país. Seriam elas:

coerência com o cenário internacional, entendendo a nova direita enquanto um fenômeno mundial; 2. o distanciamento do momento em que ocorreu ditadura civil-militar, que oblitera e distorce a percepção

clara sobre os riscos e vícios do autoritarismo implantado a partir de 1964 (da mesma maneira que há toda uma geração que não conviveu sequer com o processo de redemocratização, possuindo uma experiência acomodada nos limites protetores de um Estado de Direito); 3. as mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural (que possibilitou a expansão rápida do padrão de guerra híbrida); 4. a criação de *locus* institucionalizados para produção e difusão do pensamento liberal ou de direita; 5. a emergência de governos de esquerda no país, incluindo seus sucessos e fracassos, capazes de geração de polarização; e 6. a crise do sistema partidário (e que podemos estender para a crise do padrão de representação democrática e o surgimento de manifestações demofóbicas e do ódio à democracia) (PERLATTO, CHALOUB, 2015).

Dada a centralidade estratégica da conquista da opinião pública para a conversão da “nova direita” em ator político preponderante no país, os intelectuais vinculados a esse campo cumpriram – e cumprem – uma função crucial. O intelectual é, portanto, uma categoria social que se define por seu papel fundamentalmente ideológico, responsável por construir e/ou disseminar as imagens e leituras que contribuem para a consolidação de uma visão de mundo, e que compreende escritores, artistas, juristas, teólogos, jornalistas, pensadores etc. (CHALOUB & PERLATTO, 2015).

Para entendermos as hipóteses acima elencadas e a preponderância da atuação intelectual na ascensão dessa “nova direita” ou essa direita repaginada, que foi responsável por formalizar um “contrapúblico” (ROCHA, 2019) capaz de orquestrar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, é importante entendermos o conceito trazido por Rocha de “contrapúblico”. Segundo ela, a partir do conceito do crítico literário Michael e Warner (2002), um contrapúblico

seria necessariamente imbuído de uma consciência a respeito de seu status subordinado frente a um horizonte cultural dominante. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes (cujos discursos e modos de vida são tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais) (ROCHA, 2019. p. 6).

Nesse sentido, Rocha observa que compreender a expressão de atores que não são oprimidos socialmente, no caso os membros de movimentos de direita, mas que se percebem marginalizados na esfera pública, pode ser uma hipótese para o entendimento do apoio sistematizado desses grupos ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

As “novas direitas” começaram a se organizar entre o final do primeiro governo Lula e o início do segundo. Nesse período, apareceram vários fóruns de discussão,

blogs, sites e comunidades na rede social *Orkut* e posteriormente no *Facebook*, em que se discutiam temas relacionados ao livre-mercado, à defesa de valores cristãos e à conjuntura política nacional e internacional. Um pioneiro nesse movimento foi o jornalista e escritor Olavo de Carvalho, crítico ferrenho dos intelectuais de esquerda, propagador de ideias conservadoras e de direita, que se popularizou utilizando a internet como veículo de mídia. Paralelamente ao sucesso de Carvalho em disseminar suas ideias, “grupos de profissionais liberais e estudantes universitários de classe média ultraliberais passaram a se organizar dentro e fora da internet” (ROCHA, 2019, p. 8).

Eles conseguiram fundar novas organizações civis, como o Instituto Mises Brasil, Instituto Millenium, o Estudantes Pela Liberdade e Ordem Livre, entre outros. Apoiados pelos *think tanks*²³ de direita mais antigos (brasileiros e internacionais), financiados por empresários como a família Ling, proprietária do grupo Évora, Salim Mattar, do grupo Localiza, e pelo *think tank* norte-americano *Atlas Network*. Além disso, fundaram também um partido político, o Partido Novo, que busca, claramente, representar um liberalismo econômico “puro”, sustentado por seis valores que movem o partido: “liberdades individuais com responsabilidade”, “indivíduo como único gerador de riqueza”, “todos são iguais perante a lei”, “livre mercado”, “indivíduo como agente de mudança” e “visão a longo prazo”²⁴.

As ações dessas organizações de cunho neoliberal e algumas delas conservadoras começam a tomar vulto quando alguns intelectuais públicos, comentaristas políticos, colunistas e jornalistas de oposição ao governo, alguns deles participantes ou apoiados por essas organizações, “começaram a usar um tom cada vez mais agressivo em suas críticas veiculadas em jornais e revistas de grande circulação, focadas principalmente no escândalo do mensalão” (ROCHA, 2018b, p.50). Isso forjou um clima de opinião negativa aos políticos petistas e foi o germe das manifestações contra corrupção e o PT que começaram a se alastrar nos anos que se seguiram.

A partir de 2013, nas manifestações contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô, apareceu nos jornais uma juventude que não costumava a se manifestar nas ruas, eram contra as bandeiras vermelhas, com o pretexto de impedir a partidarização do movimento, e assumiam as cores verde-amarelo. Repudiavam os *black blocs* e enalteciam a polícia que reprimia com violência os manifestantes do Movimento Passe

²³ De modo mais genérico, *think tanks* podem ser definidos como centros de pesquisa em políticas públicas e/ou difusão ideológica. Para maiores detalhes sobre *think tanks* ver ROCHA, 2015.

²⁴ Ver: As informações entre aspas estão no site do partido: (www.novo.org.br).

Livre. Segundo Marina Amaral (2016), “suas principais bandeiras eram contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituídas por um simples “Fora PT” (p. 49).

Movimentos como o Vem Pra Rua, Revoltados Online e, principalmente, o Movimento Brasil Livre (MBL), já nas primeiras manifestações organizados por eles colocaram em pauta o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo Rocha

à medida que as manifestações cresciam, com ajuda da divulgação massiva por parte da grande mídia dos escândalos revelados pela operação Lava Jato, os movimentos começaram a ganhar proeminência e passaram a receber financiamentos de empresários e atores políticos de oposição (ROCHA, 2018b, p. 52)

O ápice da atuação desses movimentos de direita foi o ano de 2015, quando conseguiram, através das redes sociais, a mobilização de milhares de pessoas pedindo o impeachment da presidente e inculcando na população uma aversão aos políticos, mas de forma endereçada a um único partido, o PT. E muitos dos líderes desses movimentos viraram políticos, escritores, comentaristas de política e economia em vários tipos de mídias. Todos esses movimentos demonstram um fator a ser destacado, como colocam CHALOUB e PERLATO (2015): “a capacidade de organização institucional dos intelectuais de direita” (p. 10).

Em contrapartida ao aumento de representações intelectuais alinhadas à direita, temos um intenso combate dos intelectuais progressistas com pautas centradas em direitos humanos, luta contra as desigualdade de várias ordens, contra a violência interiorizada e naturalizada na sociedade brasileira empreendidas por indivíduos civis e pelo Estado, desvelando a “rapina” do Estado por agentes da política e do mercado, e, principalmente, tentando fazer um diagnóstico do Brasil recente buscando respostas no passado. Por isso é que, no tópico seguinte, analisaremos as obras de Schwarcz e Souza após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, quando eles se propõem ainda mais a disputar as narrativas e a buscar pelo grande público.

3.2. As principais obras de Souza e Schwarcz posteriores à ruptura do projeto petista de conciliação: continuando a análise internalista

A partir desse ponto, iremos analisar as obras dos autores pesquisados que foram publicadas posteriormente ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, sem perder, como já dito acima, a visão deles sobre a relação *Estado e sociedade e dominação social*. Dois temas que são pertinentes para esta pesquisa, pois atravessam toda a obra de Schwarcz e Souza e marcam as aproximações e distanciamentos entre eles, além de nos dar a ideia da análise estrutural da sociedade que os dois empreendem em seus escritos.

Retomaremos nossas análises internalistas com a obra da historiadora e antropóloga Schwarcz *Sobre o autoritarismo brasileiro*, lançada no ano de 2019. Inicialmente, a autora explica que parte do livro foi feita em diálogo com algumas conclusões e dados que aparecem no livro *Brasil: uma biografia* (2014), que escreveu com Heloisa Starling. O livro também é composto por colunas selecionadas que publicou no *Nexo Jornal*, desde 2014. As análises e questionamentos presentes no livro são uma extensão de vários temas já abordados na trajetória acadêmica da autora.

Schwarcz divide o seu texto em oito capítulos, cada um correspondente ao que chama de “raízes do autoritarismo no Brasil”, que seria um conjunto de práticas, ideias e valores socialmente compartilhados que definem a nossa secular tradição de discriminações, exclusões e violências (SCHWARCZ, 2019). No livro, temas como “escravidão e racismo”, “mandonismo”, “patrimonialismo”, “corrupção”, “desigualdade social”, “violência”, “raça e gênero” e “intolerância” são tratados como fenômenos historicamente constituídos, mas, conforme a autora, com presenças e repercussões muito vívidas no cotidiano brasileiro atual. Valendo-se tanto de bibliografia especializada sobre cada um dos temas, quanto de fontes jornalísticas e dados oficiais, Schwarcz constrói amplos panoramas acerca de cada um desses problemas.

Os capítulos, por sua vez, podem ser classificados em dois grupos, a saber: os três primeiros, respectivamente intitulados de “Escravidão e Racismo”, “Mandonismo” e “Patrimonialismo”, trazem as bases sócio-históricas do autoritarismo no Brasil; enquanto os demais são responsáveis por apresentar os desdobramentos de tais bases, e recebem os seguintes nomes: “Corrupção”, “Desigualdade social”, “Violência”, “Raça e gênero” e “Intolerância”. A partir do exposto, procuramos nos aprofundar no primeiro bloco, inclusive porque esses temas são aspectos de aproximações e distanciamentos

entre Schwarcz e Souza. A historiadora constrói sua explicação no sentido de confirmar os diagnósticos sobre a nossa herança arbitrária e do conseqüente descaminho que estabelecemos em relação à democracia.

No primeiro capítulo, Schwarcz, ao tratar do tema da escravidão e do racismo no Brasil, afirma que o escravismo se tornou um sistema tão firmemente arraigado à nossa sociedade que se transformou numa espécie de linguagem. Segundo ela, “não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada, ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho:

a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2009, p. 27).

Ou seja, um fenômeno onipresente, inescapável, que abarcava todas as instituições e práticas sociais e que acabou por naturalizar a concentração do poder e riqueza nas mãos de uma minoria senhorial branca. Outra caracterização que a autora faz diz respeito à violência do sistema, Segundo ela, diferente do que se procurou difundir, a escravidão foi extremamente violenta,

um sistema que prescreve a propriedade de uma pessoa por outra não tem nenhuma chance de ser benevolente. Ele pressupõe o uso intenso e extenso da mão de obra cativa, a vigilância constante, a falta de liberdade e do arbítrio (*Ibidem*, p.28).

A partir dessa violência, Schwarcz analisa a situação da mulher dentro do sistema escravista: “no caso das mulheres, o destino não era muito diferente. Submetidas à força à alcova do senhor escravista, elas experimentavam, no corpo, a violência do sistema”. E complementa que foi nesse período que surgiu a “perversa representação da “mulata” como uma mulher mais “propensa” à sexualidade e à lascívia. Esses são estereótipos, construções históricas e sociais, que nada devem aos dados da realidade” (*Ibidem*).

Contudo, mesmo com toda essa brutalidade com que os senhores tratavam as pessoas escravizadas, houve também resistência,

escravizados e escravizadas reagiram mais, mataram seus senhores e feitores, se aquilombaram, suicidaram-se, abortaram, fugiram, promoveram insurreições de todo tipo e revoltas dos mais diferentes formatos. Também

negociaram seu lugar e condição, lutando para conseguir horas de lazer, recriar seus costumes em terras estranhas, cultuar seus deuses e realizar suas práticas, cuidar de suas lavouras, e trataram de preservar suas famílias e filhos (*Ibidem*, p. 29).

Todavia, grande parte da população escravizada ficava à mercê de seus senhores, que “inventaram verdadeiras arqueologias de castigos, que iam da chibatada em praça pública até a palmatória” (*Ibidem*). E quando se informaram sobre as experiências e leis abolicionistas aplicadas em outras colônias escravocratas, muito especialmente na América espanhola, “adiaram, o quanto foi possível, o fim do regime, adotando um modelo gradual e lento de abolição” (SCHWARCZ, 2019, p. 29). Schwarcz argumenta que, “um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país” (*Ibidem*).

A autora faz uma reflexão sobre a impossibilidade de mudança na situação dos escravizados diante de uma sociabilidade “partida pelo costume e pela realidade”, uma vez que “nas sociedades ocidentais, sem estudo formal não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado” (*Ibidem*). Ela faz essa constatação apontando que, naquele período, a alfabetização não era formalmente proibida, porém foram raros os casos de proprietários que concederam a seus cativos o direito de frequentar escolas, impedindo-os de, minimamente, tentar romper os ciclos de pobreza.

Sobre a abolição, ela argumenta que “o sistema acabou tarde e de maneira conservadora” (*Ibidem*). A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, “curta, ela representou uma solução de compromisso”. Foi nesse contexto que chegaram ao Brasil as teorias deterministas, como o “Darwinismo social”, que pretendia classificar a humanidade em raças, aplicando-lhes diferenças na capacidade física, intelectuais e morais. Segundo Schwarcz, nesses “modelos científicos, os homens brancos e ocidentais ocupariam o topo da pirâmide social, enquanto os demais seriam considerados inferiores” (*ibidem*). Ela aponta que esse “saber sobre raças” visava justificar, com o aval das teorias da época, “o domínio “natural” dos senhores brancos sobre as demais populações”. Visava, ainda, “substituir a desigualdade criada pela escravidão por outra, agora justificada pela biologia” (*Ibidem*).

Para autora, não houve uma política de integração das populações recém-libertas, após a Lei Áurea, e esse período ficou conhecido como pós-emancipação que, segundo ela, “teve data precisa para começar, mas não para terminar” (*Ibidem*, p. 30).

A autora diz que a presença de negros nos espaços de prestígio social, no início da nossa história republicana, era muitíssimo incomum, e que o sistema escravocrata só aparentemente ficou no passado. Segundo ela, essa configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, produziu um apagamento dos poucos intelectuais negros que haviam se destacado na época colonial e durante o Império (SCHWARCZ, 2009, p.30).

Já no século XX, e “diferentemente do que a propaganda republicana divulgou, a exclusão social voltou a crescer no Brasil”, segundo Schwarcz, que segue dizendo que “os negros continuaram sistematicamente apartados das políticas e das benesses do Estado [...] Por isso, o sistema escravocrata só aparentemente restou fincado no passado” (SCHWARCZ, 2019, p. 30). E constata que

essa longa história também explica como, paradoxalmente, o racismo é filho da liberdade, pairando, ainda hoje, um grande interdito no que se refere à expansão de direitos para tais populações, que são as mais vitimizadas no país com relação aos direitos à saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e segurança (*ibidem*, p. 31-32)

A partir da dessa construção histórica, Schwarcz assinala que, hoje, as teorias raciais saíram de voga, e que o conceito de raça é falacioso e totalmente equivocado em suas decorrências morais, mas que ainda utilizamos a noção de “raça social”, ou seja, “aquela que é criada pela cultura e pela sociedade no nosso cotidiano” (*ibidem*, p. 32). Segundo ela

Tendemos também a perpetuar um plus perverso de discriminação, que faz com que negros e negras morram mais cedo e tenham menor acesso aos direitos de todos os cidadãos brasileiros. Essas são histórias “persistentes”, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação. Por exemplo, até os dias de hoje os números da desigualdade têm cara e cor no Brasil (*ibidem*).

Esse exercício de perceber as teorias científicas da época e os meios de comunicação e institutos científicos como forma de a elite perpetuar sua dominação através da opinião pública, também é realizado por Souza em todos os seus livros. A seguir, ao analisarmos *A Elite do Atraso* (2017), do autor, mostraremos como ele também conclui que, além da violência física, a elite usou e usa teorias científicas,

institutos e a esfera pública para justificar e manter seus privilégios. Embora estejam focados em teorias e períodos diferentes, esse é um ponto que une os dois, um caminho que os dois percorrem para fundamentar suas interpretações sociopolíticas atuais.

Voltando para Schwarcz, ainda em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), ela nos apresenta vários dados comprovando a persistência dos efeitos da escravidão na sociedade brasileira contemporânea. Segundo ela, o número de pessoas que se autodeclararam negras ou pardas aumentou, no entanto, segundo o relatório do Ipea, a despeito do aumento geral da expectativa de vida entre os brasileiros, os indicadores que cobrem o período que vai de 1993 a 2007 mostram como a população branca continua vivendo mais do que a negra. A população negra segue sendo as maiores vítimas da violência urbana e do acesso precário a recursos médicos. Se, no ano de 2010, a taxa de homicídios foi da ordem de 28,3 a cada 100 mil jovens brancos, a de jovens negros chegou a 71,7 a cada 100 mil, sendo que, em alguns estados, a taxa ultrapassa 100 por 100 mil jovens negros (SCHWARCZ, 2019, p.33).

O país, também, na visão da autora, pratica outra forma de exclusão racial cotidiana, delegando à polícia o papel de performar a discriminação, nos famosos “atos de intimidação”: as batidas policiais que escolhem sempre mais negros do que brancos e os humilham a partir da apresentação pública do poder e da hierarquia (*Ibidem*). Para ela

criamos uma nação profundamente desigual e racista, cujos altos índices de violência não pararam nos tempos da escravidão. Eles têm sido reescritos na ordem do tempo contemporâneo, que mostra como o racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando a distância social. Sendo assim, e se o racismo, faz tempo, deixou de ser aceito como uma teoria científica, ele continua plenamente atuante, enquanto ideologia social, na poderosa “teoria do senso comum”, aquela que age perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia. A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres, mas dos direitos também (*Ibidem*).

Nesse sentido, para autora, o período pós-abolição no Brasil não construiu uma nação mais igualitária. Ainda assim, ela aponta, no seu texto, que houve alguns avanços em relação à atuação do movimento negro a partir da década de 70 e principalmente, na mudança para a “Nova República” na década de 80. Houve, também, alguns avanços

em relação aos direitos civis com a publicação da Constituição de 1988²⁵. Mas, apesar disso, instituições e postos de liderança continuam a ser dominados por brancos e, na mesma proporção, os negros continuam sendo discriminados. Schwarcz termina seu capítulo fazendo um resumo de seus argumentos, apontando a persistência dos efeitos da escravidão e da falta de política integradora do pós-abolição. Segundo ela

A escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente; as pesquisas mostram a discriminação estrutural vigente no país, a qual abarca, como veremos mais à frente, as áreas da educação, da saúde, chegando aos registros de moradia, transporte, nascimento e morte. Por outro lado, as várias tentativas de menosprezar o problema, de desfazer dos relatos e pesquisas [...] não dão conta de explicar a inexistência do racismo no Brasil, apenas confirmam a sua efetiva prática cotidiana, que se esconde no movimento de denegação (SCHWARCZ, 2019, p. 40).

Nesse excerto, fica clara a opinião da autora em compreender que a escravidão, que foi empreendida no Brasil ao longo de quase 400 anos e em larga escala dentro da sociedade brasileira, legitima a ideia de uma singularidade brasileira. Desse modo, para Schwarcz, a escravidão é importante chave explicativa para a sociedade contemporânea brasileira.

Outro apontamento da autora sobre a contemporaneidade brasileira está no segundo capítulo do livro denominado “Mandonismo”. Schwarcz faz uma construção histórica sobre a formação da sociedade brasileira em que o exercício de poder estava pautado na figura do senhor de terras, no coronel, e atualmente, no “chefe virtual”.

Segundo ela, o início dessa história pode ser localizado no século XVI, quando Portugal, na impossibilidade de povoar o território conquistado, optou por delegar poderes a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios. Nas palavras de Schwarcz, “esse foi o espírito e a base da colonização do Brasil; poucos homens concentrando grandes latifúndios, em geral monocultores” (*Ibidem.* 41).

O modelo colonial brasileiro, portanto, “combinava mão de obra escrava com a grande propriedade monocultora, o personalismo dos mandos privados e a (quase)

²⁵ Artigo 215 da Constituição Cidadã reconhece os saberes e a erudição da população negra. Artigo 216 define as manifestações culturais afro-brasileiras como um “patrimônio cultural”. Artigo 68 das Disposições Transitórias aprovou as terras de “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o que validou o direito de grupos que permaneceram em pequenas roças e propriedades agrícolas vivendo do plantio coletivo desde o término da escravidão. Por último, o artigo 5º o (inciso XLII) finalmente incluiu no corpo da lei, a existência da discriminação no Brasil, tornando a prática de racismo um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à prisão. (SCHWARCZ, 2019, p. 36)

ausência da esfera pública e do Estado” (*Ibidem.* 42). Foi nesse contexto que “se inventa uma aristocracia nas Américas” (*Ibidem.*). Nesse caso, os títulos concedidos não eram passados de pai para filho, “correspondiam a uma recompensa individual por serviços prestados ou obtidos em troca de pagamento” (*Ibidem.* 43). Isso era chamado de “sorte de favor”, ou seja, favor do Estado para fins pessoais.

Nesse contexto, só com o desenvolvimento do sistema colonial e com casamentos entre pares é que foi se formando uma classe mais homogênea. Schwarcz explica que, a partir disso, essa “classe” de senhores de terras “dedicaram-se a refazer e construir genealogias míticas, buscando estabelecer no passado suas supostas raízes nobres” (*Ibidem.*). E também procuraram construir uma história “edificante, unindo a figura do senhor àquela do pai – bondoso e severo – e, assim, projetando uma sociedade patriarcal”, na qual, “as mulheres cumpriram um papel secundário e a hierarquia social jamais seria questionada” (SCHWARCZ, 2019, p. 43). Portanto, para autora, “aí estava o modelo dessa sociedade patriarcal brasileira; a família (do senhor) funcionando como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social” (*Ibidem.*).

Schwarcz compreende que a nobreza brasileira, apesar de peculiar, reproduzia aspectos europeus, pois tanto a nobreza europeia quanto a brasileira tinham desprezo pelo trabalho braçal, atividades manuais ou cuidar de um comércio. O trabalho manual era considerado inferior, ficava sob a responsabilidade dos gentios ou cativos,

assim sendo, os novos nobres da terra deveriam permanecer apartados desse tipo de serviço, vivendo do lucro advindo do cultivo de suas terras, do rendimento de aluguéis ou de cargos públicos, das rendas do Estado ou da Igreja, logrados a partir de muita negociação e apadrinhamento (*Ibidem.*).

Portanto, para esses senhores, a melhor forma de conquistar algum título de nobreza era ser proprietário de terras e se cercar de uma grande “escravaria”, mas também de inúmeros agregados, parentes e criados. Foi assim “que esse modelo idealizado inventou uma sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue” (*Ibidem.*).

Dessa forma, fazia parte do “cabedal de um senhor” seus filhos homens em posições de destaques na sociedade, arranjar um “bom” casamento para suas filhas mulheres (no sentido de bons dividendos) e cuidar de todos aqueles que o rodeavam e suprir-lhes. Era desse modo que “proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do

senhor, que a exercia cobrando caro pelos “favores” feitos e assim naturalizava o seu domínio” (*Ibidem*, p.45). Além disso:

Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes. (*Ibidem*).

O domínio dos senhores se entendia sobre os trabalhadores que moravam nas redondezas ou pequenos roceiros que, em geral, dependiam dos favores dos grandes proprietários para “efetuar o comércio, conseguir empréstimos e transportar seus produtos” (*Ibidem*). Por isso, segundo a autora, essas ações “geravam rituais de submissão, nos quais a repetição dos gestos mais cotidianos mostrava-se crucial para solidificar hierarquias” (SCHWARCZ, 2019, p. 45).

Apoiada na ideia do sociólogo Sergio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, que comentou sobre o uso disseminado desses expedientes como forma de misturar relações públicas e privadas e guardar certa proximidade que disfarça a real e estrita distância social, Schwarcz afirma que o povo costuma cumprimentar os senhores com reverência, “chamando-os por apelidos, pelo primeiro nome ou até pelo diminutivo deste. Se tais práticas denotavam proximidade, ao mesmo tempo sublinhavam o respeito pelos mores paternalistas que se foram enrijecendo na área rural” (*Ibidem*, p. 46). Com isso, usar a intimidade era uma maneira de esconder a hierarquia estável de poder.

Desde a segunda metade do século XIX que a aristocracia cafeeira da região Sudeste se impôs e essa configuração de mando não se alterou de forma radical: as imagens predominantes do país feitas pelas elites sempre enaltecem essa estrutura. Segundo a autora

a força e a influência de um senhor de terra podiam ser medidas a partir de sua renda, da quantidade de escravizados que possuía e não raro ostentava, de sua capacidade de fazer empréstimos às populações vizinhas, mas também por rituais que reforçavam o poder local. Esses são costumes, práticas e símbolos que foram transportados para vários lugares do Brasil, sobretudo aqueles que exploraram a plantation extensa e monocultora (*Ibidem*, p. 47).

Nesse arranjo social descrito por Schwarcz ao analisar a história colonial e imperial do Brasil, em que a figura do senhor de terras se torna personagem central na sociedade, a autora destaca o fato de que esses indivíduos praticaram a dominação política, econômica e cultural. Além de focar na questão da imagem da mulher nesse contexto, que é praticamente invisível por ser “obrigatoriamente recatada e reclusa no

interior desse mundo do mandonismo patriarcal” (*Ibidem*, p. 53), ficando à sombra desses homens.

Mesmo com o fim do Império e o começo do declínio desse mundo rural escravocrata, a imagem dos senhores provedores se perpetuou. Diante deles, agia-se com lealdade e submissão, pois,

Esse etos patriarcal e masculino foi, assim, transplantado para os tempos da República, quando se continuava a regular a distribuição do poder por meio da hierarquia e da força política de senhores de terra, que acumulavam grande influência política, através não só de postos representativos como de práticas eleitorais. A importância das unidades da federação e a força política de um estado sustentavam-se agora no tamanho do eleitorado e na consequente extensão da presença parlamentar que seguiu derivando do poder dos senhores regionais (*Ibidem*).

Schwarcz assume que o poderio desses senhores de terras se estendeu após o advento da República. A manutenção de seu poder estava, então, também relacionada com as práticas eleitorais. A estabilidade política da República ficou garantida por três procedimentos fundamentais,

empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral no qual, a despeito dos mecanismos políticos que buscavam controlar as disputas locais, as fraudes mantinham-se frequentes (SCHWARCZ, 2019, p. 53).

As relações de poder se desenvolviam a partir do município, que se personalizava na figura do coronel. Segundo a autora, o fenômeno do coronelismo se caracterizava por um “complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República”. O coronel era parte formadora da estrutura oligárquica tradicional, “baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros” (*Ibidem*, p. 54). Certas características consolidadas ao longo do tempo persistiam na Primeira República. Uma delas foi justamente o perfil oligárquico da nação, com a manutenção do número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis. Conforme Schwarcz, “nos anos 1920, a porcentagem de quem podia votar oscilava entre 2,3% e 3,4% do total da população” (*Ibidem*, p. 55).

Todavia, esse cenário em relação às eleições mudou, principalmente no quesito da manipulação de votos. A autora acredita que, hoje, temos uma eleição muito segura e um percentual de eleitores bem maior e diversificado. No entanto, para ela, “nossa

República continua falha, apresentando muita concentração de poderes, no que se refere aos quesitos que discriminam a igualdade social, de renda e propriedade” (*Ibidem*).

A partir desse momento no texto, Schwarcz nos apresenta vários dados exemplificando a forte concentração fundiária no Brasil, apontando que, “em 2003, havia 4,2 milhões de propriedades, número que, em 2010, passou a ser de 5,16 milhões”. Entretanto, “os minifúndios diminuíram, as grandes, acima de mil hectares, aumentaram. Em 2003, 51,6% das propriedades possuíam acima de mil hectares; em 2010, essa porcentagem cresceu para 56,1%” (*Ibidem*, p. 56). Ela discute, ainda, que a desigualdade vai além da concentração fundiária; está também presente nos investimentos, na tecnologia e no gênero: “os homens predominam nesses setores, possuindo 87,3% de todos os imóveis rurais que existem no país” (*Ibidem*).

Na outra ponta da concentração fundiária, está o acúmulo de poder nas mãos de famílias que praticam o mandonismo político, cultural e social há longa data em suas regiões de origem. “É certo que, nos últimos pleitos, grandes caciques eleitorais não conseguiram confirmar sua influência e predomínio” (SCHWARCZ, 2019, p. 57). Nesse sentido, a autora faz um panorama das famílias que ainda dominam a política local e estadual Brasil afora, citando a família Sarney, no Maranhão, o clã Ferreira Gomes, no Ceará, a família Alves, no Rio Grande do Norte, os Caiado e os Bulhões, em Goiás, o clã dos Viana, no Acre, em Alagoas, a família de Renan Calheiros, em Minas, o clã dos Andradas que estão na política desde o Império (*Ibidem*, p. 58-60). Com o exposto, é possível perceber que existe

uma inequívoca associação entre mandonismo e concentração de renda e dos poderes políticos. Mesmo que outras formas de produção e emprego estejam ganhando corpo até nos estados mencionados, o certo é que as oligarquias têm a capacidade de minar o aperfeiçoamento democrático, reforçando os piores ranços da política (*Ibidem*, p. 61).

E em função disso, “ocorre uma espécie de acomodação dos hábitos políticos, das condutas eleitorais e que, não raro, convergem para a manutenção do poder herdado ou construído há longa data” (*Ibidem*, p. 62). Além disso, atualmente, com a introdução das mídias sociais, a autora aponta que um novo fenômeno surge: agora, a figura de um novo líder carismático, com uma nova forma de fazer política, tão autoritária quanto as do passado. Trata-se do “político populista digital”, que prega a intolerância e o ódio, desautoriza os intelectuais a imprensa, e se apresenta como novidade, se dirigindo sem mediação alguma à população.

Até mesmo no caso desses novos suportes de comunicação, nunca esteve tão firme a imagem de um presidente-pai, um pater famílias: autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e “próximo” para quem o segue e compartilha das suas ideias. Assim sendo, e apesar de a linguagem digital ser uma plataforma teoricamente aberta a todos, ela continua a explorar modelos exclusivos de autoridade e a produzir dinâmicas segregacionistas, amplificando sistemas renovados de reconhecimento das hierarquias simbólicas e das formas de autoridade (*Ibidem*, p. 63)

Para a autora, não existe uma “continuidade mecânica entre o passado e o presente”, mas a base autoritária de nossa política insiste em prolongar-se, principalmente, com novos estilos de governabilidade. Quando não se rompe com a figura “mítica do pai político”, atualmente denominado por Schwarcz como “chefe virtual” (aquele que fala em nome e no lugar dos filhos e dependentes, do herói destacado e excepcional, do líder idealizado), mais uma vez, igualdade e diversidade, sentimentos e valores próprios da expansão dos direitos democráticos correm o risco de não mais existirem (SCHWARCZ, 2019, p. 63).

Outro fator relacionado ao autoritarismo de nossa sociedade, segundo a autora, é o patrimonialismo. Ela entende esse conceito como sendo o “resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente”. Dito de outra maneira, trata-se, segundo ela, “do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder” (*Ibidem*, p. 65).

O conceito de patrimonialismo, conforme Schwarcz, “foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo alemão Max Weber”. Para ele, essa prática é uma forma de poder em que as fronteiras entre as esferas públicas e privadas se tornam tão nebulosas que acabam por se confundir. Para a autora, “patrimonialismo passou a designar, então, a utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos” (*Ibidem*, p. 66). Segundo a autora, interpretando Weber, “o Estado perde em racionalidade quando os interesses públicos deixam de ditar as normas de governo e, ainda mais, quando se afirma o personalismo político”. Esse personalismo político seria uma “colcha de arranjos pessoais que alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública” (*Ibidem*).

Adiante no texto, Schwarcz faz um inventário de autores que utilizaram o conceito de patrimonialismo para resumir as práticas políticas recorrentes no Brasil,

desde Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936); Raymundo Faoro, em *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro* (1958); Antônio Candido, em seu ensaio *Dialética da malandragem* (1970); Roberto DaMatta, em *Carnavais, malandros e heróis* (1979). Segundo a autora, apesar de vivermos num período em que as instituições brasileiras estão mais robustas, “o certo é que o conceito continua operante no Brasil, onde a prática política é ainda muito afeita à mistura entre afetos públicos e privados” (*Ibidem*, p. 68). E o resultado dessa contaminação de esferas leva “ao fortalecimento dos pequenos e grandes poderes pessoais, ampliando as possibilidades de suas ações nas esferas do Estado” (*Ibidem*).

Outro tipo de patrimonialismo surgido pela persistência dos mandonismos apontada por Schwarcz é o “corporativismo político”, e caracteriza-se “quando interesses regionais passam a afetar diretamente a lógica pública” (SCHWARCZ, 2019, p. 68), favorecendo alguns cidadãos em detrimento de muitos.

A autora, nesse momento, parte para uma construção histórica da prática do patrimonialismo no Brasil. Nos 150 anos iniciais da colônia, baseando-se nas pesquisas de Caio Prado Júnior, em seu livro *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1933), Schwarcz aponta que a presença da Coroa portuguesa na sua colônia americana era diminuta e residual, e que, a partir do momento em que colonos e donatários exerciam o poder político, através das câmaras municipais, sendo eles o “Estado”, os assuntos relativos a este tornavam-se temas de natureza privada. Segundo a autora, “até meados do século XVII, o patrimonialismo, mesmo que não levasse esse nome, foi a principal característica administrativa da colônia brasileira” (*Ibidem*, p. 69). “Criava-se, assim, uma espécie de dependência do governo lusitano em relação à administração do Brasil, executada, na prática, pelos colonos” (*Ibidem*). Outro elemento que comprova a ampla dimensão patrimonial no período colonial, segundo Schwarcz e corroborada na obra de Sergio Buarque, “é o fato de, no Brasil, imperar um tipo de família patriarcal que levou o Estado a ser encarado como um prolongamento e uma extensão do ambiente doméstico” (*Ibidem*, p. 70), ou seja,

os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados no interior dessa sorte de ambiente, logo aprenderam a manipular e misturar os domínios do privado e do público. Como a burocracia administrativa era exercida diretamente por essa aristocracia, e a partir de uma autarquia agrária, reforçava-se, ainda mais, o caráter hoje chamado de patrimonialista do aparato estatal então existente no país (*Ibidem*, p. 70).

No entanto, essa situação se complicou com a vinda da corte, em 1808, porque, junto dela, veio a máquina administrativa da coroa. Foram nomeados ministros para os

cargos estratégicos, aumentou exponencialmente o número de funcionários do segundo escalão, cargos foram criados apenas para atender aos recém-chegados, amigos próximos do rei. As despesas no Brasil se avolumavam, “a máquina inflava, bem como crescia o patrimonialismo de Estado, ligado aos novos imigrados lusitanos” (*Ibidem*, p. 72).

A partir da independência e da formação de um Estado nacional, começaram a ser criadas instituições mais autônomas: com o aumento da população urbana, surgiram novos agentes econômicos e uma variedade maior de representações políticas dos interesses de grupos sociais distintos. No entanto, “a estrutura social do patrimonialismo restou basicamente semelhante” (*Ibidem*, p. 74). Nos governos dos dois imperadores do Brasil, Dom Pedro I e Dom Pedro II, uma forma de agradar e manipular a elite, principalmente a elite agrária, era a distribuição de títulos nobiliários. A autora assinala que “esse era, de fato, um modelo que privilegiava as mercês e dádivas pessoais com barganhas e indulgências públicas” (SCHWARCZ, 2019, p. 77-78).

Segundo a autora, esse fenômeno do patrimonialismo perpassa o Império e continua na República, “sendo políticos e chefes de Estado acusados de fazer uso pessoal das verbas públicas” (*Ibidem*, p. 80). Durante a Primeira República, expandiu-se o fenômeno conhecido como “voto de cabresto” e do coronelismo, aportes necessários para a manutenção da estabilidade política da República que se assentava em três procedimentos citados anteriormente neste trabalho (pag. 16)

Entretanto, só a partir da Constituição 1934 essas práticas foram minimamente freadas, segundo Schwarcz. Essa Constituição ampliou o poder do governo federal, “tornou o voto obrigatório e secreto, também criou a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho, instituições que visavam cercear o arbítrio privado dos grandes proprietários, bem como coibir seu poder de barganha junto ao Estado” (*Ibidem*, p. 82). Mas, foi somente a Constituição de 1988 que referendou o voto secreto, assim como “se estabeleceram novos direitos trabalhistas, entre eles a redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, o seguro-desemprego e as férias remuneradas” (*Ibidem*); todas as medidas que visam garantir direitos individuais e do cidadão. Os alicerces que pautam a República brasileira são soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e o pluralismo político.

Mas, constata a autora, “ainda assim, o legado do poder privado sobrevive dentro da máquina governamental” (*Ibidem*). E uma das franjas do patrimonialismo é, para a autora, a chamada “bancada de parentes”, ou seja, políticos que são eleitos e que

já têm algum parente estabelecido na política. A partir desse momento, Schwarcz nos dá um panorama de como a relação familiar entre os políticos está imbricada nessa rede patrimonial da política brasileira. Fornecendo vários dados sobre o aumento dessas “bancadas de parentes”, nos mostra a realidade da estagnação do pluralismo político em que nos encontramos. Segundo ela,

na Câmara, em 2014, foram eleitos 113 deputados com sobrenomes oligárquicos, sendo parentes de políticos estabelecidos. Nas eleições de 2018, o número de parlamentares com vínculos familiares aumentou para 172; num levantamento preliminar do Diap, foram identificados, entre os 567 novos parlamentares, 138 deputados e senadores que pertencem a clãs políticos — um aumento de 22% em relação a 2014 (SCHWARCZ, 2019, p. 82-83).

Assim, com esses dados, fica claro que parte do orçamento do país através de medidas parlamentares, outro instrumento do patrimonialismo, fica restrito a uma oligarquia familiar, que utiliza o dinheiro público para se manter no poder. A respeito disso, a autora diz que “as emendas possibilitariam, portanto, a formação de currais eleitorais, relações clientelistas e patrimoniais entre o deputado e seus eleitores ou quaisquer que sejam os seus favorecidos” (*Ibidem*, p. 86). Portanto, elas adquirem um caráter pessoal e “podem servir de instrumento para práticas corruptas, ao dar a quase 600 parlamentares o poder de decidir o destino de verbas públicas” (*Ibidem*).

Schwarcz conclui dizendo que, apesar dos avanços democráticos nesses 30 anos, nossas instituições não conseguiram “deter as práticas de patrimonialismo que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivenciamos nos dias de hoje” (*Ibidem*, p. 86-87). Segundo a autora

A contaminação de espaços públicos e privados é uma herança pesada de nossa história, mas é também um registro do presente. A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos “novos coronéis” e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, é bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos (*Ibidem*, p. 87).

Podemos constatar que, com a construção histórica do conceito de patrimonialismo a partir da visão de Weber e das práticas observadas desde a colônia, passando pelo Império e finalmente chegando à República, a autora entende que esse é um dos grandes inimigos republicanos, tendo o poder de sabotar e enfraquecer as instituições do Estado. Segundo ela, “falta, ao Brasil, ainda, um compromisso cívico e

cidadão que garanta a vigilância rigorosa contra essa prática” (*Ibidem*). Observa-se, nesse momento, uma correlação bastante forte entre o regime escravocrata brasileiro e as questões do mandonismo e do patrimonialismo. Esses três aspectos possuem seu passado ligado às relações sociais formadas na colônia e à lógica administrativa pensada pela Coroa portuguesa para sua colônia americana.

Antes de discutir os outros capítulos de *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, de Schwarcz, é necessário relembrar que a maior divergência entre as formas como essa autora e Souza interpretam os acontecimentos sociopolíticos do Brasil de hoje, considerando questões estruturais na formação da sociedade brasileira, está, justamente, no uso do conceito de patrimonialismo. Como acabamos de ver, Schwarcz usa o conceito weberiano de patrimonialismo da mesma forma que foi utilizado por outros autores, como Sérgio Buarque, Faoro etc., inclusive reconstruindo e tomando por base o argumento deles, enquanto Souza repudia a forma como o conceito de Weber foi adotado para explicar o Brasil, pois, para ele, o conceito weberiano de patrimonialismo é contextual, historicamente determinado para explicar o império patrimonial chinês e, por isso, não abarcaria as peculiaridades brasileiras:

[...] Só em meados do século XX se constitui uma verdadeira burocracia com os meios para a atuação em todo território nacional. Mas aqui já num contexto de desenvolvimento capitalista intenso e rápido. O caso brasileiro era, portanto, muito diferente sob todos os aspectos do caso chinês. Primeiro, tomando o caso brasileiro como ilustração, jamais existiu no período colonial qualquer coisa semelhante ao estamento burocrático chinês. A colonização do país foi deixada nas mãos de particulares que eram verdadeiros soberanos nas suas terras onde o Estado português, apenas de modo muito tênue, conseguia impor sua vontade. A ênfase de Faoro em uma dominação de longe de Portugal no Brasil, que atravessava praias e sertões com seus olhos de Big Brother que tudo via e controlava, equivale a uma quimera. Portugal era um país pequeno e pouco populoso, e sua estratégia de delegar a particulares a colonização das novas terras era um imperativo de sobrevivência. Aqui, como em outros lugares, a fantasia histórica serve apenas para corroborar uma tese política sem qualquer fundamento na realidade. Além disso, entre 1930 e 1980, o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo, logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como se pode exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto, como o do patrimonialismo, que pressuporia indiferenciação da esfera econômica e, portanto, ausência de pressupostos indispensáveis e ausência de estímulos duradouros de toda espécie à atividade econômica? Essa questão por si só seria um desafio intransponível para os defensores do patrimonialismo brasileiro. Mas ela nunca é feita. Daí essa noção funcionar até hoje como pressuposto central e nunca explicitado de como funciona a realidade brasileira. Para seus defensores de hoje, ela seria tão óbvia que dispensaria explicitação (SOUZA, 2017, p. 114-115).

A partir do exposto, Souza argumenta que o conceito de patrimonialismo foi descontextualizado na sociologia brasileira, algo fundamental para o seu uso por Weber, e por isso passou a imputar um tipo de mal de origem da atuação estatal no Brasil em qualquer período da nossa história. Com essa questão posta, nos capítulos que se seguem de *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, que chamamos de segundo bloco, notamos os desdobramentos contemporâneos das bases sócio-históricas do autoritarismo no Brasil. Para isso, observamos que os últimos capítulos são repletos de diálogos com dados oficiais, relatórios e pesquisas científicas.

Parece-nos que o esforço, no segundo bloco, é desnaturalizar os discursos e mitos sobre a democracia plena, a cordialidade, a harmonia social do Brasil e dos indivíduos. A história e o cotidiano de violência e autoritarismo, que marcam a vida no país, são colocados em evidência com vistas a enfrentar uma alienação histórica que nos impede de enxergar os problemas sociais em suas continuidades, rupturas e novas roupagens. De forma resumida, apresentaremos os demais capítulos do livro e logo após trataremos, para fazer um diálogo com autora, o pesquisador Marcos Abraão Ribeiro, autor de resenha relevante do livro de Schwarcz.

O quarto capítulo do livro trabalha o tema corrupção. A despeito de não ser uma prática exclusivamente brasileira, a corrupção sempre esteve presente na história nacional, desde os tempos coloniais. E, ao longo dos tempos, a corrupção extrapolou o mundo da política, estando igualmente presente nas relações humanas e pessoais, espraiada por toda a parte, entranhada no alto grau de entrosamento entre os empresários e o sistema político, de forma isolada ou no formato de cartel. E, nesse contexto, é sempre bom lembrar que, se há corrupto, há também o corruptor, e a corrupção apenas viceja “quando há uma mentalidade mais ampla que não só a aceita, como a naturaliza em seu cotidiano” (SCHWARCZ, 2019, p. 122).

Aqui, é importante mencionar que a forma como a autora discute corrupção é bem distinta de como Souza trata a questão, pois ela, embora depois tenha percebido a parcialidade das operações anticorrupção, em um primeiro momento, corroborou com os discursos em torno do *mensalão* como grande esquema de corrupção e até da *Lava Jato* como operação importante que prendeu políticos e empresários. Enquanto Souza, desde 2015, em *A Tolice da Inteligência* e, em 2016, em *A Radiografia do Golpe*, critica a forma como os casos de corrupção foram tratados por essas operações e pela mídia. Para Souza, o discurso anticorrupção atual, que se fortalece no fim do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores, é um exemplo do uso das teorias do patrimonialismo e

populismo como método da elite para obscurecer e justificar seus privilégios, pois foi com base nesse discurso que justificou o golpe, influenciando a opinião pública a acreditar que o Estado corrupto era a causa de todos os males do momento e não a reprodução das desigualdades por estruturas que asseguram privilégios de poucos pela exploração de muitos. Já Schwarcz compreendeu que o golpe que atingiu Dilma se deu “pelos interesses do intimismo e não dos públicos” (SCHWARCZ, 2016, s/p.) (mais uma vez reproduzindo o conceito de patrimonialismo em sua interpretação do golpe).

No quinto capítulo, Schwarcz trabalha o tema da desigualdade social. A má distribuição da riqueza socialmente produzida, a disparidade de oportunidades, a discriminação racial, o desequilíbrio econômico entre as regiões Norte e Sul, a não equidade de gêneros e o acesso desigual à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer são algumas das expressões da desigualdade social no Brasil. Um fenômeno que, segundo a autora, apesar de ser uma velha herança do nosso passado colonial e escravista, não deve ser encarado como um fardo necessário, mas como uma contingência, resultado da permanência de certas políticas que, por sua vez, podem ser alteradas em favor de medidas que assegurem a ampliação dos benefícios públicos para camadas cada vez mais amplas da população (SCHWARCZ, 2019, p. 150).

No sexto capítulo, a autora segue a apresentação de dados atuais, nesse caso sobre a violência no Brasil. Mesmo com a exposição de informações sobre o número de homicídios, especialmente o de jovens pobres, a autora liga o dilema da violência ao período escravista apresentado no primeiro capítulo, pois constituímos, desde aquele período, um padrão violento de relações sociais e institucionais que se perpetuou ao longo de nossa história. Ao mesmo tempo, a autora reforça o lado normativo de sua interpretação (2019, p. 173), ao criticar as ações do governo Bolsonaro, como a desarticulação da Funai, bem como as saídas autoritárias e violentas representadas pelas ações do atual governo brasileiro.

Nos temas ‘Raça e Gênero’, são abordados marcadores sociais variados, como raça, geração, local de origem, gênero e sexo, capazes de produzir diferentes formas de subordinação. As questões relacionadas aos negros se destacam: disparidade salarial, tempo de vida, violência urbana. Quando há outros elementos interseccionados, o quadro torna-se ainda mais alarmante. Dentre eles, destaca a epidemia da violência contra jovens negros das periferias urbanas. O Brasil, nesse caso, também promove um tipo de racismo dissimulado: apesar de a narrativa popular caracterizar o país pela sua capacidade de inclusão cultural, as evidências apresentadas indicam um grave quadro de

exclusão social e racial. O racismo estrutural e institucional também se direciona às mulheres, especialmente pela violência sexual. A violência contra mulher e a própria cultura do estupro têm raízes que remontam ao período colonial, marcado por características patriarcais. Uma das justificativas que condicionam o ataque a alguns públicos é que “quanto mais autoritários os discursos, maiores as necessidades de controle sobre o corpo, a sexualidade e a própria diversidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 206).

Como oitavo capítulo, é apresentado um diálogo sobre Intolerância, que mostra como a intolerância fragiliza um Estado democrático, ressaltando o momento em que entramos em um projeto político que desvaloriza a luta de grupos excluídos, fomentando o discurso de ódio e a desigualdade entre os indivíduos. Diante de uma crise política, moral, ética, econômica, social e cultural em que paramos, resta resistir e combater modelos políticos autoritários, lutando por um projeto político mais inclusivo e igualitário. A autora defende a ideia de que o “investimento em uma formação educacional de qualidade pode animar um futuro em que os sujeitos sejam mais informados, leitores críticos e capazes de dialogar” (SCHWARCZ, 2019, p. 220).

Chegando ao final do livro, a autora apresenta o capítulo “Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente”, no qual ela faz um balanço dos usos arbitrários da História, principalmente por governos autoritários do passado e do presente. Governos esses que, sem romper completamente com a ordem institucional (Hungria, Polônia, Estados Unidos, Turquia), consolidaram-se e estão se mantendo pelo fomento do ódio entre o “nós” e “eles”, apoiando-se em discursos moralistas, baseados nos conceitos de família, religião e nação. Para tal fim, atacam saberes científicos, discussões acadêmicas e jornalísticas, visando seu descrédito. Nessa obra, a autora, sem ficar presa na crítica explícita ao presidente Bolsonaro, se posiciona como intelectual pública evidenciando os retrocessos dessa administração. Como afirma Schwarcz: “Direitos conquistados nunca foram direitos dados, e os novos tempos pedem, de todos nós, vigilância, atitude cidadã e muita esperança também” (SCHWARCZ, 2019, p. 237).

Como vimos acima, a autora, como em outras obras e mantendo uma tradição do Pensamento Político Brasileiro, procura uma dimensão estrutural, ou seja, uma abordagem de longa duração, voltando ao nosso passado colonial e republicano para compreender estruturas sociais presentes. Segundo Roberto Dutra e Marcos Abraão

Ribeiro²⁶, todos os dois professores associados da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, “o autoritarismo é um dos principais temas do Pensamento Político Brasileiro (PPB)” (2021, p. 247).

Ribeiro (2020a), em resenha crítica ao livro de Schwarcz, diz que, do ponto de vista político, o livro tem grande relevância, pois

uma vez que pode ser lido como uma defesa ética do sistema democrático, da pluralidade, da cidadania e da justiça social. Considero esta a dimensão mais relevante do seu trabalho, pois expõe uma série de dados importantes que nos mostram a necessidade de combater mazelas como a corrupção, a desigualdade, o racismo e a intolerância. (p.366)

Também o livro, segundo ele (2020a), tem importante relevância acadêmica porque apresenta:

uma interpretação abrangente do autoritarismo existente no Brasil, pois analisa as raízes sociais e político-institucionais do fenômeno entre nós. Além disso, a autora aborda temas que não estão presentes nas interpretações clássicas apresentadas na resenha, como gênero e intolerância. Nesse sentido, Schwarcz constrói uma visão plural do autoritarismo nacional, uma vez que supera a perspectiva puramente institucionalista de autores clássicos como Tavares Bastos, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Antonio Paim, bem como as análises propriamente sociológicas que enfocam a sociedade como causa do autoritarismo, como Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta. O trabalho, portanto, realiza uma síntese das tradições estatista e privatista de interpretação do Brasil e aprofunda a explicação das causas do autoritarismo (p. 367).

No entanto, esse autor critica Schwarcz por dar sequência à perspectiva culturalista, particularista e essencialista, que considera o autoritarismo como fenômeno estritamente brasileiro. É importante salientar que Schwarcz, ao longo do livro, faz referências a vários países em que o processo do autoritarismo está feito ou em curso, cita casos exemplares com Hungria, Polônia, Estados Unidos, Rússia, Itália e Israel. No entanto, Ribeiro (2020a), em uma nota de rodapé, explica que “a autora procura apontar os elementos autoritários que seriam particulares à realidade brasileira, pois resultante do seu processo histórico nacional” (p, 367), o que justificaria a sua abordagem crítica na presente resenha.

²⁶ Marcos Abraão Ribeiro faz extenso diálogo com autores inseridos no campo do Pensamento Social e Político Brasileiro, inclusive com os autores pesquisados Schwarcz e Souza. Ver: <https://www.scielo.br/j/se/a/8ntjyTbWMTqGw4QZTrMGTzv/?lang=pt;>
http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.2.02;

Segundo Ribeiro, há algumas limitações no trabalho de Schwarcz: primeiramente “pelo peso dado à escravidão”, e pela autora interpretar o autoritarismo brasileiro como produto decisivo resultado de uma ordem republicana marcada pela “incompletude, falta e desvio em relação às sociedades efetivamente democráticas”. O autor sugere que, nesse sentido, o trabalho de Schwarcz segue as tradicionais leituras do autoritarismo, pois tanto “a tradição estatista quanto a tradição privatista, cada qual ao seu modo, vão colocar no passado colonial, escravista e tradicional a causa central do autoritarismo brasileiro” (2020a, p. 367).

E continua: “não existem, na interpretação de Schwarcz, conflitos e questões criadas pela conjuntura atual, ou seja, dilemas modernos e que não se restringem à realidade brasileira” (2020a, p. 367). É uma de suas principais críticas ao livro de Schwarcz, inclusive inspiradas nas críticas de Jessé Souza, diz respeito ao conceito de patrimonialismo weberiano. Segundo ele, “a autora o utiliza de forma classificatória e próxima à leitura do senso comum, e não como tipo ideal e conceito usado em perspectiva histórica para analisar a dominação tradicional no Brasil” (p. 368). Para o autor, falta rigor na utilização do principal conceito empregado para compreender os dilemas políticos no Brasil contemporâneo.

Sobre a questão do mito nacional criticada por Schwarcz, Ribeiro diz ser de grande valor, pois explicita o conteúdo conservador e mesmo reacionário presente nessa ideia. Mas, segundo ele, “não é sistematizada pelo trabalho da antropóloga e historiadora, mesmo sendo uma dimensão central de seu trabalho”. (2020a, p. 368) E complementa, ressaltando uma lacuna no livro de Schwarcz: “A ausência do trabalho de Marilena Chauí (2013), que analisa as representações ideológicas do autoritarismo no Brasil”. Segundo ele, essa referência “daria mais amplitude e sustentação aos argumentos sobre o mito nacional e seus desdobramentos políticos” (p. 368).

Concluindo sua análise do livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Ribeiro (2020a) aponta que o principal problema da interpretação de Schwarcz está na defesa de um autoritarismo brasileiro. Primeiro, pelo nacionalismo metodológico, que segundo ele, coloca o problema como estritamente nacional, “deixando como pressuposto a ideia de que o fenômeno, nos moldes apresentados no livro, não possa existir também nos países centrais, mesmo que em intensidade menor”. Esse nacionalismo metodológico, segundo ele, delimita o tema do autoritarismo às fronteiras do Estado nacional e “faz com que sua interpretação tenha limites cognitivos, teóricos, políticos e empíricos, uma vez que ignora as formas globais de produção e de reprodução” (p. 369).

Ribeiro faz uma ressalva importante sobre a crítica ao livro: segundo ele, essa posição perante o trabalho de Schwarcz não quer dizer que ele negue a existência de um autoritarismo no Brasil, mas, na verdade, questiona a persistência em interpretá-lo como fenômeno circunscrito às fronteiras nacionais. Dessa forma, para o autor, “não se consegue condições analíticas para demarcá-lo a partir de uma perspectiva que interprete o país inserindo-o em uma lógica dialética e global” (2020a, p. 369).

Outro ponto que, segundo o autor, é problemático na obra analisada é a “idealização do sistema democrático” e isso ocorre, na visão de Ribeiro, porque “Schwarcz considera o autoritarismo como antônimo da democracia, ou seja, o primeiro seria estruturado por uma razão essencialmente diversa do regime democrático” (idem). Essa crítica está fundamentada na ideia que o autoritarismo seria resultado do processo histórico representado pela união entre colonização ibérica e escravidão, responsáveis por impedir que a democracia se constituísse de forma plena no Brasil moderno.

Nesse sentido, para Ribeiro, a autora reproduz uma “perspectiva teleológica da democracia”, pois esse seria o regime político no qual as dimensões privada e pública estariam plenamente separadas, a república seria autêntica e os interesses presentes na sociedade seriam atendidos de forma transparente, impessoal e justa (2020a). Ou seja, “não poderiam existir saídas autoritárias dentro da democracia” (p. 370).

Para o autor (2020a), o trabalho de Schwarcz “não fornece condições de compreender, por exemplo, o fenômeno global da desdemocratização e da complexa e problemática relação entre democracia política e desigualdade”. E, como consequência disso, segundo ele, “continuamos a ter um regime inferior e incompleto em relação aos países centrais”. O ponto que falta ao trabalho da antropóloga e historiadora é, para Ribeiro, “a construção de uma interpretação que nos possibilite a comparação com os países centrais sem a presença de juízos de valor que nos inferiorizam permanentemente” (p. 370).

E termina dizendo que o trabalho resenhado, portanto,

não contribui para que possamos produzir teoria a partir da periferia, e para que consigamos estabelecer outra geopolítica do conhecimento que nos dê condições de construir interpretações que possam demonstrar o que possuímos de efetivamente nosso e, conseqüentemente, o que temos em comum com os países centrais. Em última instância, o trabalho nos impossibilita pensar o mundo a partir da periferia. (2020a, p. 370)

Parece-nos que Ribeiro ressalta o esforço de Schwarcz em pensar de forma abrangente e multidimensional um tema central ao Brasil contemporâneo e também

demonstra a importância da obra pela necessidade de os intelectuais se posicionarem de forma pública e ética contra o autoritarismo e os retrocessos que nos assolam. Da mesma forma, entendemos que o autor, em relação ao livro de Schwarcz, acredita que a sociologia brasileira contemporânea deva romper com as clássicas formulações do pensamento social e político brasileiro sobre esse tema, para assim poder compreender fenômenos como o autoritarismo que, segundo o próprio autor, “não se restringe às fronteiras nacionais”.

Partindo para análise das obras de Jessé Souza pós-impeachment, iniciaremos com o livro *A radiografia do Golpe*, lançado em julho de 2016. Obra destinada ao grande público e feita no calor do momento, é um dos primeiros e mais contundentes livros de análise do processo após o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Descreve e analisa não só o dia a dia do processo que levou à derrubada da presidente e de seu governo democraticamente eleito, como esclarece as condições do golpe deflagrado em 2016. Na síntese do autor: o objetivo é permitir ao leitor entender “como e por que foi enganado” (SOUZA, 2016, p. 11), dando-nos indícios importantes para compreendermos como se deu a ruptura da acomodação das classes nos governos petistas.

No primeiro capítulo, Souza esclarece sua concepção teórica e as categorias utilizadas para análise social a partir da ideologia. Segundo ele, o golpe foi mais um movimento da elite do dinheiro, visando o aumento da lucratividade de seus negócios. Essa elite, para o autor, é uma classe social formada pelos capitalistas que detêm o capital e o poder e conseguem comprar as outras elites (intelectuais e imprensa) para servirem de instrumento de suas pretensões políticas (SOUZA, 2016).

As elites do dinheiro e do poder precisaram, em todas as épocas, convencer a imensa maioria dominada e explorada de que seus privilégios são merecidos e justos. Se essa justificação hoje em dia é feita pelos “cientistas”, no passado a elite intelectual que se incumbia desse trabalho era religiosa. (SOUZA, 2016 p. 20)

Nesse sentido, Souza vem utilizando suas bases de críticas aos intelectuais que formaram o pensamento social brasileiro como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, como feito em outras obras anteriores e que já foram analisadas. E, segundo Souza, é dessa forma que, ao longo da história, vão se construindo os mitos nacionais para legitimar a realidade desigual e perversa da sociedade brasileira, e é nesse ponto que Jessé passa a argumentar no sentido de dar razão à tese de que “colonizaram os nossos espíritos” (p.21).

A preocupação do autor é demonstrar como se dá a construção da chamada “hegemonia do dinheiro” e como, historicamente, os golpes sempre tiveram como real objetivo a disputa pela renda, ou seja, a maneira como os muito ricos (que são muito poucos) arquitetam para ganhar ainda mais dinheiro e no menor prazo possível, sempre usurpando a maioria da sociedade.

Souza advoga que, no Brasil, todas as instituições foram moldadas pela escravidão e, nesse sentido, historicamente, tanto a economia quanto a política e a justiça sempre estiveram nas mãos dos grandes senhores, da classe dos proprietários, que nunca tiveram um projeto nacional a não ser seus próprios interesses de curto prazo. Essa seria a razão, inclusive para que, desde Getúlio Vargas até o golpe de 1964, a maior ilusão da esquerda brasileira é a de que seria possível construir alianças com uma parte da “boa burguesia”.

O autor, então, passa a fazer uma retrospectiva histórica dos principais fatos, desde o fim da ditadura até as manifestações de junho de 2013, com destaque para: a “privataria” do período FHC; a aliança com o setor financeiro e produtivo do primeiro mandato de Lula, permeada pela mais ampla e profunda campanha de desinformação, distorção e manipulação do tema da “corrupção seletiva”, numa tentativa de destituir o PT já em 2005/2006 (a ação penal 470); a ascensão social e os programas sociais e de educação do segundo mandato; e a estratégia inócua da presidente Dilma Rousseff quando, em seu primeiro mandato, resolve atacar o rentismo, reduzindo os juros, buscando atrair com isso a burguesia industrial, que não adere, pois também vive dos altos lucros da especulação financeira.

O capítulo termina com uma minuciosa “descrição das profundas transformações ocorridas na estrutura de classes da sociedade brasileira, o que nos leva a compreender a luta de classes que domina a atual cena política brasileira e que serve de pano de fundo ao movimento golpista”.

Foi esse medo, representado pela rápida ascensão social de setores populares, que ajudou a consolidar uma barreira de classe ao projeto inclusivo do PT. Faltava a narrativa adequada, um discurso que tornasse racional o medo irracional, e um líder carismático com o mesmo peso que Lula tinha junto às classes populares. O discurso foi o moralismo de ocasião típico do combate seletivo à corrupção que já discutimos. O líder carismático foi o juiz Sérgio Moro, que “exemplificava” e sintetizava nas suas maneiras e nas suas ações, ou seja, na sua estética e na sua moral, os anseios dessa classe por uma higiene moral redentora do país (SOUZA, 2016, p. 86).

No segundo capítulo, a preocupação principal é como se dá a construção da farsa do golpe “legal”, a partir das manifestações de junho de 2013, que o autor considera o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas.

Na verdade, representam o início do cerco ideológico até hoje mal compreendido pela enorme maioria da população. A grande questão é como os protestos localizados com foco em políticas municipais foram manipulados de tal modo a se “federalizarem” e atingirem a popularidade da presidente Dilma que, àquela altura, gozava dos mais altos índices de aprovação no seu governo (SOUZA, 2016, p. 87).

O autor considera que Dilma Rousseff reagiu de forma ambígua ao tema da corrupção, de um lado, (re)lançando o tema da reforma política e, de outro, buscando se colocar como “combatente” pessoalmente envolvida na cruzada anticorrupção. Souza, nesse capítulo, narra a forma como a imprensa, “sócia do golpe”, desconstrói um discurso, um projeto e uma realidade para construir outro no lugar. Trata-se de como fazer esquecer o tema da desigualdade (ou do combate a ela que foi feito e deveria continuar a ser feito) e colocar em seu lugar o tema da moralidade. “A distorção e a inversão do mundo como ele é se tornam perfeitas” (SOUZA, 2016, p. 40).

No último capítulo, a conclusão do livro aponta para as consequências do golpe para o futuro, as ameaças e oportunidades para a democracia, incitando a esquerda brasileira a compreender a atual realidade para uma intervenção prática nessa nova realidade de maneira distinta daquela que teve até agora.

Ocorreu no Brasil um processo lamentável de “desdiferenciação”, ou polarização, da esfera jurídica. Ela, que historicamente nasce quando se separa da política, processo que Max Weber denomina de passagem do direito material ao direito formal, como vimos anteriormente, efetivamente regrediu entre nós. Não há mais quem possa dizer onde está o limite entre o que é jurídico e o que é político no Brasil de hoje. Esse fato é gravíssimo, já que equivale a dizer que não temos, hoje em dia, mais justiça nem aparelho judiciário independente. Os juízes fazem política abertamente, representando partidos e seus interesses (SOUZA, 2016, 131)

Por fim, destaca que não se aprende esquecendo o passado (como fizemos com a nossa história sobre a escravidão), afinal, quem esquece o erro corre o risco de repeti-los; logo, devemos lembrar constantemente como fomos formados e, portanto, quem somos (SOUZA, 2016, p.136).

Caminhando para a obra seguinte, e possivelmente o livro do autor mais conhecido pelo grande público, vamos fazer uma análise de *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*, lançado em 2017. Segundo Souza (2017), “esse livro foi

pensado para ser uma leitura historicamente informada da conjuntura recente brasileira. A crise brasileira atual é, antes de tudo, uma crise de ideias” (p. 7).

Nesse livro, Souza reedita ideias desenvolvidas em seus escritos anteriores, cuja essência é a crítica do que ele denomina “ciência social conservadora”, como já discutimos, ratificando que a sociologia dominante no Brasil tem servido à reprodução dos interesses das elites. Podemos observar, no capítulo anterior, que Souza tece críticas aos cânones das ciências sociais por difundirem uma visão conservadora de ciência, que coloca a corrupção como o principal problema do Brasil, que é reproduzida pela grande mídia, sendo ratificada pelo senso comum. Algo que ele retoma em *A Elite do Atraso*, obra em que Souza sistematiza a relação entre teoria social, dominação social e estruturas historicamente construídas que geraram a ruptura da conciliação de classes no governo petista.

Quanto à estrutura, o livro está dividido em um prefácio e quatro capítulos. Já no prefácio, Souza explicita que seu objetivo é dar uma “resposta crítica” ao livro clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Souza, esse livro se tornou, desde sua publicação, em 1936, a leitura dominante do Brasil e isso por intelectuais de vários espectros do pensamento, da direita à esquerda e também pelo senso comum. Segundo ele, essa importância se deu pelo fato de o livro ter sido construído por uma narrativa “totalizante”, que integra, de modo convincente, três questões básicas de toda sociedade: de onde viemos? quem somos? para onde vamos?

Para o autor, Buarque conseguiu criar a “legitimação perfeita da dominação social com aparência de estar fazendo crítica social”. Contudo, o conceito de patrimonialismo utilizado – para definir a política nacional – por Buarque, seguido por Raymundo Faoro, com definições históricas, e por Fernando Henrique Cardoso, que o transforma em teoria, é apontado, em *A elite do atraso*, como uma ideia para legitimar interesses econômicos de uma elite que, além de dominar o mercado, é a real fonte do poder e da corrupção no país, gerando, assim, extrema desigualdade social (SOUZA, 2017, p. 9). No livro de Souza, a grande inovação em relação às críticas anteriores é a volta ao passado, a reconstrução histórica para explicar a conjuntura presente. Segundo o próprio autor “essa nova reconstrução histórica, por sua vez, permitirá um diagnóstico muito mais acurado e convincente da própria realidade atual” (p. 9).

Souza persegue três eixos temáticos definidos. O primeiro eixo toma a escravidão como a “semente de toda a sociabilidade brasileira”. Souza pretende compreender a escravidão como um conceito, entendendo-a como geradora da

singularidade excludente e perversa da sociedade brasileira. O segundo eixo, segundo ele, é ter percebido como a luta de classes por privilégios e distinções foi construída a partir de alianças e preconceitos. O importante, para ele, nesse ponto é evitar compreender as classes de modo superficial e economicista, como fazem “os liberais e marxistas”. Souza, como visto antes, percebe “as classes como construção sociocultural”. O terceiro eixo perseguido por Souza é o diagnóstico acurado do momento atual, sendo reflexo da herança escravocrata e dos equívocos do culturalismo reproduzido pelas teorias sociais dominantes (p. 8-9), cujos diagnósticos sobre os problemas e mazelas do país chegam ao senso comum.

Sobre o terceiro eixo, Souza se ocupa em mostrar como a elite faz uso do discurso patrimonialista para justificar seus privilégios injustos e o uso do discurso anticorrupção, que se baseia no discurso patrimonialista, para tornar opacos os conflitos sociais do país e a reprodução desses conflitos. Para explicar como esses discursos são disseminados em toda a sociedade, o autor analisa a República Velha e a oposição do tenentismo em relação às eleições restritas e fraudulentas, a fim de demonstrar como a elite paulista lidava com as eleições na época e como a classe média brasileira já era múltipla em suas posições políticas, pois abrigava desde os anseios do Partido Comunista até os entusiastas de Getúlio Vargas na Revolução de 1930. Nesse contexto, Souza mostra que, ao perder o poder político, a elite paulistana não perdeu o poder econômico e

Agiu de modo astucioso, calculado e planejado. Percebeu claramente os sinais do novo tempo. A truculência do voto de cabresto estava com os dias contados. Em vez da violência simbólica como meio de garantir a sobrevivência e longevidade dos proprietários e seus privilégios. Com o Estado nas mãos dos inimigos, a elite do dinheiro paulistana descobre a esfera pública como arma. Se não se controla mais a sociedade com a farsa eleitoral acompanhada da truculência e da violência física, a nova forma de controle oligárquico tem que assumir novas vestes para se preservar. O domínio da opinião pública parece ser a arma adequada contra inimigos também poderosos (SOUZA, 2017, p. 131).

Souza explica que o que as mudanças da época pediam era um liberalismo com novas roupas e voltado para convencer, não somente para oprimir. Desse modo, o moralismo da classe média urbana que nascia foi compreendido como a melhor maneira de transpor, de forma adequada, o mandonismo privado para os novos tempos. Conforme o autor, o domínio do campo na cidade tinha que passar a ser civilizado, com ares de liberdade e decência, que são mantras da classe média. A demanda da elite,

naquele momento, seria capturar, de maneira simbólica e intelectualmente, essa classe média letrada. Foi assim que, segundo Souza, se formou a aliança de classe dominante que marcaria o Brasil a partir daquele momento.

O autor explica que essa aliança, esse projeto de mudança na forma da dominação, se construiu no início do século XX, com a criação da Universidade de São Paulo pela elite do dinheiro paulistana que havia perdido o poder político. Segundo o autor, a USP foi criada como “uma base simbólica, uma espécie de *think tank* gigantesco, do liberalismo brasileiro” (SOUZA, 2017, p. 131). Souza entende que Sérgio Buarque de Holanda foi “o sistematizador mais convincente do moralismo viralata que irá valer, a partir de então, como versão oficial pseudocrítica do país acerca de si mesmo” (SOUZA, 2017, p. 131). Pois, como o Estado corrupto é posto como o maior mal do país, a elite adquire um tipo de trunfo que pode ser utilizado sempre que a soberania popular escolha algum mandatário contrário aos interesses do poder econômico.

Aqui, é importante pontuar que, quando Schwarcz refletia sobre o Brasil império na obra *Espetáculo das Raças* (1993), conforme já discutimos, percebe que a elite da época, ainda no século XIX, a partir de 1870, já usava não apenas a violência física, mas também a “ciência” e o jornal como forma de dominação social ideológica para legitimar o discurso de inferioridade das raças não brancas e os privilégios dos brancos. A diferença entre a percepção dela e a de Souza, no uso de teorias e esfera pública para reprodução social das desigualdades e dominação da elite, se dá tanto pelo período discutido (pois Souza está falando do século XX, enquanto Schwarcz falou dos séculos XIX e XX), quanto pelo foco na teoria usada para a dominação (Souza se debruça em sua antiga crítica à ciência conservadora que explica as mazelas do Brasil pelo viés do patrimonialismo, algo que Schwarcz reproduz, enquanto ela está focada nas teorias raciais, como o darwinismo social). Contudo, ambos observam o quanto foi e é essencial, para as elites, a ideologia, as teorias e o domínio dos meios de comunicação como mecanismos para convencer, justificar, tornar senso comum seus interesses e perpetuar seus privilégios.

Voltando para Souza, ele diz que, após a leitura de Sérgio Buarque sobre o Brasil, em *Raízes do Brasil*, o liberalismo conservador, que se fundamenta no “falso moralismo da higiene moral da nação” (SOUZA, 2017, p. 131), vai ser indispensável para arregimentar a classe média que é criada nesse quadro histórico pela elite do dinheiro. O que não significa afirmar que o moralismo também não ecoe por outros

segmentos sociais. No entanto, o autor compreende que, na classe média, ele “está em casa”. Com isso posto, conforme Souza, a elite do dinheiro

Soube muito bem aproveitar as necessidades de justificação e de autojustificação dos setores médios. Comprou uma inteligência para formular uma teoria liberal moralista feita com precisão de alfaiate para as necessidades do público que queria arregimentar e controlar. Esse tipo de “compra” da elite intelectual pela elite do dinheiro não se dá apenas, nem principalmente, com dinheiro. São os mecanismos de consagração de um autor e de uma ideia seguindo, aparentemente, todas as regras científicas do campo científico. Mas a quem pertencem os jornais, as editoras e os bancos e empresas que financiam os prêmios científicos? Desse modo, sem parecer compra, o expediente é muito mais bem-sucedido. Depois usou sua posição de proprietária dos meios de produção material para se apropriar dos meios simbólicos de produção e reprodução da sociedade. É aqui que entra o contexto que existe até hoje entre imprensa, universidade, editoras e capital econômico (SOUZA, 2017, p. 134).

É desse modo que Souza explica como a elite usa a tese do patrimonialismo e do Estado corrupto para perpetuar seus privilégios. O autor ainda diz que não pode ser visível a relação do dinheiro e dos valores que guiam a sociedade, o conhecimento e a informação. Desse modo, como a compra não pode ser escancarada, são criados “mecanismos de consagração internos” a essas esferas como se esses fossem independentes do controle do poder e do dinheiro da elite. Para Souza, essa é uma imensa parte da resposta ao porquê que tanto esquerda quanto direita se deixam colonizar por esse tipo de discurso e de prática. O autor afirma que todo o discurso conservador e elitista do liberalismo brasileiro está envolto em duas ideias desenvolvidas na USP e depois disseminadas por todo o país: o patrimonialismo e o populismo. Categorias reverberadas pela imprensa e que levam a esfera pública a pensar o país a partir delas.

Os conceitos de patrimonialismo, personalismo e populismo são trabalhados por Souza em *A Elite do Atraso* a fim de problematizar e traçar o perfil do brasileiro. Os dois primeiros conceitos o autor encontra nos livros de Buarque e Faoro, e o terceiro, em Francisco Weffort que, segundo Souza, foi a base fundadora do liberalismo conservador. Ele sugere que as ideias de Weffort deslegitimam os interesses populares ao, supostamente, negar racionalidade aos interesses das massas (racismo de classe) por tornar qualquer liderança popular suspeita de manipulação. Ideia essa criticada por Ruy Braga em resenha do livro publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 01 de

dezembro de 2017. Braga e Souza têm um histórico de “diálogos” famoso nos meios intelectuais, e mais recentemente, nas redes sociais²⁷.

Inicialmente, Braga diz que o livro de Souza é um "instigante" ensaio das mazelas nacionais e que se alimenta das "novidades introduzidas pelo autor na análise da dinâmica das classes sociais do país". E resume o livro dizendo que

A tese do ensaio é sedutoramente simples: o golpe de 2016 resultou do pacto classista, manipulado pela mídia conservadora e pelos procuradores da Lava Jato, entre a elite endinheirada e a classe média brasileira, a fim de bloquear a ascensão social da “ralé de novos escravos” promovida pelos governos petistas. A legitimidade do golpe estaria assentada sobre o prestígio que noções como “patrimonialismo” e “populismo” desfrutariam nos meios acadêmicos e midiáticos. Daí a necessidade de criticar tais noções para restaurar nossa capacidade de enfrentar reflexivamente os interesses que estão por trás do golpe.

O impeachment de Dilma Rousseff teria assegurado à “elite endinheirada” o acesso privilegiado ao fluxo financeiro oriundo da dívida pública, e à classe média a reprodução da prerrogativa de exploração dos trabalhadores domésticos a preço vil. Subsidiariamente, os interesses estadunidenses organizados pela CIA e pela NSA abocanhariam o pré-sal, condenando o país a reviver eternamente a repetição do passado colonial. (BRAGA, 2017, s/p).

De forma clara, Braga sintetiza a ideia principal do livro de Souza e reafirma que houve, para o autor, uma ruptura da acomodação classista nos governos petistas, sendo estabelecido um novo pacto social entre as classes endinheiradas e a classe média, legitimado pela mídia e pelos procuradores da Lava Jato, a fim de frear o acesso da “ralé” aos bens simbólicos e de consumo das outras classes. No entanto, a partir desse momento, apesar de enaltecer a iniciativa teórica de Souza de “condensar as principais contradições nacionais na resiliência da escravidão”, Braga começa por criticar o autor por seus excessos retóricos.

E segue, em sua crítica, naquilo que seria o cerne da preocupação de Souza: “a reprodução de uma “ralé de novos escravos” inadaptados à sociedade moderna” (SOUZA, 2017, p. 83). Para Souza, não é difícil perceber sua presença na paisagem urbana, segundo Braga (2017): “garis, empregadas domésticas, garçons, babás, faxineiras, cobradores, motoboys, pedreiros, prostitutas etc.”. Abandonada e humilhada, essa “subclasse de sub-humanos” serviria apenas como objeto para a exploração da classe média. Portanto, segundo Braga (2017),

²⁷ Para isso ver: Juliana Sayuri, “Duelo na rede”: <https://piaui.folha.uol.com.br/duelo-na-rede/>

ao se tratar de uma classe incapaz de competir por capitais econômicos e culturais, a “ralé de novos escravos” seria politicamente passiva e, conseqüentemente, dependente de condições políticas capazes de mitigar sua exclusão social. Eis a importância do projeto lulista para o autor: redimir essa classe da escravidão contemporânea. Ao mesmo tempo, grande parte da resistência da classe média aos governos petistas adviria daí. Afinal, a sobrevivência de seus privilégios dependeria da exploração da “ralé” (BRAGA, 2017, s/p).

Estaria aí, justamente, localizado o ponto central motivador para a ruptura da conciliação das classes, segundo Souza: a redenção lulista da “ralé” implicaria a destruição dos privilégios da classe média. Não é de se espantar que essa classe tenha batido panelas e ido às ruas para acabar de vez com o “populismo” dos governos petistas. No entanto, Braga pontua que

Ao localizar esta teoria na base do liberalismo conservador brasileiro, ele identificou os trabalhos de Francisco Weffort como fonte tanto da deslegitimação dos interesses populares ao supostamente “negar racionalidade” aos interesses das massas quanto do “racismo de classe” ao tornar “suspeita de manipulação qualquer liderança popular” (BRAGA, 2017, s/p).

A partir do excerto, Braga explica que a chave do populismo, em Weffort, “não é a manipulação das massas pela liderança carismática” (2017), já que ele enfatizou a importância da ação das massas numa fase da história brasileira em que predominava um modo de regulação formalmente democrático. Daí sua ênfase na função de intermediação da estrutura sindical entre o poder político e a classe operária. E segue dizendo que Weffort revelou a força da “pressão” dos subalternos sobre o Estado quando este teve que lançar mão do “populismo”, visto que era um governo incapaz de cumprir suas promessas reformistas em função da limitação do fordismo periférico (BRAGA, 2017).

Segundo Braga, “Weffort entendia que a particularidade brasileira estaria em reproduzir relações sociais “ambíguas”, permeáveis à presença de diferentes interesses classistas” (2017). Braga argumenta que, “ao localizar a teoria do populismo de Weffort na base do liberalismo conservador brasileiro, Souza equivoca-se agudamente”, fazendo uma crítica mais contundente à obra de Souza:

Talvez a indisposição de Souza com Weffort seja de outra ordem. Enquanto este apreendeu as massas populares como sujeitos de sua história, Souza silenciou a agência política dos pobres em sua noção de “ralé de novos escravos”. Assim, quando o sociólogo insiste na resiliência da escravidão como eixo de uma leitura globalizante do presente, ele o faz à custa do

apagamento da história das lutas e mobilizações dos subalternos. (BRAGA, 2017, s/p).

Para Braga, Souza entendeu e utilizou mal o conceito de populismo de Weffort e, ao desenvolver seu conceito de “ralé”, acabou por desconsiderar a resistência e as lutas dos marginalizados. Além disso, Braga entende que Souza atribui a redenção da “ralé” aos governos petistas, o que teria resultado na reação das classes média e alta à sua ascensão social, levando à derrubada do governo de Dilma Rousseff. O autor acaba sua resenha dizendo que “afinal, ontem e hoje, a ‘ralé’ não é formada por ‘novos escravos’, mas por cidadãos politicamente ativos” (2017).

Outro pesquisador que faz um intenso diálogo com a obra de Souza e já foi utilizado neste capítulo é Ribeiro (2019) que, diferente de Braga, problematiza a ruptura de Souza com a sociologia da inautenticidade a partir da exposição do clássico *Raízes do Brasil*, uma vez que o sociólogo considera Sérgio Buarque de Holanda como o fundador das ciências sociais conservadoras no país. Segundo Ribeiro, o trabalho de Souza é fundamental para “delimitar a insuficiência das interpretações produzidas pela sociologia da inautenticidade de Holanda, DaMatta e Faoro”, através da definição dos pressupostos e das limitações existentes nas leituras culturalistas e essencialistas do Brasil (RIBEIRO, 2019, p. 224). Outro ponto positivo de que nos fala Ribeiro é a contribuição de Souza para uma possível saída da condição periférica e a defesa sistemática do caráter moderno dos dilemas brasileiros.

Partindo para as críticas, Ribeiro aponta que Souza estaria reproduzindo o dualismo rural-urbano nas teses sobre a modernização seletiva e a ralé estrutural. Segundo o autor, essa seria, “uma das armadilhas em que nossos intérpretes caem ao analisar o antigo regime sob o prisma do sistema escravista como instituição total” (RIBEIRO, 2019, p. 255). A hipótese de Ribeiro é que as “teses sobre a modernização seletiva e a subcidadania terminam não conseguindo se desvencilhar totalmente das interpretações que são utilizadas de forma instrumental pelo autor”, como são os casos de Freyre e Florestan, e aquelas que ele critica, como é o caso de Holanda. Precisamente, as teses principais de Souza ficam muito próximas das interpretações dos autores acima citados, porque a teorização sobre a modernização seletiva e a subcidadania é tributária, como dito acima, da dualidade rural-urbano.

E, por fim, Ribeiro pontua que, “mesmo com as contribuições de Jessé Souza, acredito que, na formação brasileira, o processo de modernização e a desigualdade social seguem como questões em aberto para nossos intelectuais”. Portanto, segundo o

autor, a obra de Souza “possui problemas significativos que necessitam ser tematizados” (RIBEIRO, 2019, p. 266), como sua relação com as interpretações culturalistas clássicas do Brasil, das quais ele advoga ter se afastado completamente, e a reprodução do nacionalismo metodológico, uma vez que o campo empírico para a construção da modernidade periférica é o Brasil, o que termina reforçando as características brasileiras.

Partindo para a última obra de Souza que iremos analisar, visto que nosso recorte temporal para o trabalho foi de 2013 ao final de 2018, quando da entrada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, vamos nos ater ao livro *A Classe Média no Espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*, lançado em 2018. Esse livro é dividido em uma introdução e três capítulos, a saber: A moralidade da classe média; A construção da classe média brasileira; Trajetória de vida.

Fazendo uma retrospectiva nos estudos das classes sociais no Brasil, esse tema ganhou grande notoriedade no ano de 2008, com o trabalho do economista Marcelo Neri, *A Nova Classe Média*, no qual aponta que constituímos uma *nova classe média*. E, a partir daí, vários intelectuais que já trabalhavam com o tema se empenharam em contestar a tese de Neri. Como vimos, Souza foi um desses autores. Segundo ele, as políticas de acesso ao consumo empreendidas pelos governos petistas criaram uma classe trabalhadora precarizada e distante da tradicional classe média, definindo essa classe como os batalhadores. Segundo Souza, a sociedade brasileira seria estratificada pelas seguintes classes sociais: a elite de proprietários, a classe média e suas frações, a classe trabalhadora semiqualficada e a ralé. Como o projeto de pesquisa de Souza envolvia um estudo sobre as classes sociais no Brasil, ele se debruça na análise da classe média em seu livro *A classe média no espelho*. Conforme o autor,

A alta classe média é o verdadeiro representante, o real “capataz” que, por delegação, exerce a função de comando da sociedade em todos os níveis, mas em nome de uma ínfima elite de proprietários efetivos. Que esta classe muito bem paga, mas com origem e trajetória de classe típicas da classe média, se perceba como “elite” faz parte da ilusão objetiva que lhe permite defender tão bem os interesses dos seus patrões (SOUZA, 2018, p. 21).

Essa fração da classe média diz respeito apenas aos segmentos superiores da chamada classe A, medida pelos critérios de renda; seria equivalente a apenas 2% da população. Enquanto a massa da classe média costuma ser chamada de classe média-média ou baixa e abrange a maioria da classe A e a totalidade da classe B, seguindo,

também, os critérios de renda, o que acomoda entre 15% e 18% da população brasileira. Desse modo, “a alta classe média é bem menor e não inclui, certamente, mais do que 2% da população, sendo a fração de grandes proprietários a “elite real”, ainda bem menor e mais restrita” (*Ibidem*). Souza assume que, no máximo, só 20% da população brasileira fazem parte da classe média real e é uma classe que tem o privilégio do acesso facilitado ao capital cultural e a conhecimentos valorizados na sociedade, algo que não ocorre nas classes populares.

Souza, nesse livro, “tem como objetivo realizar uma sociogênese da classe média no Brasil e apresentar um retrato sistemático de sua configuração contemporânea” (RIBEIRO, 2020b, p. 154). Na primeira parte, o sociólogo procura formar uma base teórica para seu argumento central, “de que o grande dilema enfrentado pela classe média e suas frações é a dominação simbólica” (*Ibidem*). Nas palavras de Souza: “o que se requer é esclarecer que indivíduos são esses que possuem bem mais do que uma carteira mais recheada” (SOUZA, 2018, p. 17) Portanto, trata-se de entender os valores que guiam o comportamento dos membros dessa classe, bem como as formas específicas de sua socialização familiar e escolar. Se a classe média, segundo Souza, é a classe “do individualismo ético por excelência, torna-se fundamental entender o verdadeiro significado dessa ideia para identificar a singularidade dessa classe no conjunto das classes sociais” (*Ibidem*).

Nesse ponto, o objetivo do autor é mostrar a existência de uma “hierarquia moral, composta pela dominação de ideias e valores que influenciam a busca por dinheiro e poder” (*Ibidem*, p. 18). E continua: o que marca a “singularidade da personalidade individual é a combinação destes estímulos empíricos, o dinheiro e o poder, e da eficácia dessa hierarquia moral e valorativa em cada pessoa” (*Ibidem*). O autor procura tornar visível a contradição e a tensão da personalidade moderna e singular assumida pela classe média. Depois, faz uma comparação da classe média do Brasil com a classe média de outros países:

Para o conhecimento de qualquer fenômeno da vida social, nada melhor do que o estudo de sua gênese histórica. Isso também vale para a classe média. Ainda que as suas condições sociais, econômicas e políticas tenham variado ao longo do tempo, a sua gênese, desde que bem compreendida, nos oferece uma perspectiva muito fecunda para um entendimento adequado da conjuntura atual (*Ibidem*).

Do ponto de vista do autor, é sempre pela comparação que assimilamos nossos defeitos e virtudes. Para tanto, Souza procurou fazer uma construção histórica das

classes médias europeias e norte-americanas que, segundo ele, servem de parâmetro para a nossa e isso sempre a partir dos mitos nacionais “sem compromisso com a verdade” (*Ibidem*). Para Souza, há alguns engodos para serem desconstruídos. O primeiro é de que “somos livres e autônomos” e, o segundo, sustentado pelo mito nacional dominante, diz respeito à “idealização servil e “vira-lata” do americano supostamente perfeito e honesto”. Para Souza, “a classe média brasileira será o principal suporte social dessas mentiras sociais compartilhadas por todos” (*Ibidem*).

Souza argumenta que a singularidade brasileira em relação à classe social só pode ser entendida a partir de uma perspectiva crítica que entende a “violência sutil que se esconde por trás das ideias que fundamentaram e justificaram nosso comportamento cotidiano” (*Ibidem*). Portanto, segundo Camila Ferreira da Silva Ferreira e Rodrigo de Macedo Lopes, em resenha para a revista *Latinoamérica*

Este mote da discussão conecta-se com três elementos que, na obra de Jessé Souza, possuem uma contiguidade lógica e argumentativa: a leitura das implicações do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso para a legitimação de um “Liberalismo Vira-Lata” como mito nacional hegemônico; a contraposição do self-made man americano a ideias como o “homem cordial” brasileiro; e a força dos mitos nacionais na estruturação de uma moralidade de classe, das relações sociais e, sobretudo, do apartheid social. (SILVA, LOPES, 2020, p. 135)

Além da formação e da comparação das classes sociais brasileiras, fundadas a partir das teorias citadas acima e das críticas feitas por Souza ao longo de sua trajetória acadêmica, o terceiro elemento que constitui o estudo contido no livro é de caráter relacional. Segundo o autor:

Como só se conhece uma classe social quando a relacionamos com as outras, é preciso examinar as relações da classe média com a elite e com as classes populares. As classes não existem isoladas no mundo social, mas sempre em relações de aliança e de disputa pelos recursos escassos com outras classes sociais. (SOUZA, 2018, p. 19)

Para o autor, é importante ficarem claros os fatores que influenciam nas alianças e disputas que permitem compreender o comportamento de cada classe social e também a realidade social e política delas. Ele esclarece que os “recursos escassos” não são apenas econômicos, mas também imateriais e simbólicos, como respeito, reconhecimento social e prestígio. Segundo Souza, as duas dimensões se equivalem (*Ibidem*).

Para dar suporte e embasamento empírico para suas teorias e tipologias, Souza, no último capítulo, reconstrói a trajetória de pessoas “concretas”, seja da alta classe média ou da classe média real e estabelecida. Segundo ele:

Na vida prática de cada um vai ser possível demonstrar que a reconstrução teórica e histórica faz todo o sentido na construção de uma nova visão, muito diversa da dominante, a respeito de como os indivíduos de classe média levam sua vida e quais são seus sonhos, angústias, heranças passadas irrefletidas, concepções de felicidade etc. (SOUZA, 2018, p. 20).

Nesse sentido, o autor procurou compreender e evidenciar as suas variadas frações de classe e concepções de mundo; Nas suas palavras: “o que se propõe a seguir é colocar a classe média brasileira diante do espelho” (idem). Para tanto, vamos resumir a caminhada do autor nessa empreitada.

Inicialmente, é importante dizer que a base epistêmica e teórica de Souza vem de Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Max Weber. É a partir desses autores que a compreensão da relação entre ideias e a ação social toma forma. Segundo Silva e Lopes:

é possível depreender que o autor levanta questionamentos como: que ideias dão sentido à ação? Como entender a eficácia das ideias à medida que elas se tornam guias para o nosso comportamento prático? E, mais especificamente: como tais questões se colocam para se pensar a classe média no Brasil? (SILVA, LOPES, 2020, p. 135).

Souza vai contestar o mito nacional, construído no início século XX por Gilberto Freyre e reforçado pelos uspianos, de que, a partir das ideias de Freyre sobre a acomodação das “três raças”, houve uma maior participação das classes sociais no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e isso geraria a singularidade social brasileira, formando, assim, uma interpretação positiva do povo brasileiro. A partir disso, Souza rebate várias questões que integram o imaginário social nacional que, segundo ele, possuem raízes em três elementos: “a criminalização do Estado frente a uma ideia de mercado como virtuoso e paradisíaco, o patrimonialismo, a corrupção e a meritocracia” (2018)

Como já discutimos, essas questões são, para o autor, expressões da dominação entre as classes sociais. Os dominantes oprimem os dominados através da moralização da política, ou seja, retirando “do adversário de classe, explorado economicamente, também a própria possibilidade de defesa política e moral contra a injustiça” (SOUZA, 2018, p. 126). Segundo Silva e Lopes (2020), é, justamente,

nos desdobramentos da correlação entre o mito nacional, sua legitimação por parte da intelectualidade paulista e seu peso de justificação da violência simbólica nas distâncias sociais que Jesse Souza constrói sua análise sobre a moralidade da classe média” (SILVA, LOPES, 2020, p. 136)

Em relação, ainda, à questão moral, Souza empreende a tarefa de desconstruir a confusão entre moralismo e moralidade. Segundo ele, a moralidade é “definida como a ação revestida de propósito no mundo – implicando uma escolha e, portanto, uma responsabilidade pela vida escolhida – a moralidade é a dimensão mais elevada da vida individual e social”. Já o moralismo, para Souza, é a “obediência rígida a princípios éticos tradicionais”, portanto, o moralismo não é algo natural, mas um processo construído a partir da sociedade (SOUZA, 2018, p. 29).

Esse processo de construção da moralidade da classe média brasileira está ligado, segundo Souza (2018) a alguns elementos de longa duração e outros mais recentes, como “a noção de indivíduo moderno e as consequentes relações entre suas necessidades internas e externas e ainda a capacidade de autorreflexão” (*Ibidem*, p. 24-26); “a noção platônica de virtude como importante definidora de nossas avaliações do mundo” (SOUZA, 2018, p. 27); “a passagem da religiosidade para a secularização do mundo e a tônica nas concepções de eficácia e disciplina” (*Ibidem*, p. 28); “as relações entre capitalismo, individualismo e a falsa ideia de liberdade para escolher o caminho, a vida, a moral, a razão e a prática” (*Ibidem*, p. 53-55); “o indivíduo como consciência moral a partir da relação entre o expressivismo e a valorização do trabalho útil” (*Ibidem*, p. 55); e “o nosso passado escravocrata como elemento para entender a continuação de uma sociabilidade violenta” (*Ibidem*, p. 72).

Souza faz uma volta até o século XIV para demonstrar as transformações sociais que possibilitaram a formação da classe média brasileira e a formação de sua moralidade. Segundo ele, já havia um “acordo de classe” entre o senhor e o dependente e este afirmava que o escravo trabalhava para ambos. Nesse acordo implícito, Souza diz que é “fundamental, para seu tema, entender que o reconhecimento da humanidade e da igualdade passa a ficar restrito àqueles que não são escravos” (*Ibidem*, p. 80). E isso é importante para o autor, pois ele afirma que essa ideia perdurará nas relações de todas as classes no Brasil desde então:

a preservação da distância social de todas as classes em relação aos escravos assegura um espaço de distinção social e privilégio que permite a fidelidade e subserviência dos estratos médios em relação aos estratos superiores” (*Ibidem*, p. 80).

Além disso, o autor aponta o processo de urbanização do Brasil como viabilizador do surgimento da classe média no país. Segundo Souza, “o processo de urbanização transforma a realidade material e simbólica das pessoas e cria necessidades que não existiam no meio rural” (*Ibidem*, p. 83). No entanto, foi somente com o advento do capitalismo industrial e a expansão das cidades que a sociedade vai se reconfigurar e a classe média vai se assentar. Com o surgimento de novas profissões, com uma nova estrutura burocrática estatal, novos símbolos de poder e, ainda, novos padrões de consumo, juntamente com a imigração europeia para o país, esse são os fatores fundamentais para a formação dessa nova configuração social chamada de classe média, segundo o autor.

Nesse movimento de recuo ao passado, Souza faz uma retrospectiva da formação complexa da classe média brasileira e seu papel decisivo na vida política nacional, principalmente nos anos de 1930 e 1960. E, segundo ele, essa classe média reproduziria o *liberalismo vira-lata* e legitimaria a dominação exercida pela elite de proprietários. Nas palavras do próprio autor:

O fato de a elite brasileira nunca ter desenvolvido um projeto nacional que contemplasse a participação de todos tem seu contraponto de classe na vocação vira-lata da alta classe média, que considera melhor tudo o que vem de fora. O bloco de poder formado por esses dois segmentos sociais atua com o mesmo *modus operandi* de uma potência estrangeira colonial, explorando e usurpando as riquezas de outro povo, inferior e estranho – no caso, o restante do povo brasileiro (SOUZA, 2018, p. 128).

Já no terceiro e último capítulo, Souza apresenta 11 entrevistas com indivíduos que simulam os tipos ideais da alta classe média e da massa da classe média, caracterizados, pelo autor, na primeira parte do livro para dar base de sustentação à sua teoria. Depois das entrevistas, Souza analisa o material e reconhece que há uma “fissura vertical e hierárquica na própria classe média” (*Ibidem*, p. 208). Para ele, a “alta classe média tende a, quase sempre, se identificar com os proprietários e seus interesses”; já na massa da classe média, a “trajetória familiar é decisiva para identificação com interesses populares e uma visão mais crítica de sociedade”. E isso se dá porque, no caso da alta classe média, ainda que não seja grande proprietária e longe de ser elite, ela é beneficiada com altos salários; já no caso da massa da classe média, ocorrem as seguintes situações:

A massa da classe média é explorada de modo racional e irracional. Como o seu privilégio de classe decorre do acesso restrito a um

conhecimento comparativamente mais valorizado que o das classes populares, o sentimento antipopular da elite e da alta classe média procura ao máximo manipular o temor da massa da classe média de perder seus privilégios. Por conta disso, parte expressiva da massa da classe média é cativa de sentimentos protofascistas, expressos tanto no integralismo da década de 1930 quanto no apoio a Jair Bolsonaro hoje em dia.

Parte da mesma classe média, no entanto, percebe sua dependência da intervenção estatal como único freio possível a um mercado desregulado, que assume a forma de livre sangria vampiresca de recursos para os privilegiados. É essa parte da massa da classe média que pode assegurar a luz no fim do túnel ao reconhecer sua situação de exploração e sua ligação umbilical ao destino das classes populares (*Ibidem*, p. 275 -276).

Souza percebe essa tendência da massa da classe média ter uma visão mais crítica da sociedade devido à sua trajetória familiar, principalmente ao entrevistar “Lúcia”, a quem ele coloca como a “incorporação perfeita da luta de classes no âmbito da própria classe média” (*Ibidem*, p. 207). A trajetória familiar de Lúcia é que ela é filha de posseiros que foram expulsos de suas terras por poderosos grileiros do estado do Paraná. Ela demonstrou extremo orgulho da luta de seus pais e aprendeu a “se acomodar e disfarçar as próprias emoções para sobreviver” (SOUZA, 2018, p. 207). Pela sua trajetória familiar, tem sua solidariedade direcionada às vítimas de humilhações as quais ela conhece bem, porque também foi muito humilhada na infância. Apesar disso, haveria possibilidade de Lúcia e outros da massa da classe média se identificarem com seus padrões, mas é dos que relatam trajetórias de humilhações e desigualdades que vem a oposição e a visão mais crítica, mesmo que silenciada diante de superiores que têm mais poder nas relações de trabalho.

Caminhando para a conclusão do livro, Souza aponta que partiu da hierarquia moral subjacente ao capitalismo para reconstruir a moralidade particular da classe média brasileira, com objetivo de fugir de essencialismos. Outro ponto que o autor observa é que o papel mais importante da classe média é dar suporte social ao *mito viralata*, que limita a corrupção à política. Souza constata isso a partir da relação entre a classe média e a elite e entre a classe média e as classes populares.

A classe média incorpora como sua a leitura liberal de que o Estado é sempre corrupto e o mercado virtuoso, que o brasileiro herda dos portugueses e da religião católica a cordialidade e a incapacidade de discernir o público do privado, o que torna essa classe instrumento da elite para ser base social de seus interesses de dominação e a leva também a acreditar ter uma superioridade moral diante das classes populares. É a moralidade da classe média que a faz se enxergar como mais virtuosa que a elite e o

povo, menos propensa à corrupção. A classe média enxerga a existência do povo como o motivo pelo qual existem líderes populistas, corruptos e sem escrúpulos. Conforme Souza, essa moralidade fundamentada em teorias como patrimonialismo, personalismo e populismo é ideal para preservar o abismo social das desigualdades injustas, que agora podem ser moralizadas e justificadas.

Outra conclusão do livro *A Classe Média no Espelho* é que, segundo Souza, o capitalismo financeiro cooptou todos nós, com o uso da linguagem da emancipação para dominar melhor e de modo mais efetivo, inclusive o capital simbólico. Assim, a concentração de capital nas mãos do 1% não causa revolta, justamente porque a inteligência coletiva fora sequestrada e rebaixada por essa elite. Partindo para um diálogo com Ribeiro (2020b), como feito anteriormente com as outras obras, o autor diz:

O livro resenhado tem o mérito de propor uma ambiciosa reconstrução teórica e empírica da classe média brasileira e de suas frações. O livro também tem relevância no sentido da geopolítica do conhecimento, pois se propõe a apresentar uma teorização geral sobre a classe média, ou seja, de produzir teoria sociológica a partir da periferia. O trabalho também possui grande importância do ponto de vista político, pois tem como horizonte normativo a constituição de uma sociedade democrática, plural e justa (RIBEIRO, 2020b, p. 159).

Sobre o excerto, Ribeiro, como crítico do pensamento social brasileiro e principalmente, de nossos autores pesquisados, elogia a obra de Souza enquanto exercício teórico de fôlego para apresentar uma sociogênese da classe média a partir da periferia. E também apresenta a obra como sendo muito importante do ponto de vista político para pensarmos uma sociedade mais democrática e justa.

No entanto, Ribeiro salienta que o livro possui uma série de problemas que limitam sua contribuição intelectual para o entendimento das camadas médias da sociedade brasileira. Segundo ele, o “primeiro ponto é a falta de diálogo de Souza com uma vasta bibliografia sobre o tema” (idem). Outro problema apontado por Ribeiro é a “ausência de dados quantitativos do IBGE ou da PNAD, para a apresentação de um quadro geral das frações de classes”, criadas por Souza. Outro argumento de Ribeiro que torna o livro limitado é a falta de uma “análise histórica sistemática sobre as origens da classe média, sua reprodução e atuação política no tempo”. E completa dizendo que, na verdade, Souza fez uma apresentação fragmentada dos fatos.

Outro problema apontado pelo autor é sobre a ênfase na dimensão cultural do capitalismo: para Ribeiro, inexistente caracterização consistente dos efeitos do capitalismo

sobre as classes sociais. E explica, por exemplo, em relação à classe média, que Souza ignora o lugar na estrutura social constituída através da divisão do trabalho. E que a caracterização de Souza “torna-se inconsistente porque desconsidera as posições de classe resultantes dos processos econômicos de produção, da circulação de riquezas, dos bens culturais, dos serviços públicos, do poder e do prestígio social” (RIBEIRO, 2020b, p. 159).

Ribeiro aponta alguns caminhos que, segundo ele, seriam importantes para Souza construir uma proposição mais complexa e consistente sobre a organização das classes médias brasileiras, pois permitiriam que ele “demarcasse como a classe média possui o papel de principal componente causal das oportunidades de vida das classes que se reproduzem pelo trabalho” (idem). Mesmo Souza mencionando a ocupação das frações de classe, Ribeiro diz que a “dimensão central para Souza está no posicionamento político dos seus entrevistados” (RIBEIRO, 2020b, p. 160). E argumenta que a “proposição sociocultural da classe média e de suas frações teria elementos para uma caracterização mais consistente, pois não se circunscreveria à posse do capital cultural e aos posicionamentos políticos” (idem).

Continuando com os apontamentos e norteamentos possíveis apresentados para a pesquisa de Souza, Ribeiro reafirma que, a partir da “ênfase nas ocupações, o sociólogo poderia incorporar dados quantitativos que trariam um retrato mais sólido” das frações da classe média nacional, ou seja, embasaria melhor os tipos ideais caracterizados por Souza (idem). E continua: “ao mesmo tempo, proporcionaria condições para análises comparadas com países periféricos e centrais. Desta forma, traria um dimensionamento mais consistente do tamanho e composição das frações da classe média brasileira” (idem).

Outra crítica recorrente de Ribeiro a Souza e a Schwarcz, já comentada acima, faz referência ao nacionalismo metodológico. Segundo Ribeiro, Souza acaba repetindo as teorizações que critica com veemência. Por exemplo, delimitando o tema da classe média às fronteiras do Estado nacional. Segundo Ribeiro, o sociólogo

apresenta uma explicação estruturalista sobre a herança de classe e sua generalização que termina sendo um obstáculo teórico para que o sociólogo possa analisar a realidade empírica, complexa e plural. O sociólogo também reduz os dilemas desta classe à dominação cultural ou simbólica, exercida pela elite de proprietários, que, efetivamente, nunca é apresentada. Também é importante registrar o caráter reducionista das ciências sociais brasileiras na caracterização presente no livro, pois são resumidas à tradição culturalista de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. (RIBEIRO, 2020b, p. 161)

E caminhando para o final de sua crítica à obra de Souza, assinala que o texto não apresenta uma exposição rigorosa, plural e disposicional que pudesse fornecer condições de sustentar as tipologias apresentadas. Segundo Ribeiro, “as entrevistas tiveram um caráter descritivo e baseado apenas nos posicionamentos políticos e ideológicos dos entrevistados”. E conclui afirmando que “o espelho criado por Souza deixa em aberto a construção de uma caracterização consistente em termos teóricos, históricos e empíricos da gênese da classe média e de sua reprodução no tempo, bem como de seus desdobramentos políticos” (*Ibidem*).

Além de pontuar as ideias principais das leituras de Schwarcz e Souza sobre o Brasil pós-impeachment de Dilma Rousseff, a busca deles por falar ao grande público e de mencionar a posição de intelectuais de direita na disputa de narrativas sobre os acontecimentos sociopolíticos do Brasil contemporâneo, este capítulo procurou destacar algumas críticas de outros autores feitas às obras dos pesquisados, buscando discutir os alcances e as limitações de suas análises. Apesar de algumas limitações apontadas pelos críticos, compreendemos a importância das contribuições de Schwarcz e Souza como indispensáveis para refletir sobre os eventos sociopolíticos aqui discutidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Refaz, Senhor, a minha luta,
para que dela eu reconquiste a paz.
o que do universo das minha mediocridades
eu possa renovar o sagrado das verdades".
(Adolfo Maurício Pereira, Profanador de sambaquis, 2001).*

Inicialmente, o que nos levou a pensar este tema de trabalho foi a observação de nossa própria realidade, diante dos retrocessos democráticos com ascensão da extrema direita, perdas ou diminuições de direitos, do aumento da desigualdade, das perseguições às minorias, do avanço da influência de um fundamentalismo religioso em questões sociais e políticas que se instaurou no governo, da negligência programada em relação ao meio-ambiente e, principalmente, da cruzada contra a ciência de maneira geral e contra os intelectuais. E vimos, mais recentemente, o resultado desastroso dessa prática, com milhões de mortos pela pandemia de Covid-19 que nos assolou.

A proposta era compreender como intelectuais públicos brasileiros, que estavam inseridos no debate público, estão reagindo a todo esse cenário de retrocessos na política e na sociedade brasileira. Procuramos nos debruçar em perspectivas de análises que privilegiassem a longa duração, ou seja, análises que fizessem o exercício de voltar ao passado para compreender a nossa conjuntura. Por isso, escolhemos os intelectuais Lilia Schwarcz e Jessé Souza. Além de serem, reconhecidamente, intelectuais públicos, formadores de opinião, são também reconhecidos por seus pares como intelectuais de grande projeção no campo acadêmico.

Percebemos, a partir das análises de alguns autores (SINGER, 2012; MIGUEL, 2016; BRAGA, 2016), que, no ano de 2016, houve uma ruptura, na sociedade brasileira, do que chamamos de ruptura do projeto petista de conciliação de classes. O ápice disso foi o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Esses autores explicam que, nos governos petistas, houve uma conciliação entre as classes sociais, organizadas pelo governo do então presidente Lula. E esse arranjo classista deu sustentação ao governo até, vamos dizer, 2013, ano marcado pelas primeiras grandes manifestações, inicialmente, contra o aumento das passagens do transporte público. Como constatamos, a partir da pesquisa, a pauta dessas manifestações começa a mudar por interferência

estrangeira e de indivíduos e organizações internas que estavam descontentes com perdas de alguns privilégios, lucros ou espaço político.

Portanto, a nossa busca era descobrir, primeiro, o que os intelectuais produziram antes da ruptura política; segundo, se eles, Schwarcz e Souza, também compartilhavam da ideia de conciliação de classe petista, ou seja, se eles concordariam, ou não, com a ideia de que os governos petistas fizeram esse arranjo. E, terceiro, analisamos suas obras posteriores à ruptura política, ou seja, depois do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Constatamos que as obras dos autores pesquisados seguem uma linha bem constante desde suas formações até o momento atual.

Observamos que Schwarcz, nos seus primeiros livros, faz uma ponte interdisciplinar entre História e Antropologia, principalmente em decorrência de sua formação acadêmica. A partir de construções simbólicas e da dinâmica das práticas e representações historicamente edificadas, ela abordou como uma elite branca, através de institutos científicos e a mídia da época, formou o pensamento social brasileiro, fundamentado na inferioridade das demais raças, para a manutenção dos privilégios dessa mesma elite. Procurou, também, entender como foi o processo de construção simbólica utilizado pela monarquia brasileira para manter a unidade imperial refletida na figura do imperador. Mais tarde, Schwarcz procura desnaturalizar esses mitos, inclusive desmontando a ideia de democracia racial vigente até hoje. Para a autora, escravidão, no Brasil, representou muito mais que um sistema econômico: ela foi responsável pela formação integral da sociedade brasileira, tanto pelo seu alcance, atingindo todos os extratos sociais, miscigenando o país, quanto pela duração desse regime cruel, de quase 400 anos de escravidão. Portanto, para a autora, grande parte de nossos problemas sociais contemporâneos são frutos desse sistema e das ações por parte da elite em manter seus privilégios. Assim, para Schwarcz, essa é a singularidade da sociedade brasileira.

Já Souza, em todas as suas obras, aponta como as teorias totalizantes, focadas em explicar o Brasil como continuidade de Portugal, criam uma falsa ideia de que os problemas do país se dão pela tendência do povo a ser cordial e corruptível e por ter um Estado ineficiente e corrupto. Fazendo isso, essas teorias acabam por obscurecer toda a sorte de incongruências que existem no mercado. Além disso, conforme o autor, teorias como a do patrimonialismo, paternalismo e populismo conferem à elite mecanismos para manter seus privilégios injustos, subjugar as classes populares, provocando a reprodução de subcidadanias.

Nesse sentido, a grande diferença entre os dois autores reside na ideia e no uso do conceito de patrimonialismo. Para Schwarcz, à maneira de Weber, essa prática é o grande mal que emperra a República, pois ela tem a intenção de manter um pequeno grupo no poder, e esse grupo, utilizando as benesses do Estado, forja uma dependência entre a população e os políticos que são responsáveis por distribuir as migalhas que sobram do orçamento público. Assim, através, muitas vezes, da violência reproduzida pela prática do mandonismo ou da manipulação, utilizando a ideia de paternalismo ou do populismo, esse grupo solidifica as relações de dependência e mantém os *status quo*, gerando e intensificando as desigualdades. Para a autora, então, o grande problema é a invasão da esfera pública pela esfera privada, empreendida legalmente, via instituições, e ilegalmente, pela corrupção, a partir dessas instituições que são as bases do Estado.

Em contrapartida, Souza é veementemente contra essa ideia. Segundo ele, o conceito de patrimonialismo foi usado “fora de lugar”, afirmando que Weber utiliza esse conceito para explicar o caso do império chinês e, por isso, não serviria ao caso brasileiro, principalmente pela construção da burocracia colonial extremamente diferente da formação do Estado chinês. Outro apontamento feito por Souza é que o conceito foi utilizado por uma elite liberal para obscurecer a verdadeira corrupção, perpetrada por agentes do mercado. Segundo ele, a elite real, que é a econômica, fica obscurecida/invisível pela “falsa elite patrimonialista”. Então, o conceito de patrimonialismo serve, precisamente, para encobrir os interesses organizados no mercado, que trabalha para se apropriar da riqueza social. E, a partir da “carestia” do Estado, consequência da “rapina” desses recursos, o Estado não dá conta de suprir as necessidades básicas da população. Portanto, o maior problema da sociedade brasileira, para Souza, não é o patrimonialismo, mas, sim, a produção e reprodução de uma classe de indivíduos precarizados, a ralé, que é abandonada à própria sorte. Esse é o conflito central, tanto social quanto político: a produção e reprodução de uma classe excluída. Essa, para o autor, que é a luta de classes invisível e silenciosa.

Analisando as obras e entrevistas, após o afastamento de Dilma Rousseff da presidência, constatamos, também, que os dois autores evidenciaram que o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi um golpe e o ponto de ruptura do que estamos chamando de conciliação de classes petista. Concordam, também, que foi fruto da tentativa da manutenção de privilégios de certos grupos da elite brasileira. No entanto, eles têm interpretações distintas sobre esses acontecimentos.

Embora Schwarcz tenha discutido o rito do impeachment como parte da normalidade democrática, a autora pondera que a forma como se deu a votação pelo afastamento da presidente é que foi um golpe, pois não se constatou nenhum tipo de irregularidade ou culpabilidade que recaísse sobre a então mandatária. Os deputados votaram em nome da esposa, do filho, da família etc., mas não votaram na questão da responsabilidade. Ela enxergou o golpe pela cartilha do patrimonialismo, ou seja, a elite, mais uma vez, colocou seus interesses privados acima dos interesses públicos. Segundo Schwarcz, o golpe foi dado pelo “centrão” e o resultado disso colocou o “baixo clero” como protagonista da política brasileira, praticando uma política predatória e um projeto de desigualdade, o “velho projeto brasileiro” de “pouca gente mandando e muita gente obedecendo”, dos “grandes mandões locais”, dos grandes latifundiários. E, para autora, é esse o projeto que pretende manter os negros para sempre numa situação de subjugação: foi dessa maneira que Schwarcz enxergou o processo de impeachment e a ruptura da conciliação de classes.

Como já mencionamos, Souza acredita que o golpe começou a ser articulado em 2013, com as manifestações de junho. A classe proprietária (financeira, comercial, industrial e agropecuária), buscando a retomada do crescimento dos juros, manipulou o medo e o ódio que a classe média tem dos pobres a favor de seus próprios interesses, no mesmo período das Jornadas de Junho. Para isso, usou a grande mídia comercial para elaborar uma narrativa que tinha como fundo a Operação Lava Jato, responsabilizando o Partido dos Trabalhadores por todos os males do país. Com isso, o braço político dessa classe proprietária forjou um processo ilegítimo, culpabilizando a presidente Dilma Rousseff pelo crime de responsabilidade fiscal.

Assim sendo, a diferença entre as interpretações dos dois autores fica marcada pela maneira como eles lidam com o conceito de patrimonialismo. Isso faz toda a diferença na forma como eles interpretam as questões sociopolíticas do Brasil atual, até mesmo em relação ao tempo de percepção de um e outro sobre os fatos do processo de ruptura do projeto petista de conciliação. Pois, Schwarcz, ainda confiando na robustez das instituições republicanas naquele momento, sugere que o processo estava dentro da normalidade e, só meses depois do afastamento da presidente Dilma Rousseff é que se manifesta publicamente sobre ter sido golpe. Em 2017, como já discutido, através de um pós-escrito do livro *Brasil: uma biografia*, reviu sua posição sobre as manifestações de 2013, enxergando-as como ponto de partida da ruptura do projeto de conciliação petista de classes e fez críticas sobre como se deu impeachment, ainda que enxergando

pontos positivos da Lava Jato. Já Souza, antes mesmo de o processo de impeachment ser instalado, aventava a possibilidade de um golpe. Isso porque sempre fundamentou suas interpretações do país na crítica à ideia de que todos os males vêm do Estado corrupto e do discurso seletivo em relação à corrupção que, para ele, serve apenas para encobrir e justificar descabimentos do mercado e a reprodução das desigualdades. Em outras palavras, apesar de Schwarcz concordar que existiu ali uma elite empresarial e política tentando manter seus privilégios, o enfoque dela é na corrupção advinda do Estado praticada por agentes do Estado. Diferente de Souza, que enxergou o processo a partir e produzido por setores do mercado que, em conluio com agentes do Estado e da mídia, deu a sustentação para o golpe.

Outro ponto discutido na dissertação foi o crescimento de pensadores conservadores e reacionários que há muito estavam restritos a círculos pequenos e que, impulsionados por um movimento mundial de acesso da extrema direita ao poder, esses intelectuais saíram do ostracismo e começaram a disputar espaços no debate público com pensadores progressistas, manipulando as novas ferramentas de comunicação muito bem, colocando-se como porta-vozes da moralidade. Percebemos, a partir das pesquisas, que os pensamentos liberais e ultraliberal tomaram força impressionante dentro do Brasil e foram capazes de criar um partido político (Partido Novo) e eleger alguns políticos, como por exemplo, o governador do estado de Minas Gerais. Tudo isso com investimento de grandes corporações estrangeiras e nacionais através dos *think tanks*, a fim de, supostamente, diminuir o tamanho do Estado. É nesse sentido que podemos observar que muitos desses intelectuais de direita, que estão nos grandes veículos de comunicação – televisão, rádio, internet - trafegam entre essas duas esferas do pensamento, “conservadores nos costumes e liberais na economia”.

Algumas temáticas ficaram pelo caminho da pesquisa: no início da dissertação, esperávamos fazer um capítulo sobre a presença dos intelectuais pesquisados nas redes sociais e qual era o alcance de suas opiniões emitidas nesses locais. No entanto, com o agravamento da pandemia e o aumento da demanda de trabalho, não foi possível realizar esse objetivo. Essa é uma pesquisa que vamos priorizar no projeto para um possível doutorado, principalmente pela sua relevância em termos acadêmicos e pela sua atualidade em relação a esses espaços de sociabilidades. Os trabalhos nessa área, sobre a participação dos intelectuais nas redes sociais, ainda estão incipientes, carecendo de pesquisa empírica para dar suporte e visibilidade a intelectuais

progressistas sobre a necessidade de disputar esses espaços com indivíduos tão nocivos à ciência, ao conceito de democracia e aos direitos humanos.

Contudo, é inegável a importância do intelectual público, especialmente em momentos de crise política. O que a pesquisa nos mostrou é que Schwarcz e Souza - quando chamados para a defesa da democracia, para defesa dos direitos humanos, para lutar contra as desigualdades sociais - têm cumprido, com êxito, o papel de intelectuais públicos, mostrando os obstáculos e possibilidades para emancipação social, apontando os caminhos para a superação dos retrocessos em curso.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Tereza G. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol.VI, nº2, 2000, pp.187-225

AMARAL, Marina. Jabuti não sobre em árvores: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana et al. (org.). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016

AVRITZER, Leonardo. A singularidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, vol. 16 no. 45, fev. 2001.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARROS, José D. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141. 2005.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**, São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989

BRAGA, Ruy. Decifrando o enigma brasileiro: novas pistas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 19 Nº. 56**. 2004.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André. LOUREIRO, Isabel, **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016a.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana et al. (org.). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016b.

BRAGA, Ruy. Pode o subalterno lutar? **Quatrocincoum**, 2017. Disponível em: <<https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/ciencias-sociais/pode-o-subalterno-lutar>> Acesso em: 01/09/2021

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das Memórias de um sargento de milícias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 8, 1970

CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger (Org). **Historia de la lectura en el mundo occidental**. Madri. Taurusminor. 2004.

CEPÊDA, Vera A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **MEDIAÇÕES**, Londrina, V. 23 N. 2, P. 75-122, MAI/AGO. 2018

CHALUB, Jorge. PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retóricas e prática política. GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia. **39º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: ANPOCS, 2015.

CHALOUB, JORGE; LIMA, P. L. (Org.) ; PERLATTO, Fernando (Org.) . Direitas no Brasil contemporâneo. 13. ed. Juiz de Fora: **Teoria & Cultura**, 2018. v. 1. 150p .

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO, Fernando . Intelectuais e a "nova direita" no Brasil. In: LYNCH, Christian Edward Cyril, SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de, CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. (Org.). **Pensamento Político brasileiro: temas, problemas e perspectivas**. 1ed.Curitiba: APPRIS, 2019, v. 1, p. 361-384.

CHARTIER. Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa. DIFEL, 1990.

CHARTIER. Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). **Roger Chartier – A força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011, p. 21- 54

CODAS, Gustavo (Org.); CRUZ, S. V. E. (Org.); KAYSEL, A. (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

COSTA, Hilton. Não sejamos aquilo que desejem que sejamos. **IX Seminário Nacional Sociologia & Política**, Curitiba, Maio, 2018.

COSTA, Hilton. Uma longa viagem ao Brasil: Lilia Schwarcz uma intérprete da nação. **31º Seminário de História**, Rio de Janeiro, 2021.

DAMASCENO, Maria. Apontamentos para uma aproximação da obra e biografia de Jessé Souza. In: FOLMA. Ivo. (org). **Dialogando com Jessé Souza**. Casa Leiria. São Leopoldo, 2018.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Rocco, 1979.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-85, 2011.

DORIGAN, Micheli. O pensamento racial brasileiro na obra de Lilia Schwarcz. **Revista Vernáculo** n.º 47 – primeiro semestre/2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/72241/43137>> Acesso em: 12/09/2021

DOSSE, François. **História e ciências sociais**; tradução Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc, 2004

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. (1901). São Paulo, Ed Paulinas, 1989.

DUTRA, R. RIBEIRO, Marcos A. Existe um autoritarismo brasileiro? **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**. Vol 09, No. 22, Mai-Ago/2021, p. 246-273

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1996

FERNANDES, F. 1978. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo : Ática.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48ª Edição São Paulo: Global Editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Editora Global, 2004.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Davi F. L. Sobre a teoria das classes sociais de Jesse Souza. **REVISTA DE DIREITO**. VIÇOSA. v.11 n.01 2019 p. 221-265. Disponível em: <https://doi.org/10.32361/20191117227> . Acesso em: 13/10/2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ICL, Quem somos. Site: www.icl.com.br. 2020. Disponível em: < <https://icl.com.br/>> Acesso em: 03/09/2021.

IPEA. Agenda Presidencial: Conheça o projeto Radiografia do Brasil. **Assessoria de Imprensa**, 30 de setembro. IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26217. Acesso em: 09/08/2021.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião [et al] (org). **Direita, volver!** : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro .São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KRUMEL, Ana Paula da C. O Brasil “sem jeitinho”: uma leitura para além do “mito nacional da brasilidade”, In: FOLLMANN, José I. (Org.). **Dialogando com Jessé Souza**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. P 111-124.

LOBO, Andrea d. S. TEIXEIRA, Pesquisa Como Função De Estado? Reflexões Etnográficas Sobre Uma Instituição In Between. In: AFIPEA-SINDICAL. **Ipea diante do espelho: contribuições da Afipea-Sindical para reflexão e desenvolvimento institucional**. JR, José Celso C. NUNES, Bruner T. {et.al.}. - Brasília: Afipea, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Documents/Projeto%20Crise%20politica/Textos%20sobre%20Jesse%20Souza/Ipea%20Diante%20do%20Espelho.pdf> Acesso em: 12/08/2021.

LÖWY, M. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998

MATA, Sérgio da. A viagem redonda de Jessé Souza. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 424-437. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/YLjb9wqL7pxmZDDHLRbt9Cs/?lang=pt> . Acessado em 14/08/2021.

MIGUEL, Luis F. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana [et al] **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis F. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018

MIGUEL, Luis F. **O colapso da democracia no Brasil : da constituição ao golpe de 2016** /—1. ed.—São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

MORETTO, M.; ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Uma sociedade polarizada?. In: JINKINGS, Ivana.; DORIA, Kim.; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?**. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2016, v. , p. 159-164.

MOTTA, Dantas. **Primeira Epístola de Jm. Jzé. da Sva. Xér. - O Tiradentes aos Ladrões Ricos**. Ed Civilização Brasileira, 1967.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, FGV. 2008. Disponível em http://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf. Acessado em fevereiro de 2019.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em http://www.cps.fgv.br/ibrecs/M3/M3_textofinal.pdf. Acessado em dezembro de 2019.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; MORETTO, M. . Uma sociedade polarizada?. In: JINKINGS, Ivana.; DORIA, Kim.; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?**. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2016, v. , p. 159-164.

PAVINAI, Jayme. O ensaio como gênero textual. **Simposio Internacional de Estudos de Gêneros Textual**. Agosto de 2009, Caxias do Sul-RS.

PERLATTO, Fernando. CHALUB, Jorge. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retóricas e prática política. GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia. **39º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: ANPOCS, 2015.

PERLATTO, Fernando (Org.). CHALOUB, JORGE; LIMA, P. L. (Org.) ; . **Direitas no Brasil contemporâneo**. 13. ed. Juiz de Fora: **Teoria & Cultura**, 2018. v. 1. 150p .

PERLATTO, Fernando .; CHALOUB, J. G. S. Intelectuais e a "nova direita" no Brasil. In: LYNCH, Christian Edward Cyril, SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de, CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. (Org.). **Pensamento Político brasileiro: temas, problemas e perspectivas**. 1ed.Curitiba: APPRIS, 2019, v. 1, p. 361-384.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M.. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: Esther Sonalo. (Org.). **O ódio como política**. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2018, v. , p. 53-63.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira. São Paulo, Boitempo. 2012

POSNER, Richard A. **Public Intellectuals: a study of decline**. Harvad Univvrsity Press pbk, United Satate. 2001

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

QUINHALHA, Renan. Em nome de Deus e da família: um olpe contra a diversidade. In: JINKINGS, Ivana et al. (org.). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Relembre 7 vezes em que Bolsonaro atacou direitos dos indígenas, **Yahoo.com**, 2022. Disponível em:<<https://br.noticias.yahoo.com/relembre-7-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-direitos-dos-indigenas-162258426.html>> Acesso em: 14 junho de 2022.

RIBEIRO, Marcos A. Para Além da Sociologia da Inautenticidade? Um Diálogo com Jessé Souza. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 29. Brasília, maio - agosto de 2019, pp 223-272

RIBEIRO, Marcos A. Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, maio-ago 2020a, p. 358-373

RIBEIRO, Marcos A. As classes médias brasileiras e o espelho de Jessé Souza. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 29, n. 1, 2020b, p. 152-162.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: **Direita, Volver**, Ed Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018a.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, Esther (org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018b.

ROCHA, Camila. **“Imposto é Roubo!”** A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62(3)e, 2019.

ROMÃO, J. E. FRIAS, F. V. G. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930, de Lilia Moritz Schwarcz. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 46, p. 231-235, mai./ago. 2018

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Zahar, 1987.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAYURI, Juliana. Duelo na rede. **Revista Piauí - UOL**, [s. l.], 17 nov. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/duelo-na-rede/>. Acesso em: 5 maio 2020

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siécle: política e cultura**; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retratos e branco e negro**. São Paulo: Cia das Letras, 1987

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. Lilia Moritz Schwarcz responde as críticas feitas ao seu livro "As Barbas do Imperador". **Folha de São Paulo**. 3 de janeiro de 1999.

SCHWARCZ, Lilia M. Questões de fronteira: Sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos**. nº 72. Julho 2005. p. 119-135.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. Histórias Afro-Atlânticas: entrevista com a curadora Lilia Schwarcz. [Entrevista concedida a] Theo Monteiro, **Geledes**, 01 de Junho de 2008. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/historias-afro-atlanticas-entrevista-com-curadora-lilia-schwarcz/?amp=1> > Acessado em: 10/08/2021.

SCHWARCZ, Lilia M. Lilia Moritz Schwarcz é a 'Mulher de Idéias' de 2008. [Entrevista concedida a] Alexandre Werneck. **Jornal do Brasil**. RJ. 2008. Disponível em: https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=372916&dinamico=1&preview=1. Acesso em 09/08/2021.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2009

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015

SCHWARCZ, Lilia M. Dama de palavra: Lilia Moritz Schwarcz celebra 30 anos da Companhia das Letras. [Entrevista concedida a] ANA CAROLINA RALSTON,

Revista Vogue, 20 de outubro 2016. Disponível em:<<https://vogue.globo.com/lifestyle/cultura/noticia/2016/10/dama-de-palavra-lilia-moritz-schwarzc-celebra-30-anos-da-companhia-das-letras.html>> Acessado em: 03/03/2021

SCHWARCZ, Lilia M. Brasil viveu um processo de amnésia nacional sobre a escravidão, diz historiadora. [Entrevista concedida a] Julia Dias Carneiro, **BBC News**. 10 de maio de 2018. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034767>> Acessado em: 03/03/2021.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SILVA, Camila. F.; LOPES, Ricardo M. A narrativa sobre o Brasil e a classe média. **Latinoamérica. Revista de Estudos Latinoamericanos**, v. 71, p. 131-139, 2020.

SILVA, Helenice da. Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio a uma situação histórica, **Cad. de hist.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 45-49, out. 1995

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites culturais. In: SIRINELLI, J-F. RIOUX, J-P(dir). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p.259-279.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. . Uma sociedade polarizada?. In: JINKINGS, Ivana.; DORIA, Kim.; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?**. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2016, v. , p. 159-164.

SOLANO, E. (org) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, E. Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: Rosana Pinheiro-Machado, Adriano de Freixo. (Org.). **Brasil em transe: Bolsonaro, nova direita e desdemocratização**. 1ed.Rio de Janeiro: Oficina, 2019, v. 1, p. 83-99.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2012a.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012b

SOUZA, Jessé. Jessé de Souza no IPEA é golaço do ministro Mangabeira Unger. [Entrevista concedida a] Gilberto Marigoni, **Revista Forum**. Março/2015a. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/rodrigovianna/brodrigovianna-jesse-de-souza-ipea-e-golaco-ministro-mangabeira-unger/>. Acesso em: 12/08/2021

SOUZA, Jessé. **Agenda Presidencial 2015/2016**: Radiografia do Brasil Contemporâneo. IPEA. 2015b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150904_agendapresi_radiografia.pdf. Acesso em: 09/08/2021.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015c.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo:LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. Prefácio. In: **Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, n. 23, p. 05-06, Junho de 2020. IPEA, 2020a.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo. Contracorrente, 2020b

SOUZA, Vanessa Aparecida. Desigualdade social e subcidadania no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 24, p. 247-250, jun. 2005.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião [et al] (org). **Direita, volver!** : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro .São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WARNER, Michael. Publics and counterpublics. **Public Culture**, v. 14, n. 1. 2002. p. 49-90